

RELATÓRIO DO ARQUIVO NACIONAL – 2022

Rio de Janeiro, 09 de março de 2023.

MINISTÉRIO DA GESTÃO
E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS



ARQUIVO NACIONAL

Sumário

1	RESULTADOS E DESEMPENHO DA GESTÃO E SUPORTE	4
1.1	Projeto Desenvolvimento de Competências Institucionais Individuais	4
1.1.1	Subprojeto: Reestruturação Institucional	5
1.1.2	Subprojeto: Desenvolvimento e Valorização de Servidores:	6
1.2	Projeto de Modernização da Infraestrutura Física e Tecnológica	12
1.2.1	Subprojeto: Requalificação da Infraestrutura do Arquivo Nacional	12
1.2.2	Subprojeto: Prevenção e combate a incêndio e pânico	13
1.2.3	Subprojeto: Eficiência energética	13
1.2.4	Subprojeto: Aperfeiçoamento do sistema de segurança da informação	16
1.3	Gestão Orçamentária e Financeira	17
1.4	Gestão de Pessoas	19
1.5	Gestão de Licitações e Contratos	32
1.6	Gestão Patrimonial e Infraestrutura	42
1.7	Gestão de TIC	46
1.8	Sustentabilidade Ambiental	50
2	RESULTADOS E DESEMPENHO DOS MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS	53
2.1	Macroprocesso de Gestão do Sistema de Gestão Documentos e Arquivos – SIGA	53
2.1.1	Resultados institucionais relacionados à gestão do SIGA – Indicadores Estratégicos	54
2.2	Macroprocesso Preservação do Patrimônio Documental Nacional	73

2.2.1	Processamento Técnico e Preservação do Acervo	74
2.2.2	Acesso e Difusão do Acervo	78
2.2.3	Projeto Fortalecimento do A.N Digital	98
2.2.4	Projeto Modernização do Atendimento ao Usuário e das Ações de Difusão	107
2.3	Macroprocesso Gestão da Política Nacional de Arquivos	110
2.4	Projeto Reestruturação do CONARQ.....	114
2.5	Indicadores Estratégicos relacionados à Gestão da Política Nacional de Arquivos	122

1 RESULTADOS E DESEMPENHO DA GESTÃO E SUPORTE

1.1 Projeto Desenvolvimento de Competências Institucionais Individuais

O projeto objetiva revisar as estruturas organizacionais para melhor execução das ações prioritárias do Planejamento Estratégico Setorial bem como das diretrizes definidas pelo CGI.

No que se refere ao projeto *Desenvolvimento de Competências Institucionais e Individuais*, há 2 subprojetos, que estão divididos da seguinte forma:

Reestruturação Institucional	Desenvolvimento e valorização dos servidores
Revisão da estrutura organizacional em alinhamento com a Cadeia de Valor do AN e de acordo com as diretrizes do SIORG	Mapeamento de competências individuais
Revisão do Regimento Interno do AN	Desenvolvimento de programa de fortalecimento de competências
Mapeamento e modelagem dos processos da Cadeia de Valor do AN	Reestruturação da avaliação de desempenho individual

1.1.1 Subprojeto: Reestruturação Institucional

Durante os exercícios de 2020 e 2021 não houve mudanças na estruturação institucional pois não houve oportunidade de alteração do Decreto nº 9.662/2019 referente à estrutura regimental do MJSP. Contudo, a revisão da estrutura organizacional iniciou em 2020 com a publicação da Portaria AN nº 184 de 27 de julho de 2020 que reestruturou a Coordenação Regional (COREG) do AN, em Brasília, incluindo a revisão de processos de trabalho, remanejamento de cargos em comissão e funções de confiança e reformulação das equipes de processamento e preservação e acesso ao acervo, de gestão de documentos e de administração. Ao longo desse período, o mesmo processo também foi realizado nas áreas de gestão estratégica, administrativa, apoio ao CONARQ, atendimento ao usuário, gestão de documentos e acervos e gestão de pessoas da sede do AN. Além disso, com o objetivo de recompor o corpo técnico do AN, em paralelo à continuidade dos estudos e negociações junto aos setores governamentais competentes para a realização de novo concurso público e de reestruturação da carreira, foram lançados editais públicos para seleção de servidores públicos federais de carreira, por meio de cessão. Em 2020 e 2021, foram 48 novos servidores selecionados.

Alterações substanciais na estrutura do Arquivo Nacional ocorreram por meio da Portaria MJSP 161 de 5 de setembro de 2022 que regulamentou a reestruturação organizacional com a distribuição dos 274 cargos e funções. Essas mudanças na estrutura organizacional reforçaram as atividades de gestão de documentos da instituição, em consonância com a estratégia prioritária do PES/AN, objetivando o aumento do número de instrumentos técnicos de gestão de documentos e arquivos das áreas finalísticas dos órgãos do SIGA, com vistas à redução e tratamento da massa documental da APF. Com a publicação da Portaria 161/2022, podemos dar como concluída a revisão da estrutura organizacional, em alinhamento com a cadeia de valor do AN e de acordo com as diretrizes do SIORG.

Em setembro de 2022 foram iniciadas discussões sobre a revisão do Regimento Interno por meio do processo SEI/AN nº 08227.003798/2022-12, porém em função da mudança de Ministério Supervisor do MJSP para o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), em conformidade ao Decreto nº 11.345/2023, a proposta de revisão do Regimento Interno será adequada ao Decreto.

Sobre a entrega relacionada ao *Mapeamento e Modelagem dos Processos da Cadeia de Valor do AN*, as atividades de mapeamento não foram iniciadas, especialmente, devido à falta de equipe para o desenvolvimento das atividades. Sendo assim, foi combinado junto à Direção-Geral que os mapeamentos seriam sob demanda e priorização por parte da Direção-Geral. Em agosto de 2021 os mapeamentos dos processos estratégicos relacionados ao atendimento ao usuário e aos órgãos e entidades da APF foram iniciados. Esses processos foram selecionados devido, especialmente, ao desenvolvimento dos dois principais sistemas informatizados da instituição, o Novo SIAN e o SIG-SIGA. Porém, devido à falta de pessoal, optou-se por dar mapeamento nas atividades relacionadas à gestão de documentos, objetivando o atendimento aos órgãos e entidades da APF. Ainda, ao longo de 2021 o mapeamento do processo gerir contratações públicas foi revisado, conforme consta no processo 08227.000586/2022-8, devido à solicitação dos órgãos de controle.

1.1.2 Subprojeto: Desenvolvimento e Valorização de Servidores:

Desenvolvimento e valorização dos servidores

Mapeamento de competências
individuais

Desenvolvimento de programa de
fortalecimento de competências

Reestruturação da avaliação de
desempenho individual

1.1.2.1 Entrega 1: Mapeamento de competências individuais:

Trata-se da contratação de empresa especializada em mapeamento de competências organizacionais, gerenciais, comportamentais e técnicas de postos de trabalho e das competências individuais dos servidores e construção de trilhas de aprendizagem para implantação do modelo de Gestão por Competências no Arquivo Nacional.

A expectativa com esta entrega é de:

- Desenvolvimento de Plataforma EAD digital para Treinamento em Trilhas de Aprendizagem
- Competências organizacionais, gerenciais, comportamentais e técnicas de postos de trabalho e das competências individuais dos servidores mapeadas
- Definição de competências, habilidades e atitudes dos servidores

Data de vigência do contrato: 24/10/2022 a 24/10/2023. O contrato terá vigência pelo período de 12 (meses), podendo ser prorrogado, com base no artigo 57, §1º, da Lei n. 8.666/93.

Durante o período foi negociado junto ao MJSP a cessão dos Sistemas de Competências cujo código fonte está em posse da COTIN para instalação com previsão de entrega ainda no exercício de 2023, pois envolve a instalação de banco de dados e servidor que são recursos computacionais viabilizados por profissionais terceirizados e regulados por contrato.

O MJSP também cedeu a lista de plugins instalados na Plataforma Moodle do Ead Competências (<https://eadcompetencias.mj.gov.br/>) para que a COTIN realizasse a instalação e customização do Moodle para implantação de Trilhas de Aprendizagem.



Das fases já implementadas:

ETAPA 1:

Preenchimento do Checklist (formulário) encaminhado pela Coordenação de Gestão de Pessoas a respeito do Mapeamento de Competências Organizacionais.

- ✓ Entrevista com a equipe da Coordenação de Gestão de Pessoas responsável pelo acompanhamento do Projeto.

ETAPA 2:

- ✓ Formação de Grupo de Trabalho (comitê) dentro das Superintendências com indicação de 2 servidores.
- ✓ Fornecimento de Organograma, Regimento Interno e lista de servidores com cargos para elaboração do Cronograma de Entrevistas.

Das fases ainda não implementadas:

ETAPA 1:

- ✓ Entrevista com Diretor-Geral e Superintendentes.

ETAPA 3 A ETAPA 6:

- ✓ Em andamento.

1.1.2.2 Entrega 2: Desenvolvimento de programa de fortalecimento de competências - Dimensionamento da Força de Trabalho

- O objetivo da entrega é determinar a quantidade de servidores necessárias dentro de uma equipe de trabalho para desenvolver determinadas atividades considerando o ambiente de trabalho e perfis profissionais.
- Atualmente, a COGEP possui 3 servidores envolvidos no desenvolvimento deste projeto cujo projeto piloto será realizado na própria Coordenação de Gestão de Pessoas
- Os 3 servidores já realizaram treinamento introdutório sobre o tema através da Plataforma EAD da ENAP, assim como realizaram pesquisas em literatura.
- O próximo passos seriam realizar a Capacitação no Sistema de Dimensionamento de Pessoas (Sisdip) pelo Ministério da Economia que também irá oferecer consultoria sobre sua implantação.
- O Arquivo Nacional deverá solicitar ao novo Ministério a inscrição desses servidores no treinamento acima citado.

- A COGEP já realizou o Mapeamento de Processo de Trabalho que se encontra publicado na Intranet através do Manual do Servidor, onde constam os fluxos de trabalho com suas descrições e outras informações que são subsídios ao dimensionamento.
- O dimensionamento é baseado nas entregas das atividades e o esforço despendido.
- O Sisdip já possui Banco de Dados com as Entregas, dessa forma, os servidores deverão informar o tempo despendido em cada atividade para que o sistema possa gerar os indicadores no padrão adotado pelo Ministério da Economia.

1.1.2.3 Entrega 3: Reestruturação da avaliação de desempenho individual:

No ano de 2022, a avaliação de Desempenho individual dos servidores do Arquivo Nacional foi realizada pela primeira vez no SIGEPE-AD, considerando a Portaria MJSP nº 255, de 22 de maio de 2020, alterada pela Portaria MJSP nº 405, de 28 de setembro de 2021 (que incluiu o Arquivo Nacional no normativo de avaliação institucional e individual).

O SIGEPE-AD é um instrumento para realizar o processo de Avaliação de Desempenho da Administração Pública Federal, desde a configuração dos ciclos de avaliação, a definição dos planos de trabalho (metas institucionais, individuais e fatores de desempenho), até a posterior apuração dos resultados alcançados, determinando os valores das gratificações de desempenho dos servidores.

O objetivo do sistema é simplificar a execução do processo de Avaliação de Desempenho, bem como padronizar e aperfeiçoar a implementação da legislação vigente; facilitar a comunicação entre a área de gestão de pessoas, os chefes e os servidores, por meio de consultas e notificações automáticas do sistema; e mensurar o desempenho dos servidores da Administração Pública Federal por intermédio de um único sistema.

A utilização do sistema SIGEPE-AD foi aprovada pela Coordenação de Gestão de Pessoas do Arquivo Nacional, o qual identificou uma maior satisfação dos servidores com relação ao sistema de avaliação anterior, bem como uma maior facilidade entre os agentes para realização

as avaliações. Com a migração do Arquivo Nacional para o Ministério da Gestão e da Inovação no Serviço Pública, deverá ocorrer interlocuções entre as áreas de Gestão de Pessoas para atualização no normativo, bem como manutenção da inclusão do SIGEPE-AD.

Requalificação da infraestrutura do AN	Prevenção e combate a incêndio e pânico	Eficiência energética	Aperfeiçoamento do sistema de segurança da informação
Projeto executivo de restauração arquitetônica e paisagismo do entorno	Execução de serviços preliminares	Adesão ao edital da Light	Implantação de solução para prevenção a perda de dados
Projeto executivo de reforma arquitetônica e de instalações	Instalação de sistema de prevenção e combate a incêndio e pânico	Implantação das melhorias de eficiência energética	Implantação de solução de auditoria avançada para gerenciamento de acesso à rede
	Instalação de escada de emergência		Implantação de solução para monitoramento e gerenciamento das aplicações
			Implantação de solução de back up
			Implantação de solução de antivírus e antispam

1.2 Projeto de Modernização da Infraestrutura Física e Tecnológica

1.2.1 Subprojeto: Requalificação da Infraestrutura do Arquivo Nacional

Inicialmente, o Programa de Requalificação foi planejado em 2 entregas, levando em consideração as características arquitetônicas das instalações que compreendem o Arquivo Nacional: a primeira entrega referente a contratação e elaboração de projeto executivo para a restauração do conjunto tombado e seu entorno, e a segunda entrega para a contratação e elaboração de projeto executivo para as demais instalações, compreendendo os prédios não tombados localizados na Sede (Rio de Janeiro) e na Regional, localizada em Brasília.

Durante a instrução processual, em especial pelos orçamentos preliminares obtidos para a contratação dos referidos projetos executivos, a estratégia de levar em conta a localização dos imóveis seria mais interessante tanto do ponto de vista orçamentário quanto da independência do material técnico a ser elaborado, inclusive quando da efetiva execução das obras.

Nesse sentido, em junho/2022 foram iniciados pela JI Projetos e Construções os serviços de elaboração do projeto executivo da Regional, totalizando um avanço físico de 29,5% e previsão de conclusão em julho/2023.

De modo a subsidiar os trabalhos da empresa contratada e gerar plantas em BIM atualizadas para as 2 unidades do Arquivo Nacional, foi concluída em maio/2022 a atualização cadastral e modelagem de nuvem de pontos, que vinha em desenvolvimento desde junho/2021 pela empresa Futura.

Em relação à Sede, foi realizada em novembro/2022 a licitação para contratação dos projetos executivos de restauro e reforma das instalações localizadas no Rio de Janeiro. O contrato foi assinado em 13/12/2022, com duração prevista de 270 dias. Para a realização da licitação foi necessário aguardar suplementação orçamentária, o que postergou o prazo previsto para a licitação.

De forma resumida, das atividades previstas para o Projeto de Requalificação foram concluídas todas as essas atividades, com exceção da elaboração dos projetos executivos que se encontram em andamento.

1.2.2 Subprojeto: Prevenção e combate a incêndio e pânico

Ao longo do ano, foi dada continuidade às ações inerentes à implantação da obra de instalação de sistema de combate a incêndio e pânico. A primeira entrega, que se refere aos “serviços preliminares”, ou seja, montagem e desmontagem de canteiro de obras, mobilização/desmobilização da equipe, administração da obra e remanejamento de interferências foi concluída no final de abril/2022.

A segunda entrega refere-se à implantação do sistema nos 9 (nove) blocos da sede do Arquivo Nacional, compreendendo os sistemas de sinalização de emergência, sprinklers, sinalização e iluminação de emergência, escada enclausurada, detecção e alarme, SPDA, líquido gerador de espuma (LGE), e válvulas de pré-ação para os depósitos. A obra foi concluída em setembro/2022.

A terceira e última entrega do subprojeto se refere à instalação de escada de emergência externa ao bloco F, tendo sido executada e finalizada em outubro/2021.

Embora o prazo de conclusão do subprojeto tenha sofrido ajustes em virtude da pandemia de COVID-19, as atividades foram finalizadas e o projeto encontra-se concluído.

1.2.3 Subprojeto: Eficiência energética

O projeto iniciado em agosto de 2020 tinha como objetivo a elaboração de projeto com propostas para melhoria da eficiência energética para as instalações localizadas na sede para participação de Chamamento Público realizado anualmente pela Light, que financia a implantação das melhores propostas apresentadas. Considerando os critérios do edital da concessionária de energia elétrica, o Arquivo Nacional realizou chamada pública para seleção de ESCO (Energy Services Company) para elaboração de diagnóstico energético e elaboração de projeto de eficiência energética.

Em setembro/2020 a Light publicou o edital de chamamento público, mas suspendeu as atividades em virtude da pandemia. Em

agosto/2022 o edital foi relançado com severos cortes orçamentários. Após realização de ajustes no projeto para adequação do novo valor de financiamento, o projeto foi submetido, mas não contemplado.

Tendo em vista que o subprojeto previa especificamente adoção de ações de eficiência energética mediante financiamento da Light, o projeto foi concluído por ter cumprido todas as atividades inicialmente previstas.

Em caráter complementar estão sendo adotadas medidas de curto prazo para a redução do consumo de energia elétrica propostas pela Comissão Interna de Conservação de Energia (CICE) - ref proc: 08227.001972-2021-10 – conforme determinado pelo decreto nº 10.779/2021.

Embora durante a vigência da CICE (set/21 a abr/2022), tenha havido um aumento no consumo de energia elétrica, este ocorreu pela necessidade de aprimoramento das condições de guarda e preservação do acervo custodiado pelo AN, em especial, com a manutenção do funcionamento do sistema de climatização em tempo integral, responsável pela preservação do acervo custodiado, além da execução de atividades referentes à obra de combate a incêndio e pânico. Com vistas a diminuir o impacto, ao longo da vigência do Decreto nº 10.779/2021, foram adotadas as seguintes medidas:

- instalação de sistema de monitoramento dos parâmetros elétricos e consumo de energia elétrica: aquisição e instalação de equipamentos para medidores de energia elétrica para melhor controle do consumo.
- redução e otimização no uso dos transformadores de energia elétrica : monitoramento do consumo dos transformadores de energia elétrica, com desligamento dos equipamentos nos períodos de baixa demanda;
- aquisição de 2 equipamentos de ar condicionado (fancoils) mais eficientes, de modo a substituir equipamentos com tecnologia anterior;
- substituição paulatina de lâmpadas de energia por modelos LED, no âmbito do contrato de manutenção vigente.

Além dessas medidas já implantadas, a CICE/AN sugeriu medidas de curto prazo que encontram-se em vias de implementação, entre as quais destacamos:

- reforma das subestações e geradores a diesel, que encontram-se em fase de licitação, com recebimento das propostas previsto para 30/11. A utilização dos geradores a diesel configura-se como uma alternativa à alimentação energética do órgão, em especial nos horários que o custo de aquisição do kwh é maior (proc. 08227.000744-2021-14);

- elaboração de projeto executivo de reforma completa para a Regional, localizada em Brasília, tendo como premissa os preceitos da sustentabilidade e eficiência energética (proc. 08227.001841/2021-24);
- contratação de empresa para elaboração de projeto executivo de reforma completa para a sede, localizada no Rio de Janeiro, atualmente em fase final de licitação. (proc. 08227.001272/2022-06);
- aquisição de lâmpadas do tipo led para a completa substituição dos modelos atuais (proc. 08227.000847-2022-65).

Por fim, como evidência do impacto positivo das medidas já adotadas, segue informações sobre o consumo de energia elétrica dos últimos 4 anos. No quadro abaixo, é possível perceber que em 2022 houve uma redução no consumo mensal do órgão, quando comparado com o mesmo período de 2019:

Mês	Consumo (kWh) 2018	Consumo (kWh) 2019	Consumo (kWh) 2021	Consumo (kWh) 2022	Redução Obtida 2019/2022 (%)	Observações
Janeiro	391.936	477.012	418.092	445.250	-7,13%	
Fevereiro	376.258	416.897	364.771	410.478	-1,56%	
Março	437.683	450.593	435.096	471.776	4,49%	
Abril	441.255	430.380	377.866	416.592	-3,31%	
Maiο	437.325	429.326	359.545	393.382	-9,14%	
Junho	380.756	365.883	359.217	358.203	-2,14%	
Julho	378.978	409.073	370.924	381.698	-7,17%	
Agosto	385.379	380.725	387.125	365.360	-4,21%	
Setembro	264.051	387.252	387.610	352.201	-9,95%	
Outubro	278.919	456.572	383.427	-	-19,08%	Dados de referência: 2021 e 2019

Novembro	266.594	426.307	365.113	-	-16,76%	Dados de referência: 2021 e 2019
Dezembro	180.044	440.700	416.285	-	-5,86%	Dados de referência: 2021 e 2019

1.2.4 Subprojeto: Aperfeiçoamento do sistema de segurança da informação

Durante o andamento do subprojeto, a contratação da solução para prevenção da perda de dados, primeira entrega, foi incluída no escopo da licitação destinada à aquisição de antivírus para as estações de trabalho e para os servidores físicos e virtuais e solução de segurança AntiSpam e e-mail gateway, 5ª entrega do subprojeto. A licitação dos itens ocorreu em 2020 e as soluções foram implantadas em fevereiro/2021, com a consequente conclusão do subprojeto.

A aquisição de subscrição de licenças de software para solução de auditoria, gestão, automação, monitoração e delegação do gerenciamento de serviços do AD (Microsoft Active Directory) e servidores de arquivos, segunda entrega do subprojeto, foi licitado no 2º semestre de 2021, com implantação da solução em maio/2022 e encerramento das atividades previstas.

Em relação à 3ª entrega, implantação de software para monitoramento e gerenciamento das aplicações visando emissão de alarme de incidentes à rede, o projeto previa a contratação da solução. No entanto, o Arquivo Nacional já utilizava de forma incipiente um software livre, o ZABBIX, para monitoramento de infraestrutura de TI, como redes, servidores, máquinas virtuais e serviços em nuvem. Com a chegada de novos servidores capacitados na ferramenta, optou-se pela customização do referido software focando na integração com as aplicações em utilização pelo órgão a partir de maio/2021, tendo sido considerada como concluída a entrega.

Desde outubro/2020 estão concluídas as atividades referentes à aquisição de licenças e implantação de solução para backup para os ambientes físicos e virtuais de modo a atender as necessidades do Arquivo Nacional, 4ª entrega do subprojeto “Aperfeiçoamento do sistema de segurança da informação”.

1.3 Gestão Orçamentária e Financeira

Conformidade Legal:

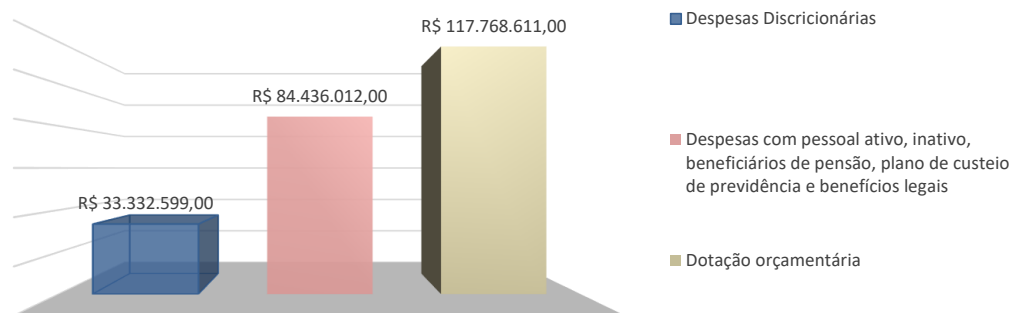
- Decreto nº 4.320/64
- Lei Complementar nº 101/2000
- Decreto nº 93.872/86
- Lei nº 14.303/2022

Perfil do gasto:

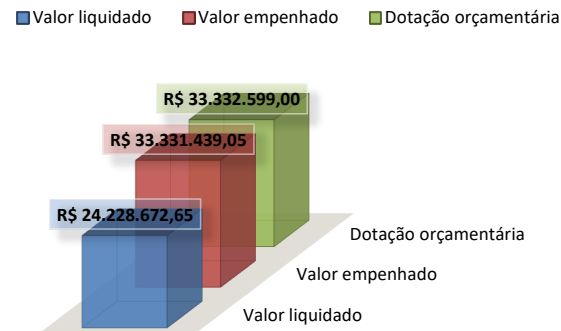
Sobre o valor total das despesas discricionárias foi empenhado, com recursos orçamentários próprios R\$ 32.189.021,07 e descentralizado R\$ 1.142.471,98, a outras Unidades Administrativas, destacando-se as descentralizações ao IPEA, TED com o IBICT; descentralização a ENAP; descentralização para a Imprensa Nacional, a fim de ressarcir despesas compartilhadas entre a Imprensa Nacional e a Superintendência Regional do Arquivo Nacional no Distrito Federal – SUREG; descentralização para o MJSP, para ressarcimento de despesas

com manutenção predial e serviços de brigadistas de incêndio; descentralização a Central de Compras, para utilização do Almoxarifado Virtual Nacional e TaxiGOV. O valor executado corresponde a 99,99% da dotação atualizada.

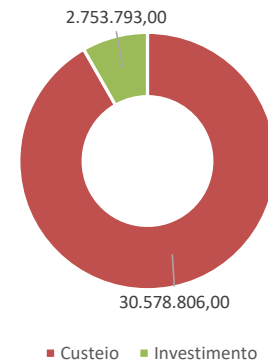
CATEGORIA DE GASTOS



DESPESAS DISCRICIONÁRIAS



DESPESAS DISCRICIONÁRIAS



Ações e perspectivas para 2023

Além da dotação inicial aprovada, ao longo de 2022, o AN executou R\$ 665.673,67 do Fundo de Direitos Difusos – FDD para obras de reparação e preservação do conjunto arquitetônico tombado e dos demais prédios que compõem o complexo da sede, com o objetivo de cumprir as exigências do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro. Em 2019 o Arquivo Nacional teve seu projeto contemplado para receber recursos do Fundo de Direitos Difusos – FDD, por meio do TED nº 08/2019. Inicialmente, o valor acordado foi de R\$ 7.875.394,00 e, em 2021, foi celebrado o Termo Aditivo, alterando sua previsão orçamentária para receber o valor de R\$ 8.541.067,67. As obras para implantação do Sistema de Combate a Incêndio e Pânico foram finalizadas em setembro de 2022, com o valor total de R\$ 8.541.067,67.

1.4 Gestão de Pessoas

Conformidade legal:

Lei nº 8.112/1990.

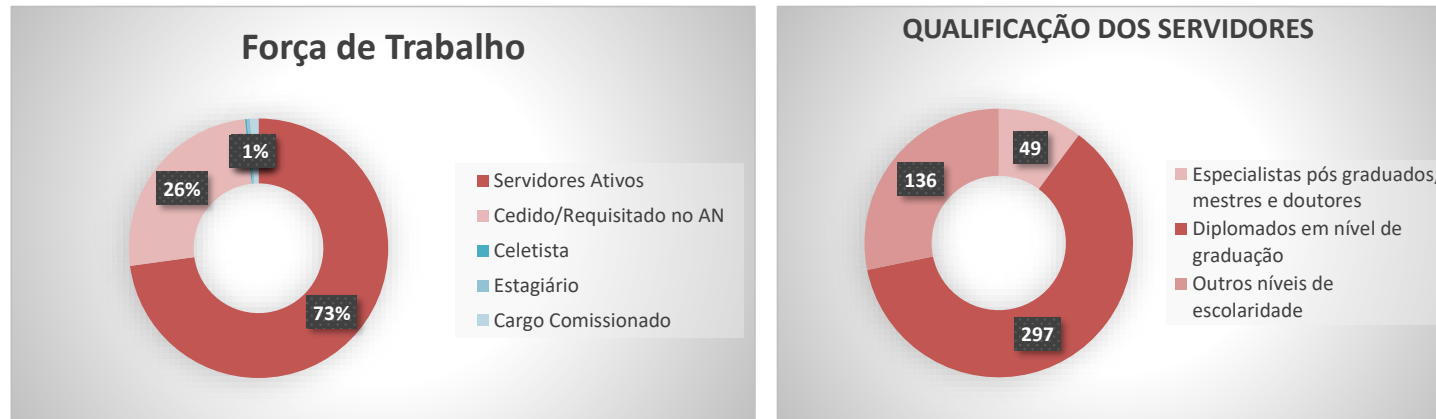
Normativos expedidos pelo Órgão Central dos órgãos e entidades que compõem o Sistema de Pessoal Civil (SIPEC).

PORTARIA AN Nº 100, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2022, publicado no DOU 07/12/2022, que dispõe sobre os procedimentos gerais de instituição do Programa de Gestão no Arquivo Nacional.

Avaliação da força de trabalho:

Para o desenvolvimento de suas atividades, o Arquivo Nacional conta com um quadro de servidores qualificado, que assegura ao órgão a entrega de todos os seus processos de trabalho. São 297 servidores diplomados em nível de graduação e 49 mestres e doutores, nas mais diversas áreas como administração, arquivologia, biblioteconomia, comunicação social, ciências sociais, direito, engenharia, letras, museologia, turismo, entre outros.

Força de Trabalho	
Servidores Ativos	351
Cedido/Requisitado no AN	123
Celetista	1
Estagiário	2
Cargo Comissionado	5
TOTAL	482



Estratégia de recrutamento e alocação de pessoas, situação de servidores com condições de aposentadoria:

Em novembro de 2021, foi realizado o Processo Seletivo Simplificado pelo edital nº 07/2021- seleção de GSISTE/SIGA, publicado no D.O.U. de 19/11/2021, com o objetivo de compor sua força de trabalho. Devido a esta seleção, a instituição recebeu em 2022 por meio desta movimentação, 16 servidores efetivos.

Previsão de Aposentadorias

Plano/Carreira	Quantitativo			
	2023	2024	2025	TOTAL
Plano Geral de Cargos do Poder Executivo Federal – PGPE (todos os cargos, exceto Arquiteto, Economista e Engenheiro)	162	04	00	168
Plano Geral de Cargos do Poder Executivo Federal – PGPE (Estrutura Remuneratória de Cargos Específicos)	02	00	00	02
GDM-PGPE (Médicos)	00	00	00	00
TOTAL	164	04	00	168

Servidores em abono de permanência

Plano/Carreira	Quantitativo (em 31/12/2022)
Plano Geral de Cargos do Poder Executivo Federal – PGPE (todos os cargos, exceto Arquiteto, Economista e Engenheiro)	147
Plano Geral de Cargos do Poder Executivo Federal – PGPE (Estrutura Remuneratória de Cargos Específicos – Arquiteto, Economista e Engenheiro)	02
GDM-PGPE (Médicos)	
TOTAL	149

Evasão de servidores efetivos

Plano/Carreira	Quantitativo (exercício DE 2022)						
	Exoneração	Posse em outro cargo inacumulável	Falecimento	Demissão	Aposentadoria	Outros– Especificar Pós- Graduação no país	Total
Plano Geral de Cargos do Poder Executivo Federal – PGPE (todos os cargos, exceto Arquiteto, Economista e Engenheiro)			02		14		16
Plano Geral de Cargos do Poder Executivo Federal – PGPE (Estrutura Remuneratória de Cargos Específicos)							

– Arquiteto, Economista e Engenheiro)							
GDM-PGPE (Médicos)							
TOTAL							16

Os dados relativos à força de trabalho, com exceção de PNE, extraídos do Painel Estatístico Pessoal – PEP, pela CGGP/SAA/SE/MJSP.

Força de Trabalho	
Necessidades Especiais	Quantitativo
PNE	06

Liberação de servidores do Ministério da Justiça e Segurança Pública a outros órgãos (cessão/requisição)

Órgão Cessionário (Lista Exemplificativa)	Quantitativo	%
Advocacia-Geral da União- AGU	04	
Conselho Administrativo de Defesa Econômica		
Escola Nacional de Administração Pública		
Ministério da Economia	01	
Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos		
Presidência da República		
Tribunal Regional Eleitoral - DF		
Controladoria Geral da União	01	
Universidade Federal da Paraíba	01	

Governo do Estado do Rio de Janeiro	01	
Defensoria Pública da União	01	
Total	9	

Os dados que tratam da composição remuneratória foram extraídos do Painel Estatístico de Pessoal – PEP, pela CGGP/SAA/SE/MJSP.

Situação	2021 (Valor em R\$)	2022 (Valor em R\$)
ATIVOS	60.173.455,33	53.243.809,00
INATIVOS	13.592.180,00	19.559.832,00
PENSIONISTAS	3.600.055,16	3.831.640,73
TOTAL	77.365.690,49	76.635.281,73

Detalhamento da despesa de pessoal:

No ano de 2022 houve a diminuição de despesas de ativos. Com um acréscimo de 14 aposentadorias e um aumento de despesas de pensionistas, com 2 acréscimos.

Estratégia de valorização por desempenho e levantamento de necessidades de treinamento; estratégias para alavancar o desempenho e a eficiência, sistemas/ferramentas de apoio, trabalho remoto, valorização do ambiente e das condições de trabalho

A Gestão de Pessoas no Arquivo Nacional vem demonstrando uma evolução ao longo dos anos, a partir da adoção de novos padrões de relação de trabalho, desde o recrutamento de servidores a partir dos processos seletivos realizados pela Instituição, bem como o incentivo da participação dos servidores em ações de desenvolvimento de competências institucionais e individuais.

Avaliação de desempenho

Item	Informação
Denominação da gratificação de desempenho	GDPGPE / GDACE / GDM
Ciclo de avaliação	2021/2022
Quantitativo de servidores avaliados	361 (GDPGPE= 354; GDACE= 5; GDM= 2)
Quantitativo de pedidos de reconsideração	0
Quantitativo de recursos	0

Promoção

Item	Informação
Carreira/Plano	GDPGPE / GDM / GDACE
Legislação/Amparo legal	Decreto nº 84.669/1980
Quantitativo de servidores avaliados	15
Quantitativo de promoções concedidas	15
Quantitativo de atos concessionários publicados	01 - Portaria/AN nº 169, de 24/08/2022, publicada no BGP em 1/9/2022.

Progressão Funcional

Item	Informação
Carreira/Plano	GDPGPE / GDACE / GDM
Legislação/Amparo legal	Decreto nº 84.669/1980
Quantitativo de servidores avaliados	168
Quantitativo de promoções concedidas	168
Quantitativo de atos concessionários publicados	01 - Portaria/AN nº 170, de 24/08/2022, publicada no BGP em 1/9/2022.

Estágio Probatório

Carreira/Plano	Quantitativo de servidores que concluíram estágio probatório
Plano Geral de Cargos do Poder Executivo Federal – PGPE (todos os cargos, exceto Arquiteto, Economista e Engenheiro)	0
Plano Geral de Cargos do Poder Executivo Federal – PGPE (Estrutura Remuneratória de Cargos Específicos - Arquiteto, Economista e Engenheiro)	0
Carreira de Desenvolvimento de Políticas Sociais – Analista Técnico de Políticas Sociais	0
Carreira de Agente Federal de Execução Penal	0
Carreira de Especialista Federal em Assistência à Execução Penal	0
Carreira de Policial Rodoviário Federal	0
Plano Especial de Cargos da Polícia Rodoviária Federal	0
Outros – Especificar:	0
TOTAL	0

Cargos Gerenciais ocupados por servidores com vínculo

Cargo/Função	Quantitativo				
	Servidores do MJ	Servidores de outros órgãos	Servidores sem vínculo	Sem ocupação	Total
DAS-1					
DAS-2		4	1		
DAS-3	1	1			
DAS-4	2	1	1		
DAS-5			1		
DAS-6					
FCPE-1					
FCPE-2	1				
FCPE-3	5	1		2	
FCPE-4				1	
Total	9	7	3	3	22

Capacitação**Estratégia e Números**

Descrição	Ano 2021	Ano 2022
Servidores Capacitados	123	171
Horas de Capacitação	2.612	5.895
Investimento* (R\$)	22.857,00	73.553,00

*com utilização do orçamento do órgão

Ações voltadas à saúde e qualidade de vida

A Divisão do Serviço de Saúde e Segurança está continuamente atuando com orientações, parcerias, campanhas e apoio ao servidor com o objetivo de desenvolver ações de qualidade de vida, bem como melhorar o clima organizacional.

Ações relevantes no exercício de 2022

Nome da ação	A importância dos sistemas de Gestão de Pessoas
Descrição	Ação desenvolvida pela Coordenação de Gestão de Pessoas para capacitar os servidores do Arquivo Nacional nos sistemas de Gestão de Pessoas (SISREF, SOUGOV, SIGEPE), introdução ao SEI e acesso a intranet.
Quantitativo de servidores capacitados	15 servidores

Nome da ação	Sigepe - Ação Judicial
Descrição	Capacitação dos servidores da COGEP para utilizar o SIGEPE - Ação Judicial
Quantitativo de servidores capacitados	10

Nome da ação	Palestra sobre Programa de Gestão
Descrição	COGEP desenvolveu palestra apresentando e esclarecendo o modelo do Programa de Gestão
Quantitativo de servidores capacitados	200

Ações voltadas para a valorização/ reconhecimento dos servidores (NOVO)

Nome da ação	Valorização de servidores
Tipo de ação (*)	Elogio
Descrição	Reconhecimento a servidores pela excelência de desempenho nas atividades laborais demandadas
Quantitativo de servidores capacitados	02 servidores

(*) Premiação, Diploma de Honra ao Mérito, Formalização de Elogio, etc.

Ações voltadas para o bem-estar no contexto organizacional e das condições de trabalho (NOVO):

Nome do evento		Tipo de Ação (*)	Quantidade de Participantes
Combate a COVID-19		Informações por posts	Público-alvo - Força de Trabalho
Saúde ao Combate do Coronavírus e mês de Conscientização da Endometriose		Campanha	Público-alvo - Força de Trabalho
Promoção à Saúde- Cuidados com a COVID e medidas preventivas no seu combate		Campanha	Público-alvo - Força de Trabalho
Luta Contra as Hepatites Virais		Campanha	Público-alvo - Força de Trabalho
Ansiedade		Campanha	Público-alvo - Força de Trabalho
Prevenção ao Suicídio		Campanha	Público-alvo - Força de Trabalho
Prevenções e Orientações Médicas		Campanha	Público-alvo - Força de Trabalho

Prevenções e Orientações Odontológicas		Campanha	Público-alvo - Força de Trabalho
Outubro Rosa- Prevenção ao Câncer de Mama		Campanha	Público-alvo - Força de Trabalho
Novembro Azul- Prevenção ao Câncer de Próstata		Campanha	Público-alvo - Força de Trabalho
Nova Variante do Coronavírus- a Omicron		Informações por posts	Público-alvo - Força de Trabalho

(*) Seminário, Palestras, Oficina, Campanha etc.

Principais desafios enfrentados:

No exercício de 2022, a Coordenação de Gestão de Pessoas, da Coordenação-Geral de Administração do Arquivo Nacional/Ministério da Justiça e Segurança Pública teve, como um dos principais desafios, o planejamento do retorno dos servidores às atividades presenciais; a digitalização do legado das pastas funcionais dos servidores, no Assentamento Funcional Digital- AFD; a implementação da avaliação de desempenho individual pelo SIGEPE-AD; elaboração do PDP Arquivo Nacional; e o desenvolvimento do modelo do Programa de Gestão do Arquivo Nacional. Ainda no exercício de 2022, iniciou-se a contratação de empresa especializada para, em conjunto com a Coordenação, mapear as competências do Arquivo Nacional, bem como iniciou os estudos para a implementação do DFT (dimensionamento da força de trabalho).

Perspectiva para o próximo ano:

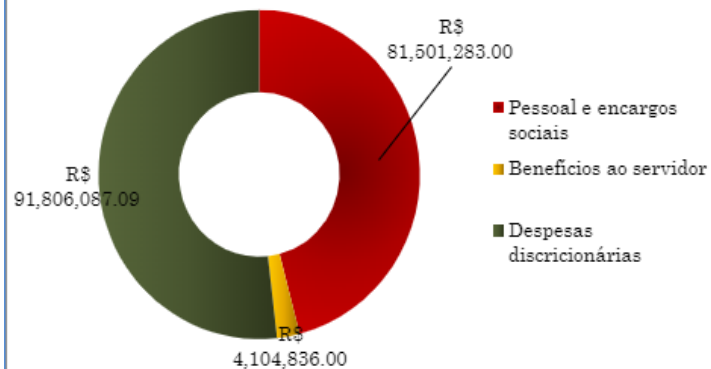
Despesas Empenhadas	
Pessoal e encargos sociais	R\$ 84.225.307,00
Benefícios ao servidor	Já abrange os encargos sociais
Despesas discricionárias	R\$ 33.331.439,05
Pessoal e Encargos Sociais	
Pessoal ativo	R\$ 53.243.809,00

Pessoal Inativo e Pensionista	R\$ 19.559.832,00
Encargos Sociais (assistência médica e odontológica, pre-escolar, auxílios e contribuição para previdência)	R\$ 11.422.666,00
Benefícios ao Servidor	
Alimentação	R\$ 1.984.056,00
Transporte	R\$ 867.748,06
Médica	R\$ 825.371,08
Assistência Pré escola	R\$ 131.727,70
Funeral/Natalidade	R\$ 34.753,19
Custeio	R\$ 29.434.618,76
Investimento	R\$ 2.753.242,36

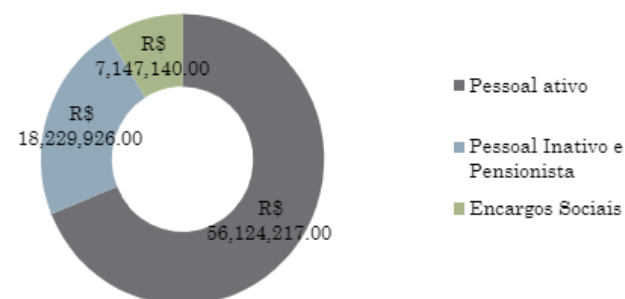
No exercício de 2023, a Coordenação de Gestão de Pessoas da Coordenação-Geral de Administração/Ministério da Justiça e Segurança Pública tem como desafios: - a finalização das digitalizações dos dados funcionais/pessoais dos servidores no Assentamento Funcional Digital-AFD; - a implementação do Programa de Gestão do Arquivo Nacional; - a conclusão do mapeamento de competência; - a implementação do DFT (dimensionamento da força de trabalho).

Perfil de gastos:

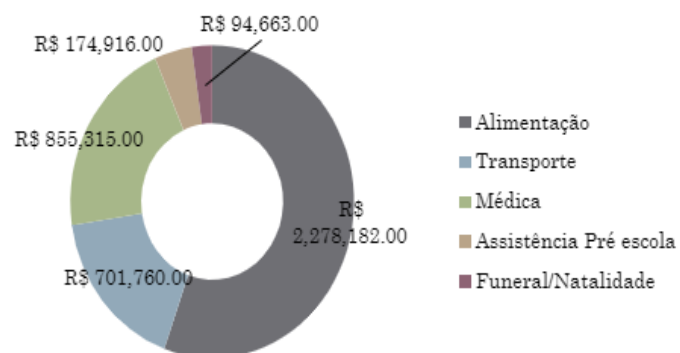
Despesas Empenhadas



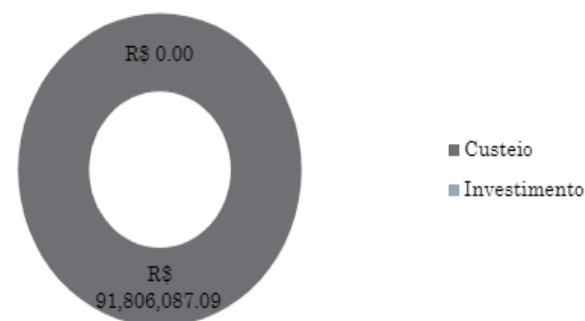
Pessoal e Encargos Sociais



Benefícios ao servidor



Despesas Discricionárias



1.5 Gestão de Licitações e Contratos

Conformidade legal:

Além das normas que subsidiam de forma geral as contratações públicas, Leis 8.666/93, 10.520/02 e 14.133/21; e Decretos nº 7.892, de 2013, nº 5.450, de 2005, revogado pelo Decreto nº 10.024, de 2019, destacam-se os seguintes normativos que orientam os processos de contratações no AN:

- Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012;
- IN SEGES/MP nº 05, de 26 de maio de 2017;
- IN SEGES/ME nº 40, de 22 de maio de 2020;
- IN SEGES/ME nº 73, de 05 de agosto de 2020;
- IN SEGES/ME nº 65, de 07 de julho de 2021;
- IN SEGES/ME nº 67, de 08 de julho de 2021;
- Portaria SEGES/ME nº 8.678, de 19 de julho de 2021;
- Decreto nº 10.947, de 25 de janeiro de 2022;
- IN nº 53, de 08 de julho de 2020;
- Portaria nº 405 de 20 de novembro de 2020;
- IN SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022;
- IN SEGES/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022;
- Decreto 11.317 de 29 de dezembro de 2022.

Detalhamento dos gastos das contratações

Em 2022 foram geridos 81 contratos administrativos, totalizando um valor de R\$ 57.482.947,63.

Por Finalidade da Contratação			
	Quant.	%	Valores (R\$)
Funcionalidade Administrativa	54	66,67%	R\$ 46.616.102,62
TIC	27	33,33%	R\$ 10.866.845,01
Outros		0,00%	
Total	81	100,00%	R\$ 57.482.947,63

Por Classificação do Objeto			
	Quant.	%	Valores (R\$)
TIC	27	33,33%	R\$ 10.866.845,01
Serviços	34	41,98%	R\$ 14.551.567,32
Mão de Obra	14	17,28%	R\$ 19.695.385,44
Serviços de Engenharia	4	4,94%	R\$ 3.796.622,67
Obras	1	1,23%	R\$ 8.541.069,71
Locação (Imóveis/Equipamentos)	1	1,23%	R\$ 31.457,48
Total	81	100,00%	R\$ 57.482.947,63

Por tipo de Vigência			
	Quant.	%	Valores (R\$)
Prazo Determinado	76	93,83%	R\$ 47.918.852,08
Escopo	5	6,17%	R\$ 9.564.095,55
Locação		0,00%	
Total	81	100,00%	R\$ 57.482.947,63

Identificação dos Contratos de Maior Relevância considerando sua associação aos objetivos estratégicos e missão institucional			
Nº do Processo	Objeto resumido	Valor total	Justificativa da relevância
08060.000639/2018-20	Prestação de serviços de Engenharia, para execução dos serviços constantes no Laudo de exigências do Corpo de Bombeiros.	8.541.069,71	<p>Atender às demandas do Órgão no que tange à prevenção e ao combate a incêndios, visando, em caso de sinistro, proteger a vida e o patrimônio, de modo a reduzir as consequências sociais do sinistro e os danos ao patrimônio público e ao meio ambiente;</p> <p>Atender ao disposto na Norma Regulamentadora NR 23 - Proteção Contra Incêndios, que trata da obrigatoriedade de instalações de proteção contra incêndio, das rotas de fuga, dos equipamentos para combate a incêndio e do pessoal treinado no uso correto desses equipamentos.</p>
08227.000468/2020-11	Prestação de serviços contínuos de operação, supervisão, assessoramento técnico,	5.162.458,32	O Arquivo Nacional dispõe de sistemas e equipamentos de elevada complexidade, relacionados às atividades finalísticas

	manutenção preditiva, preventiva e corretiva, com fornecimento de materiais, peças, mão de obra dedicada e eventual, equipamentos, serviços eventuais e especializados sob demanda, nos sistemas, equipamentos e instalações prediais.		desempenhadas pelo Órgão, sistemas informatizados de amplitude nacional, depósitos para preservação e conservação de acervos digitais e físicos, biblioteca e áreas administrativas. Cabe ainda salientar que a sede localizada no RJ dispõe de 4 (quatro) prédios tombados pelo IPHAN, que demandam manutenção especializada tendo em vista a necessidade de manter as características únicas de suas instalações e infraestrutura.
08227.001272/2022-06	Prestação de serviços de empresa especializada na área de engenharia e/ou arquitetura para a elaboração, em metodologia BIM, de Projetos Executivos de Reforma e Restauração de Edificações e eventuais ampliações contemplando arquitetura e instalações, cadernos de encargos e diretrizes, memorial descritivo, memórias de cálculo, planilha de materiais detalhadas, planilhas orçamentárias detalhadas, cronogramas físico-financeiros, pesquisa de mercado em consonância com as exigências da Administração Pública federal.	2.799.788,83	A contratação viabilizará a futura execução das obras do Programa de Requalificação do Arquivo Nacional (PRA); O Arquivo Nacional não possui em seu quadro técnico profissionais suficientes para desenvolver um Programa com tal abrangência, o que autoriza a contratação de terceiros para elaboração desses projetos (AC TCU nº 755/2009-P, nº 1774/2009-P e nº 3156/2012-P); A necessidade da contratação por metodologia BIM torna-se essencial, uma vez que este método apresenta a melhor exatidão e qualidade na entrega de todos os documentos para posterior contratação de obras de reforma e restauro.

08227.001636/2022-40	Prestação de serviços contínuos de operação, supervisão, assessoramento técnico, manutenção preditiva, preventiva e corretiva, com fornecimento de materiais, peças, mão de obra dedicada, rotineira, eventual, especializados sob demanda e equipamentos, nos sistemas, equipamentos e instalações prediais existentes ou que venham a ser instalados, pertencentes ao Arquivo Nacional.	5.501.342,28	O Arquivo Nacional dispõe de sistemas e equipamentos de elevada complexidade, relacionados às atividades finalísticas desempenhadas pelo Órgão, sistemas informatizados de amplitude nacional, depósitos para preservação e conservação de acervos digitais e físicos, biblioteca e áreas administrativas. Cabe ainda salientar que a sede localizada no RJ dispõe de 4 (quatro) prédios tombados pelo IPHAN, que demandam manutenção especializada tendo em vista a necessidade de manter as características únicas de suas instalações e infraestrutura.
----------------------	---	--------------	--

As contratações realizadas em 2022 apresentam-se a seguir:

Modalidades identificadas	Quant.	%	Valores (R\$)
PREGÃO ELETRÔNICO	19	15	R\$ 16.177.008,84
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO	40	32	R\$ 1.467.955,77
DISPENSA DE LICITAÇÃO	50	40	R\$ 9.290.030,21
ARP (PARTICIPANTE OU ADERENTE)	16	13	R\$ 3.548.611,38
Total	125	100	R\$ 30.483.606,20

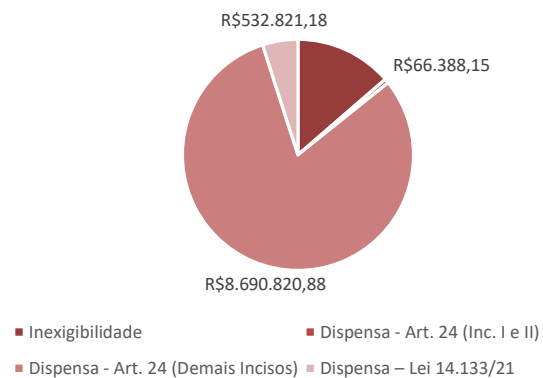
Comentado [RdSR1]: É possível relacionar as áreas favorecidas nessas contratações? Por exemplo, das aquisições, X% é para SUPRA; X% SUGED.

Por Classificação de Objeto			
	Quant.	%	R\$
TIC	14	11,2	R\$ 3.134.573,16
Serviços	80	64,0	R\$ 25.493.018,01
Aquisição	31	24,8	R\$ 1.856.015,03
Total	125	100,0	R\$ 30.483.606,20

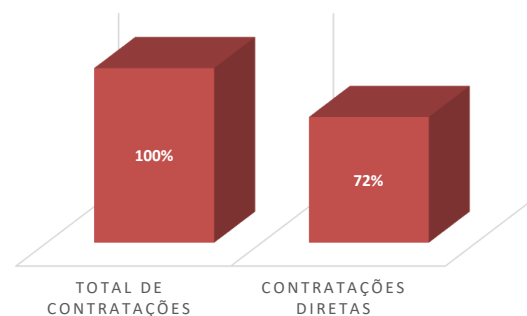
Contratações Diretas

Foram realizados 90 procedimentos de contratação direta, o que representa 72% em relação à quantidade total de contratações levantadas, no valor de R\$ 10.757.985,98. Desse percentual, constata-se que foram realizadas 50 contratações por dispensa de licitação (40%) e 40 contratações por inexigibilidade (%).

Detalhamento das contratações diretas

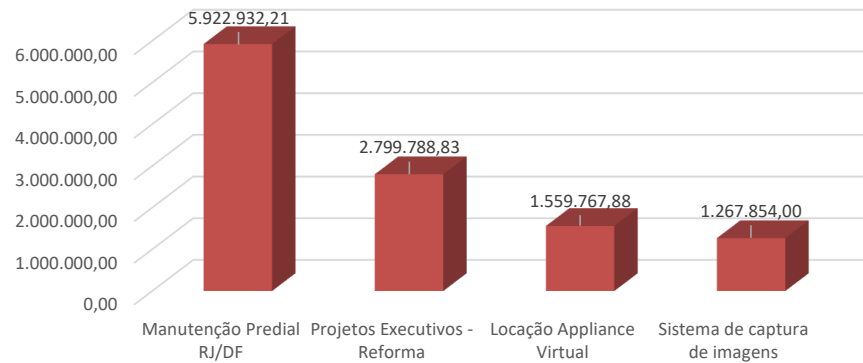


TOTAL DE CONTRATAÇÕES X CONTRATAÇÕES DIRETAS



Contratações mais relevantes e justificativas para essas contratações.

Contratações de maior relevância



Nº do Processo	Objeto resumido	Valor total	Justificativa da relevância
08227.002428/2021-87	Aquisição de equipamento - sistema de captura de imagens em alta resolução para o Arquivo Nacional	R\$ 1.267.854,00	A aquisição tem a finalidade dar cumprimento à competência do Arquivo Nacional na atividade de reformatação dos documentos de grande formato e iconográficos, promovendo ações que garantam a sobrevida dos suportes, o acesso à informação e a divulgação dos acervos sob guarda do Arquivo Nacional. A utilização de sistemas de capturas em médios e grandes formatos permite a divulgação do acervo institucional e a sua utilização, tanto por parte dos consulentes, quanto a disponibilização on line, ou impressão em grandes dimensões, como banners, sem perda de qualidade ou de informação por parte da instituição em futuras exposições. A utilização de médios (100MP) e grandes (150MP) resoluções, produz menor ruído de imagem, mais detalhamento e nitidez, gerando uma maior qualidade final das imagens.

08227.000817/2022-59	Contratação de Locação de Appliance Virtual F5 BIG-IP	R\$ 1.559.767,88	O firewall corporativo é um ativo de segurança da informação fundamental numa rede de dados empresarial, uma vez que ele regula/monitora todo o tráfego de entrada e saída na rede. Por meio da introspecção dos dados de rede, o firewall corporativo é capaz de bloquear acessos não autorizados, mediar o uso de internet, criar conexões seguras, bem como oferecer atualizações automáticas para ameaças de dia zero (Ex. zero-day malware). Objetivamos reduzir o risco consequente ao crescimento dos acessos indevidos, garantindo a confidencialidade, integridade e disponibilidade.
08227.001272/2022-06	Contratação de empresa especializada na área de engenharia e/ou arquitetura para a elaboração, em metodologia BIM, de Projetos Executivos de Reforma e Restauração de Edificações e eventuais ampliações contemplando arquitetura e instalações	R\$ 2.800.000,00	Cumprido o projeto de adequação em atendimento ao Laudo de Exigências do Corpo de Bombeiros do Rio de Janeiro, onde a sede do Arquivo Nacional passou por obras para a implantação de sistema de combate a incêndio e pânico, custeada pelo Fundo de Direitos Difusos, apesar da manutenção habitual, não foram realizadas outras pequenas obras, como a reforma dos depósitos do Bloco F há pelo menos dez anos, tão pouco, a pintura das fachadas ou mesmo a substituição das janelas deterioradas dos depósitos de guarda. Além disso, muitas mudanças de layout feitas ao longo dos anos reclamam uma atualização dos projetos de interiores. Assim, torna-se patente não apenas a necessidade de expansão, mas também a de requalificação arquitetônica dos edifícios e suas instalações. Ademais, a manutenção do sistema de refrigeração tem necessitado de uma atenção especial, com graves exigências para a preservação dos acervos em depósitos de guarda de filmes e dos prédios tombados e para a estrutura dos demais edifícios. Com a presente contratação será possível, futuramente, abrir processos para a contratação de obras com vistas a sanar todos os problemas apontados ao longo dos próximos 3 anos.

RELATÓRIO DO ARQUIVO NACIONAL - 2022

08227.001636/2022-40	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços contínuos de operação, supervisão, assessoramento técnico, manutenção preditiva, preventiva e corretiva, com fornecimento de materiais, peças, mão de obra dedicada, rotineira, eventual, especializados sob demanda e equipamentos, nos sistemas, equipamentos e instalações prediais existentes ou que venham a ser instalados, pertencentes ao Arquivo Nacional,	R\$ 5.922.933,76	Contratação visando à continuidade dos serviços para manter as instalações prediais do Arquivo Nacional, situadas no Centro do Rio de Janeiro e sua filial na região Sudoeste de Brasília/DF, em perfeito estado de funcionamento, com o constante monitoramento e operação de seus sistemas, equipamentos através da realização de manutenções preditivas, preventivas, corretivas e corretivas emergenciais.
----------------------	---	------------------	--

Por PAC

	Quant.	%	Valores (R\$)
2022	120	96,0	R\$ 28.693.809,60
2021	5	4,0	R\$ 1.789.796,60
Total	125	100,0	R\$ 30.483.606,20

Principais metas não alcançadas, principais desafios, ações e perspectivas para os próximos exercícios

Desafios:

- Aprimoramento da etapa de planejamento e elaboração dos artefatos da contratação, objetivando maior fluidez;
- Padronização das rotinas de gestão de contratos;
- Ampliação de capacitações especializadas na temática de contratos;
- Monitoramento, por meio de verificação em checklist, de modo a detectar irregularidades e/ou ausência de cumprimento da legislação, normativas e jurisprudência.

Ações Futuras:

- Aprimorar os prazos de execução dos processos encaminhados para pagamento de Nota Fiscal/Fatura, conforme Instruções Normativas;
- Aprimorar e internalizar o uso completo do Sistema Comprasnet;
- Contratos no âmbito do Arquivo Nacional inserindo todos os artefatos contratuais (Editais, Contratos, Publicações no DOU, Aditivos, Garantias, atores contratuais, prepostos, terceirizados, conta vinculada, ocorrências contratuais e outros futuros módulos a serem liberados pela SEGES);
- Estabelecer padrões para os processos de contratações, nos termos dos normativos vigentes;
- Criação do Plano Diretor de Logística Sustentável;
- Implantação dos indicadores de Governança: iGestContrat e iGovContrat;
- Desenvolvimento da Política de Gestão de Riscos Contratuais;
- Elaboração de Normativo com sanções e dosimetrias para utilização dos gestores de contratos;

- Orientação aos gestores e fiscais de contrato sobre a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e suas implicações nos contratos celebrados no Arquivo Nacional;
- Uso de robôs e inteligência artificial para contratações públicas;
- Criação de um Mapa de Riscos Comum para as contratações;
- Controle de processos de contratação através de robô via SEI (Ponto de Controle); e
- Monitoramento de Riscos Contratuais via software.

1.6 Gestão Patrimonial e Infraestrutura

A gestão patrimonial do AN é efetuada pelo SIADS - Sistema Integrado de Gestão Patrimonial.

Conformidade Legal

- Lei nº 8.666/93 regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências
- Lei nº 8.429/92, atualizada pela Lei 14.230/2021, dispõe sobre as sanções aplicáveis em virtude de atos de improbidade administrativa, de que trata o § 4º do art. 37 da Constituição Federal, e dá outras providências.
- Lei nº 4.320/1964 Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.
- Lei nº 10.098/2000, atualizada pelas Leis 13.146/2015 e 13.825/2019, estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.
- Decreto-lei nº 200/1967 dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências

- Decreto nº 9.373 de 11 de maio de 2018, revoga o Decreto 99658/90 – Dispõe sobre a alienação, a cessão, a transferência, a destinação e a disposição final ambientalmente adequadas de bens móveis no âmbito da Administração Pública Federal Direta, autárquica e fundacional.
- Decreto 5.296/2004, regulamenta as Leis 10.048 e 10098/2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.
- Decreto Nº 9.864, de 27 de Junho de 2019 - Regulamenta a Lei nº 10.295, de 17 de outubro de 2001, que dispõe sobre a Política Nacional de Conservação e Uso Racional de Energia.
- Decreto 10.936/2022, regulamenta Lei 12305/2010, que instituiu a Política nacional de Resíduos Sólidos.
- Instrução Normativa nº 142/83 DASP – Orientações para padronização de procedimentos inerentes à administração de materiais em órgãos públicos na esfera Federal.
- Instrução Normativa nº 205/88 da SEDAP – Rege o controle de material, tanto de consumo, quanto permanente, na administração Pública Federal e descreve as principais atividades a serem desenvolvidas pelos órgãos componentes da Administração Federal .
- Instrução Normativa nº 009/83-DG/DPI de 11/07/1983 – Regula os procedimentos relativos a movimentação dos bens moveis no âmbito da Polícia Federal.
- Instrução Normativa nº 01/2010SLTI/MPOG Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências
- Instrução Normativa nº 02/2014- SLTI/MPOG Dispõe sobre regras para a aquisição ou locação de máquinas e aparelhos consumidores de energia pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, e uso da Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (ENCE) nos projetos e respectivas edificações públicas federais novas ou que recebam retrofit
- STN_MACROFUNÇÃO02.03.43 - Bens Móveis
- STN_MACROFUNÇÃO 02.03.35 REAVALIAÇÃO, REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL
- STN_MACROFUNÇÃO 02.03.30 DEPRECIAÇÃO

- STN_MACROFUNÇÃO 02.03.45 ATIVOS INTANGÍVEIS
- DECRETO 9764/2019, ATUALIZADO PELO DECRETO 10.314/2020 - DISPÕE SOBRE O RECEBIMENTO DE DOAÇÕES DE MÓVEIS E SERVIÇOS DE PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS DE DIREITO PRIVADO PELOS ÓRGÃOS E ENTIDADES DA ADM PUBLICA FEREAL
- PORTARIA Nº 90 MJSP 18/03/2022 - REGULAMENTA A MOVIMENTAÇÃO DE BENS NO ÂMBITO DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, REVOGA A PORTARIA 133 SE/2014.
- Instrução Normativa nº 1/14, SPU – Dispõe sobre as diretrizes de avaliação dos imóveis da União, bem com define os parâmetros técnicos de avaliação para cobrança em razão de sua utilização;
- Portaria nº 448/02, da STN do Ministério da Fazenda – Divulga o detalhamento das naturezas de despesas 339030, 339036, 339039 e 449052
- Portaria nº 184/08 da STN/SFC do Ministério da Fazenda – Dispõe sobre as diretrizes a serem observadas no setor público, quanto aos procedimentos, práticas, elaboração e divulgação das demonstrações contábeis, de forma a torná-los convergentes as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicada ao Setor Público
- Portaria nº 448/2002 - STN Divulga o detalhamento das naturezas de despesas 339030, 339036, 339039 e 44905
- Manual de Contabilidade Analítica voltada para Administração Pública - MCASP, 8ª edição de 2018 visa colaborar com o processo de elaboração e execução do orçamento, além de contribuir para resgatar o objeto da contabilidade como ciência, que é o patrimônio.

Principais Investimentos de capital

TIPO DE DESPESA	UNIDADE	VALOR
Manutenção Predial	Arquivo Nacional - Rio de Janeiro	R\$2.996.926,56
Mobiliário	Arquivo Nacional - Rio de Janeiro - SUREG - DF	R\$172.776,00
Obra	Arquivo Nacional - Rio de Janeiro	R\$3.465.462,50
Equipamentos	Arquivo Nacional - Rio de Janeiro - RJ - SUREG - DF	R\$3.421.345,35

Avaliação do custo-benefício e impacto sobre os objetivos estratégicos:**Quantidade e o valor de bens ativos (móveis, imóveis e intangíveis)**

No contexto da gestão patrimonial, o Arquivo Nacional faz a gestão de R\$350.286.988,79 (trezentos e cinquenta milhões duzentos e oitenta e seis mil novecentos e oitenta e oito reais e setenta e nove centavos) itens de patrimônio, os quais são distribuídos conforme quadro a seguir:

CLASSIFICAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR
Móveis	38.804	R\$48.906.812,18
Imóveis	2	R\$299.160.578,78
Intangíveis		R\$2.219.597,83
TOTAL	38.806	R\$350.286.988,79

Desfazimento de bens

UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR
IPJBRJ E ERMJRERJ-ITAMARAY	95 ESTANTES DE AÇO = 15+80	R\$0,95
MUSAL - Museu da Aeronáutica	350 ESTANTES DE AÇO	R\$3,50
TOTAL	445	R\$4,45

Locação de imóveis e equipamentos

Não há.

Mudanças e desmobilização relevantes

Não há.

Principais desafios e ações futuras

Mapeamento a partir do inventário de bens móveis., necessidades e proposta de estudo com vista a padronização do mobiliário e atualização tecnológica do parque computacional.

1.7 Gestão de TIC**Montante de recursos aplicados em TIC**

2021			2022		
Custeio	Investimento	Total	Custeio	Investimento	Total
4,5	2,9	7,4	5,7	0,4	6,2

Contratações mais relevantes

MULTITECNOLOGIA SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA-ME	Contratação de solução de tecnologia da informação e comunicação de Locação de Appliance Virtual F5 BIG-IP para a expansão dos APPLIANCES F5 Big-IP, com instalação e configuração, existentes no AN, visando compatibilizar com a volumetria de tráfego de dados, com direito a garantia, atualização, suporte técnico e treinamento.	R\$ 1.559.767,88
---	--	------------------

GREEN4T SOLUÇÕES TI S.A.	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preditiva, preventiva programada e corretiva com fornecimento integral de peças quando necessário, e monitoramento em tempo real do ambiente de segurança de alta disponibilidade, denominado Sala-Cofre, certificada conforme norma ABNT-NBR-15247:2004.	R\$ 554.000,00
ADD VALUE PARTICIPAÇÕES COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA.	Aquisição de módulo de expansão de licenciamento perpétuo Commvault backup e recuperação de correio eletrônico, além de aplicações hospedadas na nuvem, com garantia de manutenção e suporte técnico.	R\$ 137.036,78
SOLO NETWORK BRASIL S.A /PISONTEC COMERCIO E SERVIÇOS EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO EIRELI	Aquisição de licenças perpétuas de Windows Server e tipo de acesso de usuário Windows CAL	R\$ 95.220,90

Principais iniciativas e resultados na área de TIC

Iniciativas	Resultados, Benefícios ou Impactos
Desenvolvimento do NOVO SIAN	Sistema irá facilitar o acesso às informações custodiadas no AN

Contratação de empresa especializada na manutenção de Sala-Cofre, certificada conforme norma ABNT-NBR-15247:2004.	Manter o nível de proteção das informações armazenadas e do investimento em tecnologia da informação contra acessos indevidos às áreas do datacenter.
Aquisição de módulo de expansão de licenciamento perpétuo Commvault backup e recuperação de correio eletrônico, além de aplicações hospedadas na nuvem	Salvaguardar o armazenamento de informações estratégicas do AN armazenadas nos aplicativos em nuvem.
Aquisição de solução de firewall de borda	Proteger as aplicações web de ataques cibernéticos

Principais ações na segurança da informação

- Aquisição de solução de firewall de borda para proteção das aplicações web;
- Aquisição de ferramenta para salvaguardar dados de aplicativos hospedados na nuvem; e
- Atualização das políticas de backup e restore.

Principais desafios e ações**Pessoal**

- Limitação de servidores internos para executar as atividades de TIC nas áreas de governança, infraestrutura e desenvolvimento.
- Equipe reduzida de colaboradores por limitação orçamentária, sendo necessário realizar aditivos nos contratos para adequar os serviços oferecidos às áreas de negócio; e
- Dificuldade da contratação de cursos específicos de TIC, para desenvolver as habilidades e atualizar os servidores diante das novidades tecnológicas.

Governança de TIC e Segurança da Informação

- Implantação de solução para prevenção a perda de dados na rede interna da instituição. Por se tratar de uma casa Arquivística se faz necessário incrementar as camadas de segurança para perda e danos nos documentos arquivísticos.
- Desafio na implantação de frameworks mais reconhecidos do mercado (ITIL e COBIT);
- Dificuldade de balancear a limitação orçamentária com boa qualidade na segurança da informação; e
- Operacionalização de uma Solução Integrada de Segurança de Redes eficiente que visa prover o ambiente tecnológico corporativo do Arquivo Nacional com segurança, confidencialidade e integridade do tráfego de dados sensíveis, mas igualmente assegurar a melhoria da qualidade dos serviços prestados à sociedade e a usuários externos e internos no tocante à Segurança da Informação.
-

Sistemas e Infraestruturas

- Fortalecimento do Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo da Administração Pública Federal - SIGA e sua atuação como sistema estruturador das atividades de gestão de documentos de arquivo da Administração Pública Federal por meio de um sistema informatizado estruturante, de acordo com os requisitos do Modelo e-ARQ Brasil SIGAD;
- Aperfeiçoamento do Sistema Nacional de Informações do Arquivo Nacional - SIAN e ampliação da disponibilização do acervo em meio digital, com vistas à ampliação da capacidade de recolhimento, custódia e preservação e do acesso aos documentos da Administração Pública Federal;

Inovação e Integração

- Desenvolvimento de soluções informacionais e tecnológicas voltadas para o reconhecimento e transcrição paleográfica de documentos históricos utilizando inteligência artificial.

1.8 Sustentabilidade Ambiental**Critérios de sustentabilidade nas contratações e aquisições**

O Arquivo Nacional vem adotando critérios e práticas de sustentabilidade e de acessibilidade nas contratações públicas, sempre em observância ao Guia Nacional de Contratações Sustentáveis elaborado pela AGU e validada pela Câmara Nacional de Sustentabilidade, assim como utilizando os modelos elaborados pela CGU/AGU, exceto os casos especiais em virtude da instituição ocupar imóvel tombado pelo IPHAN. Nas aquisições realizadas observou-se sempre critérios de sustentabilidade; como procedência dos materiais, conteúdo reciclável, fonte não poluidora, certificações de extração, emissão de radiação, nível de ruído.

Descarte ambiental de bens irrecuperáveis via Cooperativa de catadores devidamente vinculada atrás de Termo de Compromisso		
Ano	Quantidade de bens	Valor (R\$)
2022	810	R\$ 50.451,52

Quantidade de resmas de papel consumidas			
2019	2020	2021	2022
1670	357	614	1.538

Ações para redução do consumo de recursos naturais

Consumo de energia elétrica (em R\$ e kWh)				
	2019	2020	2021	2022
KWh	5.199.594	4.002.891	4.208.586	4.438.872
R\$	4.059.923,97	3.862.079,10	4.020.163,71	4.456.746,47

Consumo de água (em R\$ e m³)				
	2019	2020	2021	2022
M³	21.672	21.222	23.811	24.000
R\$	506.930,50	590.928,25	532.568,03	589.787,09

Redução de resíduos poluentes

Com o objetivo de reduzir os resíduos poluentes, o Arquivo Nacional realiza a coleta seletiva minimante de resíduos através de Setor que cuida da separação prévia, assim como mantém Termo de Compromisso firmado com a cooperativa Cooperquitungo, selecionada através de Chamamento Público, que realiza coleta regular dos recicláveis, conforme estabelecido no Decreto 10936/2022.

A instituição preconiza o uso racional d'água (substituição gradual das torneiras comuns por temporizadas), assim como orienta o desligamento de equipamentos ao fim do expediente, instalou dois bicicletários para incentivo do transporte não poluente, e realizou a troca de 3.404 (três mil quatrocentos e quatro) lâmpadas comuns por modelos mais eficientes.

Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações

Está em andamento o Programa de Requalificação do Arquivo Nacional (PRA) visando a elaboração de projetos executivos para atender a Superintendência Regional localizada em Brasília. No escopo previsto para os projetos executivos estão além da recuperação da habitabilidade das instalações, os projetos conterão eficiência para uso racional dos recursos e acessibilidade nas instalações. Está agendada para o final de 2022 a licitação do PRA para atendimento da sede no Rio de Janeiro.

Principais desafios e ações futuras

O Arquivo Nacional tem envidado esforços na adoção e elaboração de projetos que visem a redução do consumo de energia elétrica através da substituição de máquinas mais eficientes para o sistema de climatização e automação. O principal desafio são os altos investimentos necessários para a implantação dos projetos.

2 RESULTADOS E DESEMPENHO DOS MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS

2.1 Macroprocesso de Gestão do Sistema de Gestão Documentos e Arquivos – SIGA

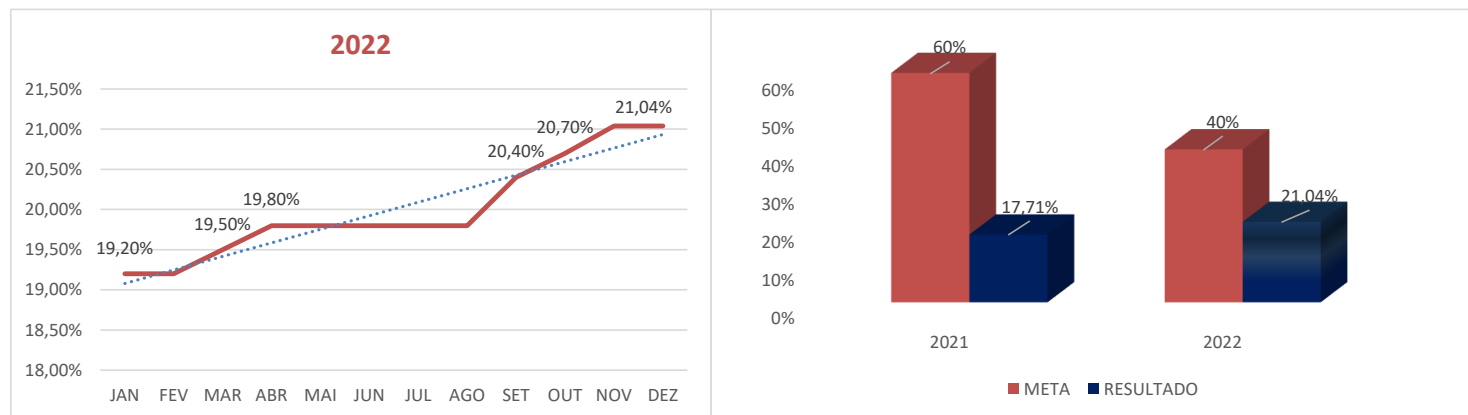
Os órgãos e entidades públicos, no exercício de suas funções, registram suas atividades em documentos nos mais diversos suportes. Uma adequada gestão de documentos e arquivos públicos, e das informações neles contidas, é condição imprescindível para que se possa garantir economicidade e eficaz apoio a processos e ações governamentais. Nesse sentido, tanto o § 2º do art. 216 da Constituição Federal de 1988, quanto as Leis nº 8.159, 8 de janeiro de 1991 (Lei de Arquivos) e nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso a Informações) determinam que é dever do Poder Público a gestão documental e a proteção especial a documentos de arquivos como instrumento de apoio à administração, à cultura e ao desenvolvimento científico, bem como a adoção de providências para assegurar o direito da sociedade ao acesso às informações públicas.

As atividades de gestão de documentos no âmbito dos órgãos e entidades da administração pública federal estão organizadas sob a forma de sistema, denominado Sistema de Gestão de Documentos e Arquivos – SIGA, instituído pelo Decreto 4.915/2003 e cujo escopo foi alterado com a edição do Decreto 10.148/2019. Esses normativos estabelecem o Arquivo Nacional como órgão central do Sistema de Gestão de Documentos e Arquivos (SIGA), com a competência de orientar e acompanhar políticas, projetos e ações de gestão de documentos e arquivos, nos órgãos e entidades integrantes do sistema, em conjunto com a Comissão de Coordenação do SIGA. Dessa forma, atua na definição e disseminação de instrumentos normativos, diretrizes e recomendações; na aprovação de instrumentos técnicos de gestão de documentos; na prestação de orientação técnica e na capacitação dos órgãos e das entidades integrantes para a implantação de programas de gestão de documento; e na promoção de cooperação técnica com instituições e sistemas afins.

A atuação do AN na gestão de documentos é essencial para a definição dos documentos que serão preservados como patrimônio documental do Poder Executivo Federal, assim como para o aprimoramento dos mecanismos e instrumentos de acesso à informação e transparência ativa e passiva e para a racionalização da produção, classificação, tramitação, uso, avaliação, preservação e arquivamento de documentos, informações e dados da Administração Pública Federal.

2.1.1 Resultados institucionais relacionados à gestão do SIGA – Indicadores Estratégicos

Percentual de órgãos com Comissão Permanente de Avaliação de Documentos (CPAD) instalada

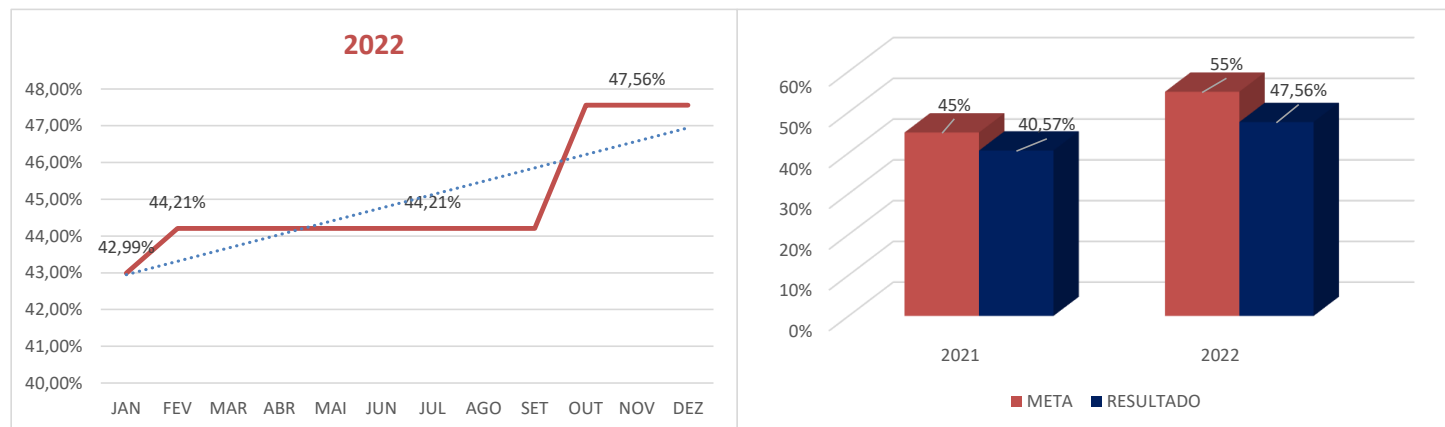


Em conformidade ao decreto nº 10.148/2019, todas as instituições públicas federais devem atualizar ou recriar suas Comissões Permanentes de Avaliação de Documentos (CPADs) que são responsáveis pela elaboração do código de classificação e da tabela de

temporalidade e destinação de documentos relativos às atividades-fim, pela avaliação dos documentos, elaboração de normativas internas e aplicação de procedimentos referentes à eliminação de documentos.

Para tentar alcançar a meta, o AN realizou reunião com todas as subcomissões do SIGA com o objetivo de sensibilizar sobre a importância do cumprimento do dispositivo legal e incluiu a ação dentre as ações pactuadas no âmbito do Programa TransformaGOV. Contudo, o processo de instalação das CPADs pelos órgãos e entidades da administração pública federal tem se mostrado um processo mais lento do que o desejado. Sendo assim, o AN intensificará ações de divulgação e sensibilização para a instalação das CPADs. Importante registrar que para o exercício de 2022, a meta foi diminuída de 80% para 40% no processo de revisão dos indicadores estratégicos ocorrido no final de 2021.

Percentual de órgãos e entidades do SIGA com Plano de Classificação (PCD) e tabela de Temporalidade e Destinação (TTD) de documentos das atividades-fim aprovadas



O acompanhamento de órgãos e entidades com PCD e TTD de documentos das atividades-fim aprovadas tem como finalidade subsidiar a revisão e a proposição de ações e diretrizes do AN, tais como capacitação e orientação técnica quanto ao processo de avaliação e seleção,

pelos órgãos e entidades da APF, de documentos passíveis de eliminação e dos documentos de guarda permanente. A meta definida para o ano de 2022 era atingir 55% do universo de atendimento do Siga com instrumentos técnicos de gestão de documentos relativos às atividades finalísticas aprovados pelo Arquivo Nacional. Foi alcançado, até dezembro de 2022, o percentual de 47,56%. Para o alcance da meta de 55%, estava prevista a aprovação dos instrumentos de gestão de documentos dos hospitais federais, incluindo universitários e militares. Contudo, não foi possível sua aprovação no exercício de 2022, devido à dificuldade na delimitação de quais documentos compõem os prontuários dos pacientes, pois requer articulação com a iniciativa privada e conselhos profissionais. Ao analisar os últimos resultados (meta de 2020 foi de 37,5%, tendo sido ultrapassada positivamente, atingindo 38,61%; e a meta de 2021 foi de 45% atingindo 42,80%), percebe-se que os resultados do indicador foram constantes e equilibrados em últimos anos.

O Arquivo Nacional tem adotado a estratégia de elaborar instrumentos de gestão de documentos por segmentos comuns, de forma a alcançar um maior percentual de órgãos ou entidades integrantes do Siga, como já ocorreu com o Ministério da Defesa, as IFES e recentemente, o Ministério da Infraestrutura e para o ano de 2023 a expectativa é a conclusão dos instrumentos de gestão de documentos dos hospitais federais (incluindo os hospitais universitários e militares), e dos sistemas ELETROBRAS e PETROBRAS, bem como a atualização dos instrumentos das IFES.

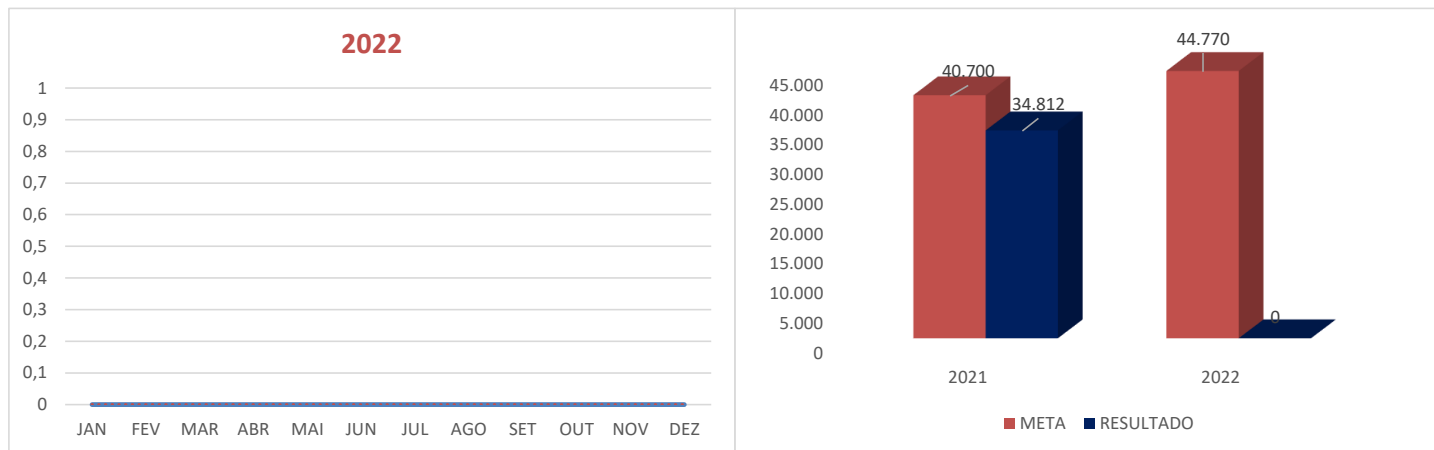
Instrumentos de gestão de documentos aprovados de janeiro a dezembro de 2022:

- Código de Classificação e Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivos Relativos às Atividades- Fim do extinto Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão – Portaria AN 102 de 22 de dezembro de 2022 – DOU nº 243, seção 1, página 84 de 27/12/2022.
- Código de Classificação e Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivos Relativos às Atividades- Fim do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) – Portaria AN nº 92, de 31 de outubro de 2022 – DOU nº 210, seção 1, página 46, de 07/11/2022.
- Código de Classificação e Tabela de Temporalidade e Destinação de documentos relativos às atividades-fim dos Portos Públicos Federais - Portaria AN nº 91, de 31 de outubro de 2022 - DOU nº 210, seção 1, página 46, de 07/11/2022.
- Atualização do Código de Classificação e aprovação da Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo Relativos às

Atividades-Fim do Arquivo Nacional - Portaria AN nº 86 de 7 de outubro de 2022 - DOU nº 199, seção 1, página 210 de 19/10/2022.

- Código de Classificação e Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo Relativos às Atividades-Fim da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) - Portaria AN nº 89 de 10 de outubro de 2022 - DOU nº 198, seção 1, página 53 e 54 de 18/10/2022.
- Código de Classificação e Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo Relativos às Atividades-Fim da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) - Portaria AN nº 88 de 10 de outubro de 2022 - DOU nº 198, seção 1, página 53 de 18/10/2022.
- Código de Classificação e Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo Relativos às Atividades-Fim do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) - Portaria AN nº 87 de 10 de outubro de 2022 - DOU nº 198, seção 1, página 53 de 18/10/2022.
- Atualização do Código de Classificação e da Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos Relativos às Atividades-Fim do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) – Portaria AN nº 74 de 29 de agosto de 2022 – DOU nº 171, seção 1, página 47, de 08/09/2022.
- Código de Classificação e Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo Relativos às Atividades-Fim do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI) - Portaria AN nº 65 de 20 de junho de 2022 - DOU nº 116, seção 1, página 66 de 22/06/2022.
- Código de Classificação e Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo Relativos às Atividades-Fim da Empresa Gestora de Ativos - Portaria AN nº 64 de 02 de junho de 2022 - DOU nº 106, seção 1, página 152 de 06/06/2022.
- Código de Classificação e Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo Relativos às Atividades-Fim da Fundação Nacional de Saúde - Portaria AN nº 63 de 02 de junho de 2022 - DOU nº 106, seção 1, página 152 de 06/06/2022.
- Código de Classificação e Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo Relativos às Atividades-Fim do Ministério do Meio Ambiente - Portaria AN nº 60 de 18 de abril de 2022 - DOU nº 76, seção 1, página 77 de 25/04/2022.
- Código de Classificação e Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo Relativos às Atividades-Fim da Portobras - Portaria AN nº 42 de 12 de janeiro de 2022 - DOU nº 13, seção 13, página 85 de 19/01/2022.

Metros lineares de documentos eliminados pelos órgãos e entidades do Siga



O processo de eliminação de documentos públicos pelos órgãos da APF estão suspensos desde março de 2022 devido à determinação do juízo da 21ª Vara Federal do Rio de Janeiro, em sede de tutela provisória, proferida no âmbito da Ação Civil Pública nº 5006596-71.2022.4.02.5101. Não obstante, a decisão judicial manteve os demais procedimentos técnicos relacionados à classificação e destinação de documentos, devendo o Arquivo Nacional continuar a expedir as orientações técnico-normativas, no exercício de suas atribuições como órgão central do SIGA conforme consta no art.4º do Decreto nº 4915/2003, consolidadas no documento “[Recomendações para Constituição de Comissão Permanente de Avaliação de Documentos \(CPAD\)](#)” e “Recomendações para a Elaboração da Listagem de Eliminação de Documentos de Arquivo pelos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal (https://www.gov.br/arquivonacional/pt-br/servicos/gestao-de-documentos/orientacao-tecnica-1/recomendacao_led_2020_03_24_1.pdf)”.

A determinação judicial foi comunicada a todos os órgãos e entidades do Sistema de Gestão de Documentos e Arquivos (SIGA) por meio do Ofício Circular nº 01/2022/GABIN/AN, de 22/02/2022. O Arquivo Nacional monitora o cumprimento da medida judicial, bem como acompanha o volume de documentos que foram submetidos aos processos de seleção e avaliação e se encontram aptos a serem eliminados. Assim que houver uma decisão judicial conclusa, serão 60kms de documentos públicos a serem eliminados.

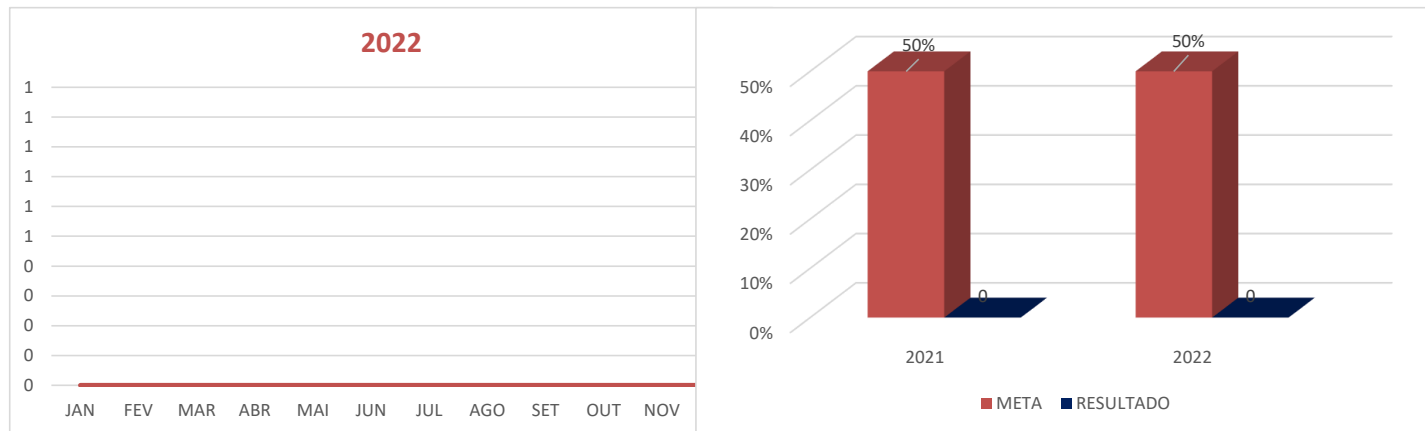
Em que pese a decisão judicial pela suspensão dos atos de eliminação de documentos públicos, ainda em sede de tutela provisória, o Arquivo Nacional recebeu Selo-Bronze de modernização do Estado na iniciativa “Desburocratização do processo de eliminação de documentos públicos destituídos de valor”. Os Selos Nacionais de Modernização do Estado são distinções concedidas pela Presidência da República para as melhores iniciativas voltadas à modernização da Administração Pública, à prestação de serviços e o ambiente de negócios para melhor atender às necessidades dos cidadãos. A premiação faz parte da Política Nacional de Modernização do Estado (PNME) e é realizada pela Secretaria Especial de Modernização do Estado da Secretaria-Geral da Presidência da República (Seme/SG-PR) e promove a classificação em quatro categorias: Ouro, Prata, Bronze e Bronze com menção honrosa.

A desburocratização do processo de eliminação de documentos públicos, ocasionada pela alteração processual normatizada no Decreto nº 10.148/2019, visa promover o tratamento da massa documental acumulada da APF e reduzir custos administrativos com a racionalização de espaços de armazenamento em arquivos e depósitos, sem prejuízo de salvaguardas contra a eliminação de documentos que tenham valor histórico, probatório ou informativo, que deve ser definitivamente preservados. Com a publicação do Decreto, a eliminação de documentos passou a ser efetuada por meio da elaboração de Listagem de Eliminação de Documentos pela CPAD, de acordo com a Resolução nº 44, de 14 de fevereiro de 2020, a ser submetida para aprovação do titular do órgão ou entidade produtora ou acumuladora do arquivo. É importante registrar que a eliminação de documentos pelos órgãos e entidades integrantes do Siga deve ocorrer depois de concluído o processo de avaliação e seleção conduzido pelas respectivas Comissões Permanentes de Avaliação de Documentos – CPADs de acordo com instrumentos de gestão de documentos (tabelas de temporalidade e destinação de documentos) previamente aprovados pelo Arquivo Nacional.

Destaca-se que em recente Levantamento da Situação Arquivística (LSA), realizado com os órgãos e entidades do SIGA pelo SIG-SIGA, sistema de informações gerenciais do SIGA, foi identificado que o volume de documentos acumulados é de 2.535.333,98 metros lineares e

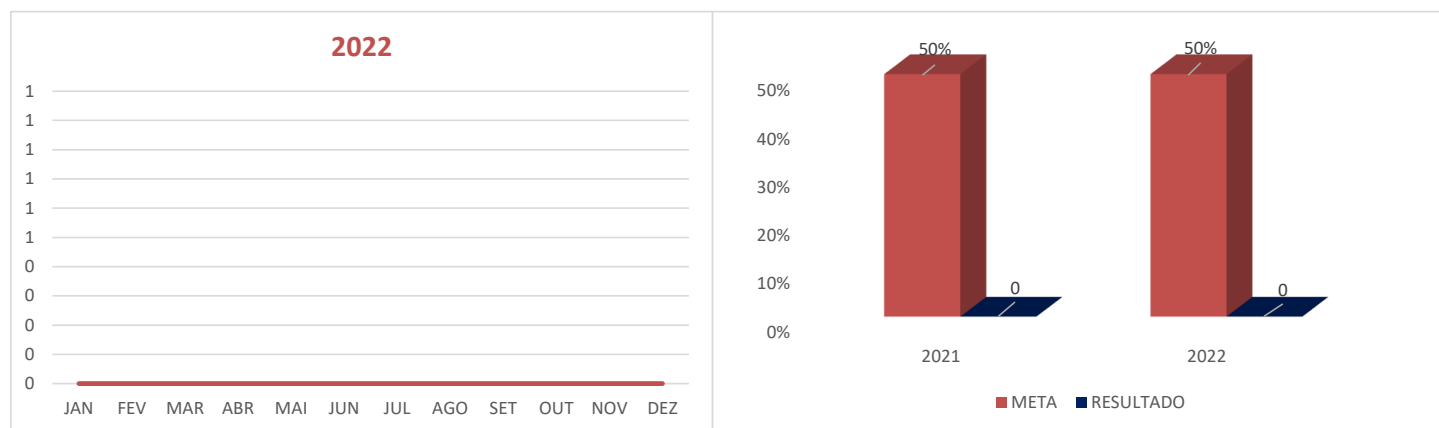
52.421,68 Tb e os custos com armazenagem de documentos giram em torno de R\$ 83.378.405,24 e com mão de obra para serviços terceirizados no valor de R\$ 48.860.701,85. O LSA, primeira etapa do diagnóstico da Gestão de Documentos e Arquivos da APF, se destinou basicamente em levantar informações sobre volume de documentos acumulados e os custos envolvidos para a sua manutenção pelos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal e foi aplicado através do SIG-SIGA, Sistema de Informações Gerenciais do SIGA previsto no Decreto nº 4.915/2003, com a finalidade de gerenciar e integrar os serviços arquivísticos dos órgãos e entidades da APF.

Percentual de órgãos e entidades do Siga com grau de desenvolvimento em gestão de documentos e arquivos identificados



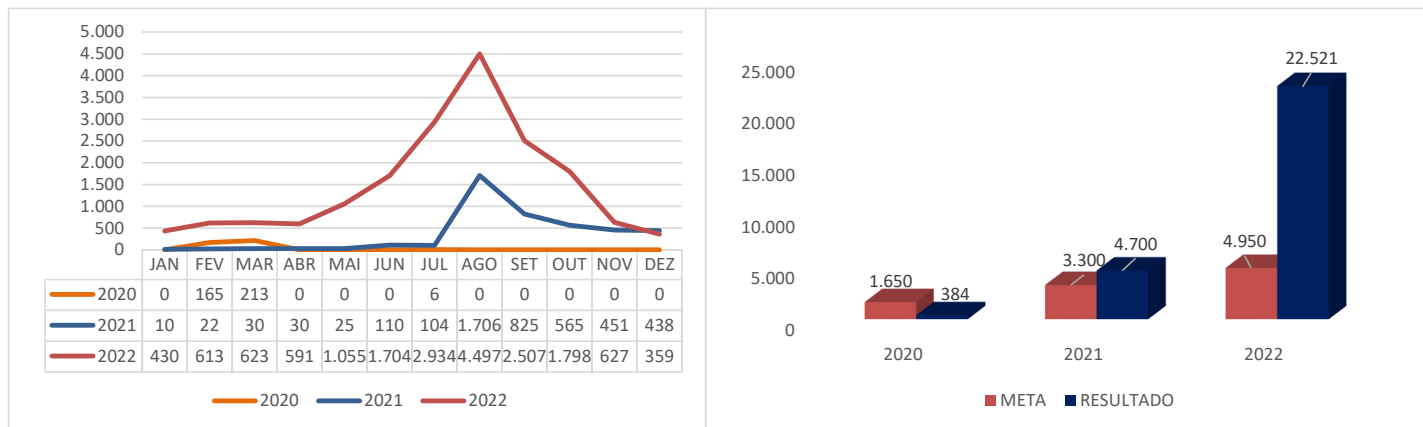
Indicador não mensurado devido ao atraso na publicação do decreto de instituição da Política de Gestão de Documentos e Arquivos da APF (PGDeARQ) e na disponibilização de instrumento para realização de diagnóstico por meio do SIG-Siga.

Percentual de órgãos setoriais e seccionais do Siga com planos de gestão de documentos e arquivos aprovados



Indicador não mensurado devido ao atraso na publicação do decreto de instituição da PGDeArq

Quantidade de vagas preenchidas em capacitações disponibilizadas ao público externo*



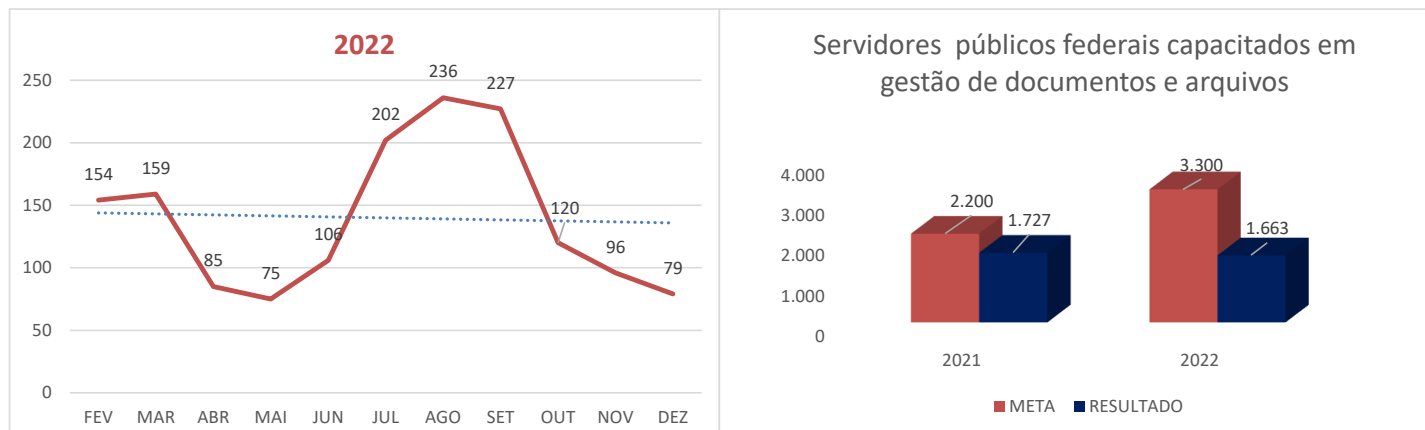
*Indicador de frequência acumulada.

A quantidade de vagas preenchidas em capacitações disponibilizadas ao público externo cresceu consideravelmente desde 2021, quando, em parceria com a Escola de Governança em Gestão Pública da Universidade Federal Fluminense (EGGP/UFF), o Arquivo Nacional começou a disponibilizar cursos na modalidade EaD na plataforma da Escola Virtual.Gov (EV.G).

Para 2022, a meta a ser alcançada era de 4.950 vagas. Desde meados de 2022, a meta foi superada, alcançando um valor acumulado de 22.521 vagas preenchidas em capacitação ao público externo, desde 2020.

Nota-se que dos meses de maio a outubro de 2022 houve um aumento considerável de vagas preenchidas, uma vez que novos cursos foram ofertados. Os cursos de “Gestão e preservação de documentos digitais” e “Elaboração de instrumentos de gestão de documentos” colaboraram consideravelmente para o aumento do número de inscritos já que apresentavam demanda reprimida por inscrição. Percebe-se queda nos resultados de novembro e dezembro que se deve à estabilização de inscrições nos novos cursos ofertados.

Servidores públicos federais capacitados em gestão de documentos e arquivos



Os resultados referentes aos meses de abril, maio e junho foram abaixo da média, pois havia apenas dois cursos disponíveis na plataforma, a saber: "Procedimentos de Protocolo" e "Introdução às práticas arquivísticas". Nos meses de junho e julho entraram na grade os cursos "Arquivos permanentes" e "Noções básicas de gerenciamento em serviços arquivísticos" e no mês de agosto foram disponibilizados mais dois cursos "Gestão e preservação de documentos digitais" e "Elaboração de instrumentos de gestão de documentos". Esses cursos apresentavam uma demanda reprimida por inscrição, o que causou um grande impacto no número de servidores capacitados.

Após o impacto inicial do lançamento dos quatro cursos, há uma tendência à estabilização do número de servidores inscritos, o que pode ter refletido na queda pontual visualizada.

2.1.1.1 Projeto Estratégico Aperfeiçoamento do SIGA

O projeto estratégico tem como objetivo fortalecer a atuação estratégica do Arquivo Nacional como órgão central do SIGA, sendo referência na gestão de documentos, na custódia e preservação de acervos e na produção de conhecimento técnico-científico.

Objetivos estratégicos relacionados: ampliar o grau de desenvolvimento em gestão de documentos e arquivos dos órgãos e entidades do SIGA; e aperfeiçoar a prestação de serviços aos órgãos e entidades do SIGA.

O projeto prevê ações que permitem ampliar o apoio do Arquivo Nacional aos órgãos da administração pública federal no desenvolvimento dos seus programas de gestão de documentos, através da adoção de soluções digitais; a elaboração de instrumentos de gestão de documentos que atendam a um conjunto de instituições; o aperfeiçoamento de ferramentas de diagnóstico da maturidade dos órgãos e entidades em gestão de documentos; a realização de cursos e oficinas; a ampliação da presença do Arquivo Nacional, com o aumento de orientações técnicas; e a revisão de procedimentos, obtendo-se melhoria na gestão de documentos, redução da massa documental acumulada e diminuição de custos nos órgãos atendidos.

Estrutura Analítica do Projeto Aperfeiçoamento do SIGA

Construção de cenários prospectivos para gestão documentos e arquivos na administração pública federal - Siga 2035	Reestruturação de sistema de governança do Siga	Instituição da Política de Gestão de Documentos e Arquivos da administração pública federal - PDGeArq	Implantação do Programa de Gestão de Documentos e Arquivos da administração pública federal - PROGED	Desenvolvimento de sistema informatizado estruturante para o SIGA de acordo com os requisitos do Modelo e-ARQ Brasil (SIGAD)
Formalização da parceria com Ipea	Revisão das normas de funcionamento e de distribuição e avaliação das gratificações do SIGA	Encaminhamento da minuta do Decreto da PGDeArq para o MJSP	Desenvolvimento de diagnóstico da Gestão de Documentos e Arquivos no âmbito do SIGA	Formalização de parceria com Advocacia Geral da União – AGU e Ministério da Economia - ME
Desenvolvimento de cenários prospectivos	Implantação de sistema informatizado de governança do SIGA	Revisão de instrumentos normativos do SIGA em alinhamento com a PDGeArq	Orientação técnica para elaboração dos planos de gestão de documentos e arquivos dos órgãos setoriais do SIGA	Desenvolvimento e disponibilização de SIGAD para os órgãos e entidades do SIGA
Formulação da estratégia e sistema de monitoramento			Orientação técnica para elaboração de instrumentos de gestão de documentos pelos órgãos e entidades do SIGA	
			Elaboração de manual de procedimentos de gestão de documentos e arquivos para adoção pelos órgãos setoriais e seccionais do SIGA	
			Elaboração de modelos de termos de referência para contratação de serviços de classificação, digitalização e descarte de documentos pelos órgãos e entidades do SIGA	
			Ampliação do Programa de Capacitação do Siga	

O Arquivo Nacional tem trabalhado para oferecer aos órgãos e entidades integrantes do Siga um conjunto de instrumentos normativos e ferramentas tecnológicas visando a evolução em gestão de documentos e arquivos dos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal, a redução da massa documental acumulada e o fomento da produção, preservação, acesso e difusão de documentos públicos, especialmente, os digitais. Nesse sentido, foi encaminhada à Casa Civil proposta de decreto de instituição da Política de Gestão de Documentos e Arquivos da Administração Pública Federal (PGDeArq) que organiza de forma sistêmica a gestão de documentos e os arquivos da administração pública federal. Os aspectos principais da proposta dizem respeito à criação do Programa de Gestão de Documentos e Arquivos (PROGED) que definirá as metas e as estratégias prioritárias de implementação da PGDeArq, bem como o modelo de monitoramento e avaliação de resultados. Por meio de metas quadrienais, o PROGED focará nas ações relativas à governança, economicidade, eficiência, efetividade e transparência públicas, visando promover i) o tratamento do acervo documental acumulado da administração pública federal, ii) a implementação de soluções para a racionalização da produção de documentos; e iii) a formação e capacitação dos agentes públicos na área de gestão de documentos e arquivos. Além disso, a proposta de decreto da PGDeArq prevê a autorização pelo Arquivo Nacional, em caráter excepcional, para a custódia compartilhada de documentos permanentes, independente do suporte físico ou digital, aos órgãos e entidades do poder executivo federal. A proposta de custódia compartilhada visa a racionalização e a adequação da preservação do patrimônio documental que se encontra sob a administração dos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal. A medida reforça o papel normativo e fiscalizador do Arquivo Nacional enquanto instituição arquivística e possibilita a manutenção dos documentos na região geográfica em que foram produzidos e acumulados, uma vez que, os arquivos dialogam diretamente com a história e cultura local. Importante destacar que a proposta se encontra para sanção presidencial e foi preparada por meio de um amplo processo de discussão com os órgãos e entidades do Poder Executivo Federal, a comunidade acadêmica e os profissionais de arquivo, incluindo uma consulta pública, que trouxe contribuições enriquecedoras, muitas devidamente incorporadas ao texto proposto.

Outra entrega realizada no período foi em relação a continuidade do desenvolvimento do Sistema de Informações Gerenciais do SIGA (SIG-SIGA), em parceria com a fábrica de software do MJSP. O SIG-Siga permitirá apoiar o AN na governança do Siga, possibilitando o monitoramento e controle de dados e atividades de gestão de documentos desenvolvidas no âmbito do Poder Executivo Federal, conforme

previsto no art.10 do Decreto 4.915/2003. O sistema foi disponibilizado aos órgãos e entidades do SIGA em fevereiro de 2022, tendo sido já realizadas entregas referentes às seguintes funcionalidades: cadastro dos representantes das Subcomissões do Sistema; formulário de Levantamento da Situação Arquivística (LSA); cadastro de CPADs; indicação de GSISTEs do Siga; e a integração com o módulo de Solicitação de Orientações Técnicas, este último desenvolvido pela Coordenação-Geral de Gestão de Documentos e Coordenação-Geral de Tecnologia de Informação do AN. As próximas funcionalidades que entrarão em produção em março de 2023 dizem respeito ao levantamento do índice de maturidade em gestão de documentos, ao monitoramento e acompanhamento do Plano de Gestão de Documentos e Arquivos e painel de BI para o acompanhamento em tempo real dos principais indicadores gerenciais. Com isso, o AN ampliou a sua capacidade de monitoramento da gestão de documentos nos órgãos e entidades do Sistema. Deve-se destacar a funcionalidade *indicação de GSISTEs do SIGA* que permite a indicação de servidores ocupantes de GSISTEs nos órgãos integrantes do Siga, facilitando o monitoramento das distribuições dessas gratificações, em cumprimento ao disposto no § 2º do art. 3º do Decreto nº 9.058 de 2017 e aos normativos de funcionamento, distribuição e avaliação das funções de gratificação do Sistema como a Portaria AN/MJSP nº 300/2020 que define as atividades críticas do SIGA e critérios para distribuição de GSISTEs. Outro importante módulo do SIG-SIGA entregue foi o de cadastro de *Comissões Permanentes de Avaliação de Documentos (CPADs)*. Pelo disposto no art. 9º do Decreto nº 10.148/2019, todos os órgãos e/ou entidades da administração pública federal devem constituir suas CPADs que são responsáveis pela elaboração do código de classificação e da tabela de temporalidade e destinação de documentos relativos às atividades-fim, pela avaliação dos documentos, elaboração de normativas internas e aplicação de procedimentos referentes à eliminação de documentos.

Com o objetivo de tornar a gestão de documentos e arquivos reconhecida como função estratégica de Estado até 2035, o subprojeto estratégico *Construção de cenários prospectivos para gestão de documentos e arquivos na administração pública federal (SIGA 2035)* foi concluído em julho de 2022. Foram identificados possíveis cenários para o futuro do Sistema na Administração Pública Federal permitindo, assim, que fossem elaboradas estratégias e sistema de monitoramento para o SIGA. Essas ferramentas são instrumentos de gestão que propiciarão mais efetividade às atividades de gestão de documentos e arquivos na administração pública, além de viabilizarem maior alinhamento à política de gestão de documentos e arquivos. O Siga 2035 resultou da cooperação técnica do Instituto de Pesquisa Econômica

Aplicada (Ipea) com o Arquivo Nacional, duas instituições que possuem grande expertise na promoção desse tipo de discussão, tendo em vista que a gestão da informação perpassa o trabalho dos arquivos e é pré-requisito para a gestão eficiente e transparente do Estado e para o exercício da cidadania. Os dados e informações foram apresentados, em formato de “Relatório Técnico” que foi construído coletivamente durante a execução do subprojeto, contudo o Arquivo Nacional deverá revisar e adequar o Relatório Final.

No âmbito da entrega *implantação do programa de gestão de documentos e arquivos da administração pública federal – PROGED*, entre os meses de junho e julho de 2022, os órgãos e entidades do Siga foram instados a responder no Sig-Siga o Levantamento da Situação Arquivística (LSA). O LSA é a primeira etapa do diagnóstico da Gestão de Documentos e Arquivos da APF, que se destina basicamente em levantar informações sobre volume de documentos acumulados e os custos envolvidos para a sua manutenção pelos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal. Foi apurado que o volume de documentos acumulados é de 2.535.333,98 metros lineares e 52.421,68 Tb e os custos com armazenagem de documentos giram em torno de R\$ 83.378.405,24 e com mão de obra para serviços terceirizados no valor de R\$ 48.860.701,85. Esses dados servirão de insumo para orientar uma atuação mais estruturada do AN, alinhada com as necessidades mais reais e urgentes dos órgãos e entidades integrantes do Siga.

Ainda no âmbito do PROGED, também foi dado continuidade ao projeto piloto de desenvolvimento do Plano de Gestão de Documentos (PGDoc) com a Empresa de Pesquisa Energética – EPE e com o Ministério da Saúde. O PGDoc, instrumento de gestão previsto na proposta de decreto da PGDeARQ, definirá, no âmbito dos integrantes do SIGA, as estratégias, projetos e ações necessárias para que se garanta o adequado funcionamento dos serviços arquivísticos da APF. O plano terá vigência de dois anos, com revisão anual e deverão ser aprovados pela autoridade máxima do órgão, admitida a subdelegação ao secretário-executivo ou autoridade equivalente. Essa responsabilização é uma forma de garantir que o instrumento seja apreciado pelas mais altas esferas administrativas dos órgãos integrantes do SIGA, em sintonia com a importância e grau de risco que envolve a produção, o uso, a preservação, a organização e o acesso a documentos públicos protegidos legalmente, e que compõem o patrimônio documental nacional.

Além da aprovação dos Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos das atividades-fim relativos a 47,56% de órgãos e entidades do SIGA, o AN também avançou na elaboração de outros instrumentos que, em breve, produzirão grande impacto na gestão de documentos do Poder Executivo Federal. Dada a complexidade de aprovar PCD e TTD da Atividade-Fim para todos os órgãos da Poder Executivo federal e visando a economicidade de recursos, o AN tem buscado, sempre que possível, orientar na elaboração de instrumentos que visam o atendimento de um conjunto de instituições que desenvolvem atividades semelhantes. Dessa forma, coordenando uma atividade em rede, o AN orienta de uma só vez um número expressivo de órgãos e entidades do SIGA a elaborarem seus instrumentos de gestão de documentos. À semelhança do que foi realizado em 2019 com as Instituições Federais de Ensino que, sob orientação do Arquivo Nacional, elaboraram, em conjunto, um único Plano de Classificação e uma única Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos para suas atividades-finalísticas, atendendo no total 109 instituições, o AN, está orientando a elaboração dos instrumentos técnicos de gestão de documentos relativos às atividades-fim dos hospitais federais. Quando aprovado, esses instrumentos atenderão mais de 45 hospitais federais e universitários, além de aproximadamente 47 hospitais das Forças Armadas. Contudo, reforçamos dificuldade na delimitação de quais documentos compõem os prontuários dos pacientes, pois requer articulação com a iniciativa privada e conselhos profissionais e por isso, não foi possível aprovar os instrumentos de gestão de documentos no exercício de 2022.

Ademais, o AN aprovou os instrumentos de gestão de documentos relativos às atividades finalísticas dos portos públicos federais. A perspectiva dessa iniciativa é promover a gestão de documentos em instituições federais que administram 35 portos brasileiros, e, consequentemente, servir de base para a elaboração dos instrumentos técnicos de gestão de documentos para outros 123 portos, sobretudo portos fluviais ou instalações portuárias públicas de pequeno porte, muitos deles delegados a municípios, estados e consórcios públicos.

Como órgão central do Siga, em 2022, o Arquivo Nacional também normatizou os procedimentos para elaboração, submissão, aprovação e monitoramento de aplicação de Código de Classificação de Documentos e de Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo, relativos às atividades-fim, pelos órgãos e entidades integrantes do Siga.

Elaborado em parceria com o Ministério da Economia, o projeto Soluções Arquivísticas integra o portfólio da Central de Compras cujo objetivo é construir uma solução centralizada para a contratação de serviços arquivísticos pela administração pública federal. A ação prevê a economia de mais de R\$ 6 milhões só de instrução processual. Em sua primeira fase, em 2021, foram elaborados modelos de termos de referência para os seguintes serviços arquivísticos: diagnóstico arquivístico; apoio técnico para a elaboração dos instrumentos técnicos de gestão de documentos; tratamento técnico arquivístico; digitalização de documentos; e guarda externa de documentos.

Para promover o desenvolvimento em gestão de documentos e arquivos dos órgãos e entidades do Sistema de Gestão de Documentos e Arquivos (Siga), o AN realiza investimento em ações que permitem a capacitação técnica de agentes públicos. Nesse sentido, foram desenvolvidos, em 2022, em parceria com a Escola de Governança em Gestão Pública da Universidade Federal Fluminense (EGGP/UFF) e a Escola Nacional de Administração Pública (Enap), 5 cursos na modalidade à distância e que estão disponíveis no portal da Escola Virtual de Governo (EV.G). São eles: Arquivos permanentes: recolhimento, processamento técnico, preservação e acesso; Noções básicas de gerenciamento de serviços arquivísticos; Elaboração de Instrumentos de gestão de documentos arquivísticos relativos à atividade-fim; Procedimentos de protocolo; e Gestão e preservação de documentos digitais. Ao todo são 6 cursos disponíveis na plataforma da ENAP, somando-se o curso Introdução às práticas arquivísticas, disponibilizado em agosto de 2021.

Além disso, o Arquivo Nacional promoveu dois (02) cursos presenciais e oito (08) cursos remotos para os órgãos e entidades integrantes do Siga sobre os seguintes assuntos: Repositório Arquivístico Digital Confiável (RDC-Arq) e Archivemática; Identificação de Documentos Digitais; Permanência Digital; Noções Básicas de Arquivo e Conceitos Básicos de Gestão de Documentos e Avaliação de Massa Documental Acumulada. Nesses eventos foram alcançados duzentos e vinte e sete (227) servidores federais.

Em novembro de 2022, o Arquivo Nacional promoveu o VII Seminário do SIGA com a temática “O papel da gestão de documentos e arquivos na modernização do Estado”. Autoridades como o Ministro da Justiça e Segurança Pública, Secretário de Modernização da Administração Pública Federal da Presidência da República e Secretário Especial Adjunto de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia participaram do evento realizado em Brasília e por meio do canal da instituição no [YouTube](#). Foram quase mil

participantes no principal evento do sistema cujo objetivo foi integrar os órgãos setoriais, seccionais e correlatos, informar sobre resultados do diagnóstico arquivístico, discutir e apresentar estratégias, estudos e normativos atualizados e boas práticas no que tange a gestão de documentos e arquivos. O evento permanece disponível no canal do YouTube da instituição e já alcançou mais de 3 mil visualizações em cada um dos dias.

O projeto do Super.Br é uma iniciativa realizada por meio de memorando de entendimento nº 001/2020, celebrado entre a Advocacia Geral da União – AGU, a Secretaria de Gestão do Ministério da Economia (SEGES/ME) e a Secretaria Especial de Modernização do Estado da Secretaria-Geral da Presidência da República. A solução SUPER.BR tem o objetivo de aprimorar a gestão documental e a tramitação de processos em forma eletrônica, garantindo a gestão, a padronização, a tramitação e a manutenção de documentos via processos eletrônicos. Desse modo, aumenta-se a eficiência da gestão pública e a transparência dos processos de trabalho. Cabe ao AN fornecer as consultorias e esclarecimentos de natureza técnica especializada, no âmbito de sua competência, com o objetivo de que o sistema seja aderente às especificações do Modelo de Requisitos para Sistema Informatizado de Gestão Arquivística de Documentos (e-ARQ Brasil), aprovado pelo Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ); e capacitar equipes sobre procedimentos relacionados à gestão arquivística de documentos digitais e não digitais. O sistema será mais um passo ao avanço da padronização dos procedimentos arquivísticos na APF e do fortalecimento do SIGA. Nessa direção, o Arquivo Nacional atuou na prestação de orientação técnica para o Departamento de Processo Eletrônico Nacional em Rede (DTPRO/SEGES/ME), visando o desenvolvimento e o aperfeiçoamento dos aspectos e requisitos arquivísticos dos sistemas SUPER 1.0 (cuja base é o SEI) e o SUPER 2.0 (cuja base é o sistema SAPIENS/AGU). O objetivo é oferecer aos órgãos e entidades da administração pública federal um SIGAD para apoiar a produção, tramitação e gestão de documentos digitais.

AÇÕES IMPLEMENTADAS/RESULTADOS ALCANÇADOS

Modernização do Sistema de Orientações Técnicas - SOT: O sistema de orientação técnica - SOT passou a ser integrado ao sistema SIG-Siga. O SOT é utilizado para atendimento às demandas de orientação técnica provenientes dos órgãos e entidades da APF. O SOT possibilita melhor gerenciamento das orientações técnicas prestadas pelo órgão central, tanto nas suas etapas internas quanto naquelas de responsabilidade dos órgãos integrantes do Siga.

Promoção de inovação na metodologia de aprovação dos instrumentos de gestão, que passaram a receber aprovação por prazo indeterminado, condicionado à elaboração e envio anual do Relatório de aplicação dos instrumentos de gestão de documentos.

Estabelecimento de cronogramas de trabalho, com definição de metas e prazos, entre o Arquivo Nacional e os órgãos setoriais e seccionais do Siga para elaboração dos instrumentos.

Disponibilização de mais cursos para capacitação a distância na plataforma ENAP: Curso de Elaboração de instrumentos de gestão de documentos arquivísticos relativos às atividades-fim.

Criação, na estrutura regimental da SUGED, da Divisão de Capacitação – DICAP.

Ação de capacitação por ferramenta EAD (Ensino a Distância) em parceria com a ENAP.

RESULTADOS NÃO ALCANÇADOS

Não publicação do Decreto de instituição da Política de Gestão de Documentos e Arquivos da APF (PGDeARQ)

DIFICULDADE E SOLUÇÕES

Insuficiência de recursos humanos tecnicamente qualificados para o atendimento das demandas crescentes em gestão de documentos por parte dos órgãos e entidades integrantes do Siga.

Promover as ações de capacitação com a baixa disponibilidade de servidores especializados para atuar como instrutores e conteudistas.

Mobilizar os servidores dos órgãos e entidades do Siga para participar das capacitações.

PERSPECTIVAS PARA O PRÓXIMO ANO

Expandir com eficiência e eficácia o atendimento das demandas em gestão de documentos, dos órgãos e entidades integrantes do Siga.

Aprimoramento da capacitação dos servidores responsáveis pela elaboração dos instrumentos nos órgãos setoriais e seccionais do Siga.

Implementação progressiva do programa de gestão de documentos e arquivos nos órgãos e entidades integrantes do Siga.
Aprovação do Decreto da Política de Gestão de Documentos e Arquivos da APF (PGDeARQ)
Monitoramento da aplicação na APF dos instrumentos de gestão de documentos.
Revisão do arcabouço normativo do Siga.
A criação de um banco de conhecimento, que simplificará a prestação de orientação técnica em gestão de documentos oferecida e os esclarecimentos aos integrantes do Siga.
Consolidação de documento de orientação técnica com a metodologia utilizada pelo AN na elaboração de instrumentos de gestão de documentos.
Aperfeiçoamento da capacitação dos membros das CPADs com a criação de trilha de conhecimento específica e implementação de certificação de capacitação como requisito para participação em CPADs.
Aperfeiçoamento das ações de capacitação por meio remoto e ensino a distância (EAD) e das capacitações presenciais (oficinas).
Publicação do Programa de Capacitação em Gestão de Documentos e Arquivos.
Criação de trilhas de conhecimento específicas para a gestão de documentos e gestão de arquivos e desenvolvimento do banco de conteudistas.

2.2 Macroprocesso Preservação do Patrimônio Documental Nacional

O Arquivo Nacional, como autoridade arquivística nacional e conforme previsto na Lei 8.159/1991, é responsável por promover o recolhimento, tratamento técnico, preservação e custódia dos documentos de guarda permanente, produzidos e recebidos pela administração pública federal, com vistas a promover o acesso e difusão dos documentos sob a sua custódia. O acervo do Arquivo Nacional é um valioso patrimônio documental que imprime aspectos históricos, sociais e culturais da sociedade brasileira, bem como da administração do Estado

desde o Império aos dias atuais, além da documentação colonial cuja mais antiga data do século XVI. Integram o acervo do AN mais de 60 km de documentos textuais, além de documentos iconográficos, cartográficos, audiovisuais, sonoros e uma coleção de livros raros.

2.2.1 Processamento Técnico e Preservação do Acervo

A preservação dos acervos arquivísticos, sob custódia do Arquivo Nacional, por meio de ações de processamento técnico e preservação visam a disponibilização de informações ao cidadão. As atividades relativas ao processamento técnico consistem na identificação, classificação, arranjo, indexação, descrição da documentação e, as atividades relativas à preservação consistem na conservação (higienização e estabilização de suporte), restauração (desacidificação e reintegração de documentos de documentos deteriorados), reformatação (microfilmagem e digitalização) da documentação, além da gestão das áreas de guarda, da preservação digital e, do controle e gerenciamento do Repositório Digital Arquivístico Confiável (RDC-Arq).

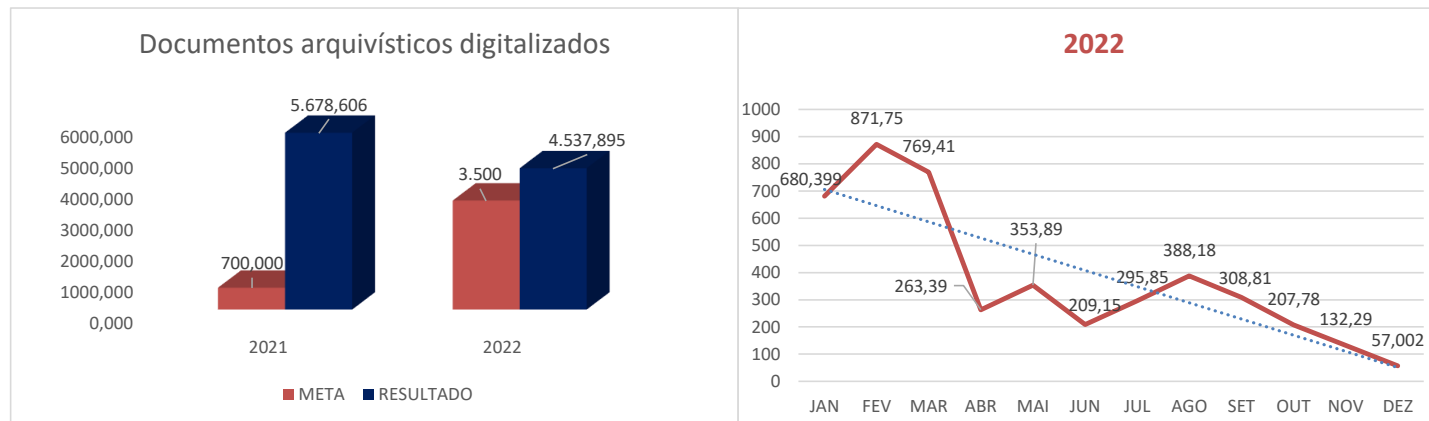
O AN teve duas de suas iniciativas de gestão relacionadas às ações de preservação e processamento técnico contempladas com os Selos Nacionais de Modernização do Estado: serviço de emissão de certidões digitais do Arquivo Nacional e digitalização de acervos prioritários ou de grande interesse para a sociedade. Os Selos Nacionais de Modernização do Estado são distinções concedidas pela Presidência da República para as melhores iniciativas voltadas à modernização da Administração Pública, à prestação de serviços e o ambiente de negócios para melhor atender às necessidades dos cidadãos. A premiação faz parte da Política Nacional de Modernização do Estado (PNME) e é realizada pela Secretaria Especial de Modernização do Estado da Secretaria-Geral da Presidência da República (Seme/SG-PR) e promove a classificação em quatro categorias: Ouro, Prata, Bronze e Bronze com menção honrosa.

A iniciativa serviço de emissão de certidões digitais foi contemplado com o Selo-Ouro. A distinção reconhece importante iniciativa implementada pelo órgão em 2020 e que tem conferido maior celeridade na tramitação de pedidos e no encaminhamento de certidões e transcrições paleográficas dos documentos do acervo sob a guarda do AN. Com isso, cidadãos e organizações têm tido acesso à comprovação de seus direitos por meio do atendimento à distância, de forma simples e totalmente digital.

A Digitalização de acervos prioritários ou de grande interesse da sociedade foi contemplada com o Selo-Bronze. A iniciativa trata de atividade continuada do AN, que busca dar acesso, em meio digital, ao acervo custodiado em sua sede no Rio de Janeiro e na unidade regional do Distrito Federal. Assim, usuários de qualquer parte do mundo podem consultar remotamente a documentação, por meio do Sistema de Informações do AN (Sian), e os originais permanecem em seu ambiente de preservação por mais tempo, protegidos da deterioração decorrente de sua movimentação e manipulação para consulta.

2.2.1.1 Resultados institucionais relacionados ao Processamento Técnico e Preservação do Acervo – Indicadores Estratégicos

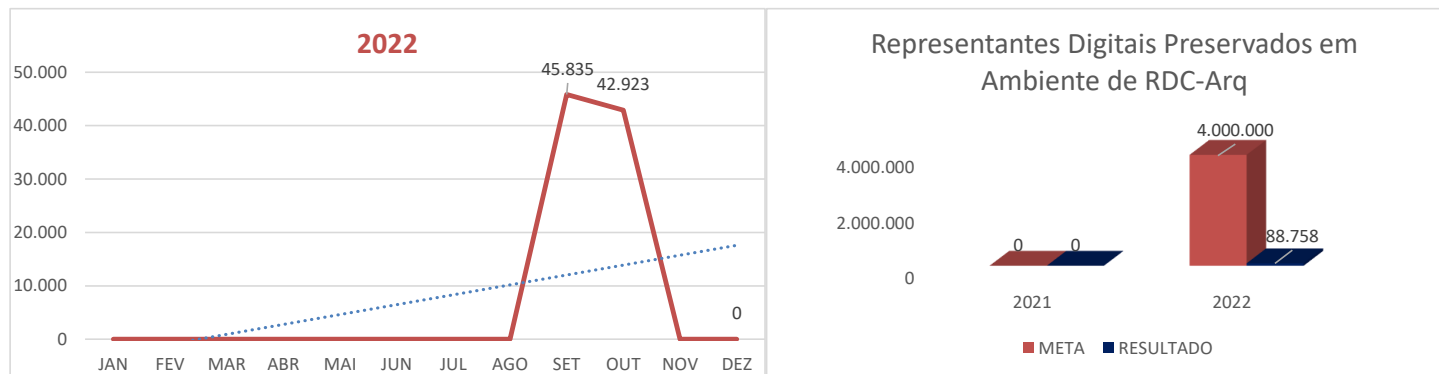
Documentos Arquivísticos Digitalizados



Com o objetivo ampliar o acesso, em meio digital, ao acervo custodiado em sua sede no Rio de Janeiro e na unidade regional do Distrito Federal, foram digitalizados 4.537.895 documentos superando em 30% a meta definida em seu Plano Estratégico Setorial - PES para documentos digitalizados (3.500.000 documentos). O aumento da digitalização do acervo permite usuários de qualquer parte do mundo consultar remotamente documentos por meio do Sistema de Informações do AN (Sian). Assim, os originais permanecem em seu ambiente de preservação por mais tempo, protegidos da deterioração decorrente de sua movimentação e manipulação para consulta. O acervo digital do AN ocupa, atualmente, 703,60 terabytes do repositório digital, capacidade de 8,8% maior comparando-se com o ano anterior.

Nos resultados de janeiro a março houve relevante participação das fichas do fundo SPMAF (Serviço de Polícia Marítima, Aérea e de Fronteiras), acervo sobre entrada e registro de estrangeiros e sobre registro civil no país. A etapa de digitalização das fichas finalizou em março, momento em que foi iniciada a digitalização dos prontuários de imigrantes. As ações de tratamento técnico e digitalização dos prontuários são mais complexas devido às características do documento. Por isso, a queda de documentos digitalizados a partir de março.

Representantes digitais preservados em ambiente de RDC-Arq



O RDC-Arq é o ambiente de armazenamento e gerenciamento de documentos digitais que é capaz de manter autênticos, preservar e prover acesso a eles pelo tempo necessário. Constitui-se de uma solução informatizada em que os materiais são capturados, armazenados, preservados e acessados. É, então, uma plataforma tecnológica formada por elementos de hardware, software e metadados, bem como pela infraestrutura organizacional e os procedimentos normativos e técnicos aplicáveis. Como tal, esse repositório deve gerenciar os documentos e metadados de acordo com as práticas e normas da Arquivologia, especificamente relacionadas à gestão documental, descrição arquivística multinível e preservação; além de proteger as características do documento arquivístico, em especial a autenticidade (identidade e integridade) e a relação orgânica entre os documentos.

No período de janeiro a agosto de 2022, o Arquivo Nacional não realizou a admissão de novos representantes digitais no Repositório Arquivístico Digital Confiável (RDC-Arq), em razão de problemas de gestão da tecnologia da informação relacionados ao software. Muito embora em setembro deste mesmo ano tenha sido entregue a nova versão do Archivematica em ambiente produtivo, possibilitando a admissão de novos representantes digitais, o software apresentou novos problemas em novembro que interromperam a admissão.

Outros resultados das ações de processamento técnico do acervo

Em 2022, foram 913.962 documentos processados¹, acréscimo substancial em relação ao ano de 2021 (593.216 registros²). Os números referentes à conservação³ e restauro⁴ de documentos também mostraram superação dos resultados do ano anterior, 1.102.213 e 30.653 documentos, respectivamente.

1 documentos submetidos a um conjunto de procedimentos que leva em conta os elementos formais e de conteúdo dos documentos, bem como a estrutura de organização de um acervo, para elaboração de instrumentos de pesquisa que permitem a recuperação das informações em diferentes níveis, do mais genérico ao mais específico, estabelecendo relações verticais e horizontais entre eles.

2 O valor apresentado considera todos os documentos arquivísticos processados inseridos e editados em todos os níveis de descrição. Entretanto, nos relatórios anteriores a 2022, apenas eram contabilizados os registros inseridos no nível 4 (dossiês), trazendo o valor de 298,267.

3 Documentos submetidos a um conjunto de ações estabilizadoras que visam desacelerar o processo de degradação.

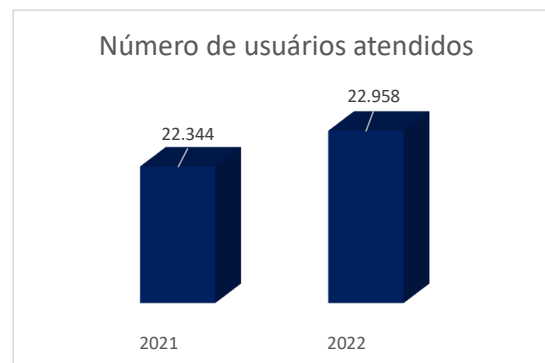
4 Documentos submetidos a um conjunto de medidas que objetivam a estabilização ou a reversão de danos físicos ou químicos adquiridos ao longo do tempo e do uso.

Além disso, houve o aumento da disponibilização do acervo, por meio da organização, digitalização e disponibilização de acervo relacionado à entrada de estrangeiros no Brasil e processos de naturalização, com entrega de 2.325.647 imagens digitalizadas, além de outras 1.452.698 imagens digitalizadas a partir de fichas com informações de prontuários de imigrantes. Tais resultados obtidos tiveram contribuição da Associação Brasileira da Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias, a partir de Acordo de Cooperação Técnica celebrado em 2020.

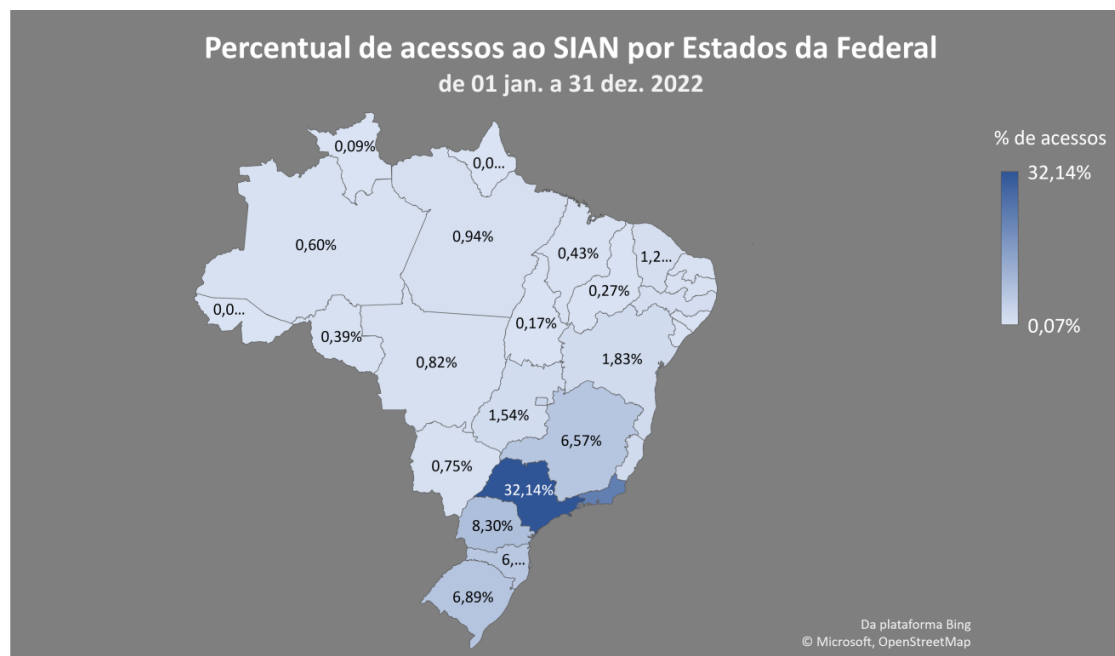
2.2.2 Acesso e Difusão do Acervo

O Arquivo Nacional atende cidadãos brasileiros e estrangeiros, assim como representantes dos Três Poderes, interessados em consultas sobre os acervos custodiados e informações complementares.

O serviço de referência⁵ atendeu, durante o ano de 2022, 5.496 usuários presencialmente nas Salas de Consulta do Rio de Janeiro e de Brasília e 17.462 usuários remotos que buscavam atendimento online, totalizando 22.958 usuários atendidos.

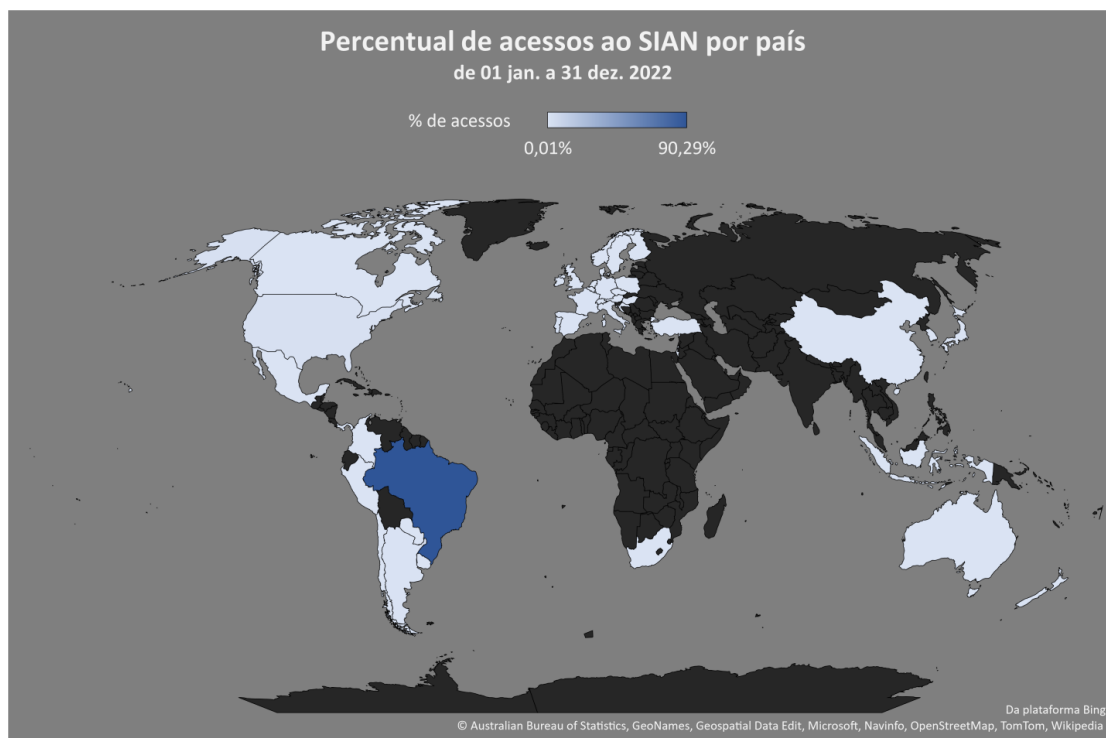


⁵ Serviço de referência: conjunto de atividades destinadas a orientar o usuário quanto aos documentos relativos ao tema de seu interesse, aos instrumentos de pesquisa disponíveis e às condições de acesso e de reprodução.



Estados da Federação	% de acessos
Acre	0,09%
Alagoas	0,38%
Amapá	0,07%
Amazonas	0,60%
Bahia	1,83%
Ceará	1,27%
Espírito Santo	1,78%
Distrito Federal	2,98%
Goiás	1,54%
Maranhão	0,43%
Mato Grosso	0,82%
Mato Grosso do Sul	0,75%
Minas Gerais	6,57%
Pará	0,94%

Estados da Federação	% de acessos
Paraíba	0,57%
Paraná	8,30%
Pernambuco	1,24%
Piauí	0,27%
Rio de Janeiro	22,63%
Rio Grande do Norte	0,53%
Rio Grande do Sul	6,89%
Rondônia	0,39%
Roraima	0,09%
Santa Catarina	6,32%
São Paulo	32,14%
Sem indicação	0,11%
Sergipe	0,29%
Tocantins	0,17%



País	% DE ACESSO
Brasil	90,29%
Portugal	1,94%
Itália	1,65%
Estados Unidos	1,58%
Irlanda	0,54%
Reino Unido	0,50%
França	0,42%
Alemanha	0,42%
Argentina	0,40%
Espanha	0,32%
Canadá	0,22%
Países Baixos	0,16%
Suíça	0,15%
Indonésia	0,12%
Japão	0,11%
Bélgica	0,10%

País	% DE ACESSO
Austrália	0,09%
Polônia	0,08%
China	0,07%
Israel	0,07%
Suécia	0,06%
Hungria	0,05%
Áustria	0,05%
México	0,04%
Paraguai	0,04%
Uruguai	0,03%
Emirados Árabes	0,03%
Sem indicação	0,03%
Dinamarca	0,03%
Chile	0,03%
Malta	0,02%

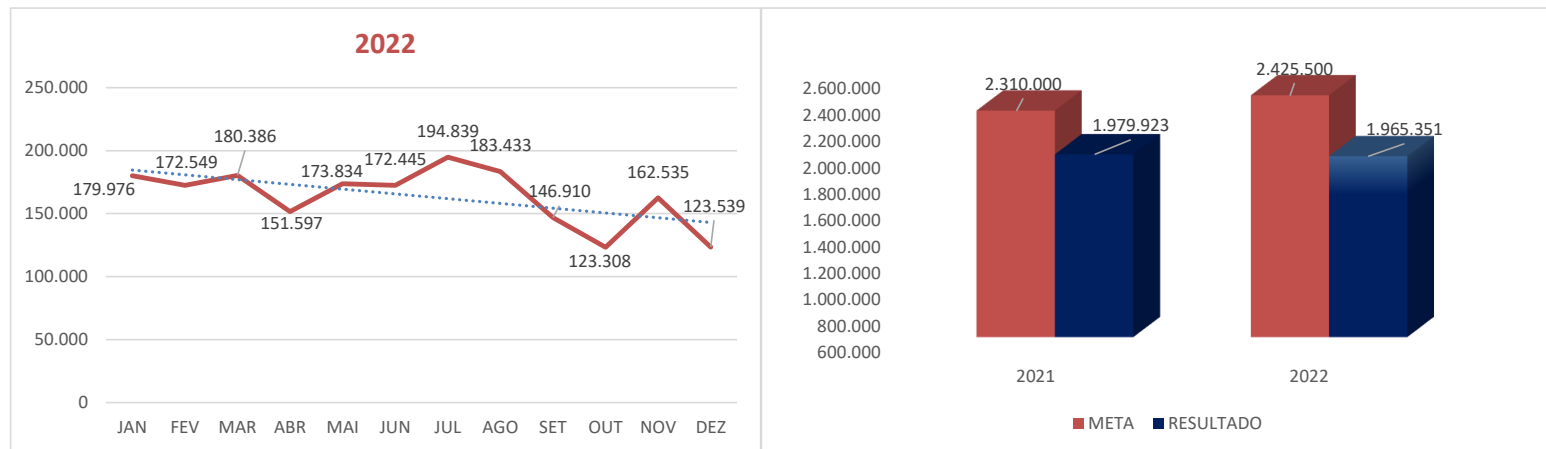
País	% DE ACESSO
Luxemburgo	0,02%
Finlândia	0,02%
Noruega	0,02%
Colômbia	0,02%
Nova Zelândia	0,02%
Turquia	0,02%
Cingapura	0,02%
Peru	0,02%
Catar	0,01%
África do Sul	0,01%
Coreia do Sul	0,01%
Panamá	0,01%
República Checa	0,01%
Croácia	0,01%

No âmbito das ações de difusão do acervo custodiado e do conhecimento técnico-científico, cultural e educativo, a instituição promove exposições virtuais ou presenciais, seminários, mesas-redondas, além de outros eventos. A Sede no Rio de Janeiro, que constitui conjunto tombado pelo IPHAN, e a Superintendência Regional no Distrito Federal estão abertos à visita livre do público em geral. O Arquivo Nacional também realiza a difusão do acervo e a divulgação dos serviços institucionais por meio da edição de publicações, da implementação do programa editorial e da produção de material gráfico e de conteúdo nos sites e mídias sociais institucionais.

Além disso, realiza ações educativas que impulsionam a aproximação com as práticas arquivísticas em diferentes setores da sociedade, contribuindo para a percepção do documento de arquivo como parte integrante do nosso patrimônio documental. Com isso, promove o diálogo com as instituições de ensino desde a educação básica até o ensino superior, oferecendo sessões de cinema educativo, oficinas especializadas, visitas guiadas às áreas de processamento técnico e ao conjunto arquitetônico tombado, material de apoio aos professores, cursos, encontros e seminários na área.

2.2.2.1 Resultados Institucionais relacionados às ações de acesso e difusão do acervo - Indicadores Estratégicos

Documentos Arquivísticos Acessados



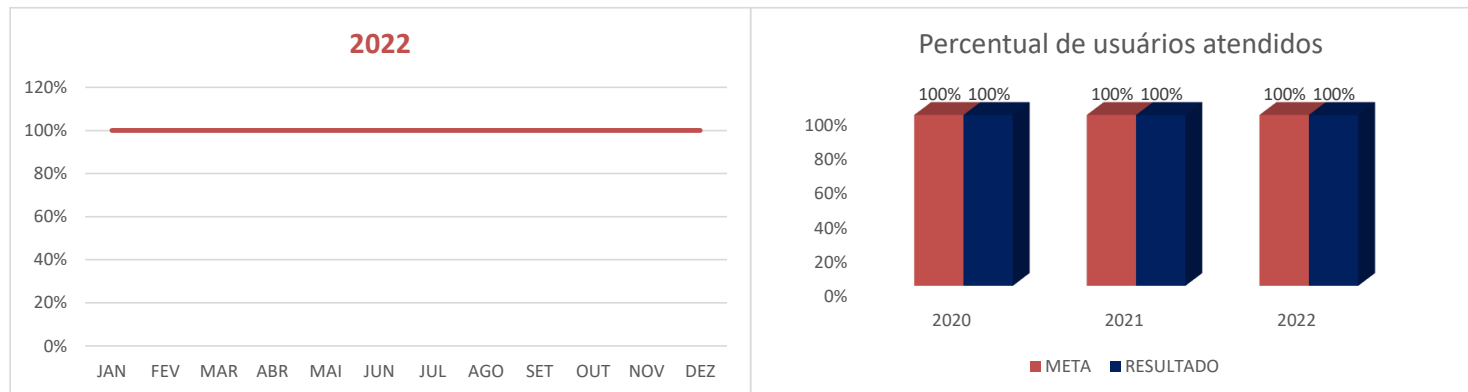
O indicador é contabilizado pelo número de documentos originais consultados presencialmente e de downloads das imagens dos documentos digitalizados e acessíveis no Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN).

Foram acessados 1.965.351 documentos, o que representa 81,03% da meta anual. Excluindo-se o resultado atípico do ano de 2020, quando foram acessados 2.308.586 documentos, a tendência histórica desse indicador é de pouco crescimento anual. A quantidade de documentos acessados é diretamente relacionada às ações de processamento técnico do acervo, além de ser impactado pelas mudanças da sociedade e pelo comportamento dos usuários dos serviços públicos quanto ao uso da internet e às práticas de “autoatendimento”.

Importante registrar que, a partir da década de 1980, a demanda sobre os documentos do acervo cresceu exponencialmente, concentrando-se na pesquisa sobre defesa de direitos (probatória), em virtude do recolhimento dos fundos de polícia marítima, aérea e de

fronteiras. Também, buscando informações para comprovar o direito de obter dupla nacionalidade, o cidadão explorou a documentação sobre entrada e registro de estrangeiros, assim como de registro civil, a fim de compor dossiês a serem apresentados aos órgãos de controle e emissão de passaportes e registro de nacionalidades. Entretanto, com exceção dos estudos acadêmicos sobre estes acervos, não há múltiplas pesquisas sobre um mesmo prontuário. Levantadas as informações necessárias sobre um antepassado, o cidadão não retornará a pesquisar aquele documento, bem como não terá motivação para pesquisa probatória por parte de outrem. Dessa forma, esgotadas as possibilidades de pesquisa probatória sobre os acervos de estrangeiros, a demanda tende a retornar aos índices de pré-recolhimento. Some-se a isso a questão sobre a transversalidade do indicador, que demonstra a dependência do aumento da demanda de acesso ao aumento da disponibilização de documentos. Esgotado o potencial de acesso aos fundos probatórios de entrada e registro de estrangeiros, a demanda sobre os documentos do Arquivo Nacional só crescerá na proporção em que aumente a disponibilização de novas informações sobre o acervo seja via registros em bases de dados seja na publicação de novos representantes digitais dos documentos.

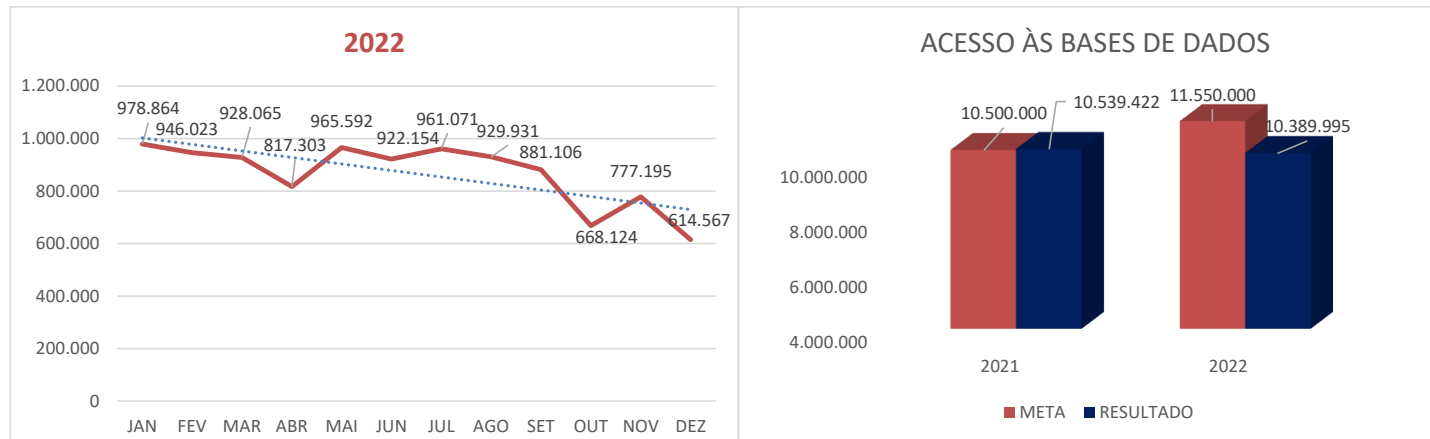
Percentual de usuários atendidos



O indicador “Percentual de usuários atendidos” é dado pelo somatório da quantidade de usuários que solicitaram atendimento presencial e a distância em relação à diferença do somatório da quantidade de usuários que não foram atendidos; esta diferença é dividida pelo somatório da quantidade de usuários que solicitaram atendimento presencial e a distância multiplicado ao final por 100.

De forma a cumprir a sua missão de promover o acesso ao acervo e garantir ao cidadão o seu direito à informação, o AN teve 100% de seus usuários atendidos, isto é, todos os usuários do Arquivo Nacional obtiveram informações sobre os documentos do acervo ou receberam orientações de como obter as informações demandadas. Não obstante, é importante ressaltar que, embora alinhado ao objetivo do PPA “Fortalecer a Promoção de direitos e Aplicação da Justiça”, esse indicador apresenta grandes desafios para aferição da efetividade dos serviços prestados aos usuários do AN. Embora todos os usuários que demandaram informações sobre o acervo do AN tenham recebido retorno sobre a sua solicitação, é importante avançar na mensuração da efetividade do atendimento, ou seja, se a informação encaminhada atendeu à real necessidade apresentada pelo usuário. Para isso, em busca, entre outros objetivos, da melhoria do sistema de avaliação de satisfação do seu usuário, o AN está revisando sua Carta de Serviços e revisou seu projeto estratégico Fortalecimento do AN Digital prevendo entregas relacionadas ao estudo de seus usuários como a implantação do Programa de Satisfação do Usuário.

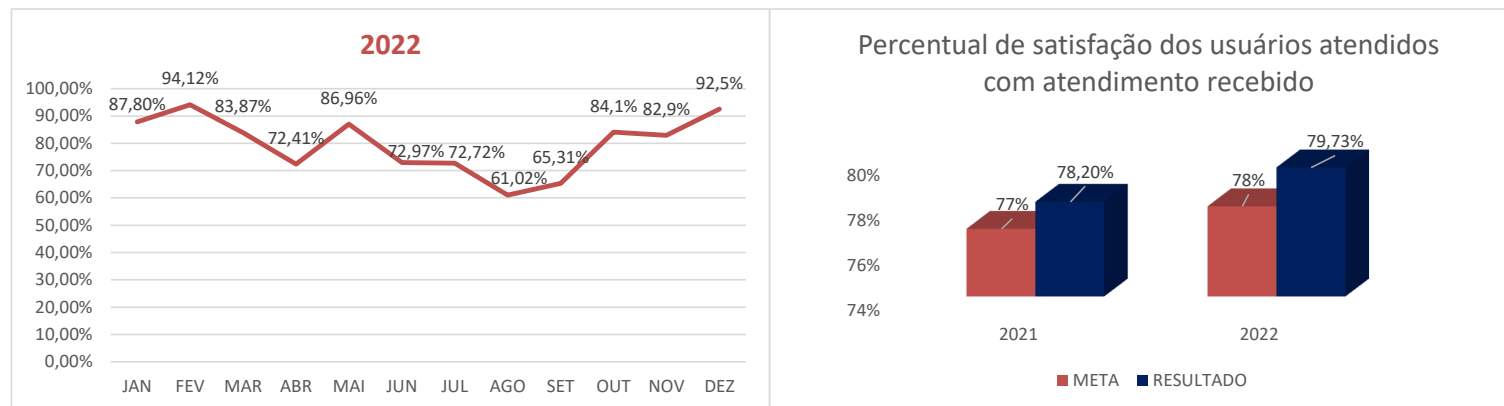
Acesso às bases de dados



O indicador “Acesso às bases de dados” trata do somatório da quantidade de consultas realizadas às bases de dados para recuperação de informações. No site do Arquivo Nacional, estão disponíveis as bases de dados para acesso às informações dos acervos custodiados e dos documentos bibliográficos. No total, são monitorados os acessos a doze bases de dados, sendo o Sistema de Informações do Arquivo Nacional ([SIAN](#)) não só a principal base de dados sobre o acervo – respondendo por cerca de 90% da demanda, mas também o principal meio de acesso às informações relacionadas ao acervo custodiado.

Os resultados de 2022 correspondem a 89% da meta estabelecida para o período. Os acessos ao SIAN caíram drasticamente em outubro e dezembro de 2022, refletindo-se na queda do quantitativo mensal do indicador. Percebe-se, que a queda deste indicador é equivalente à queda dos documentos acessados, 26 % e 27%, respectivamente, demonstrando a relação intrínseca entre estes dois indicadores na aferição dos índices de acesso ao acervo do Arquivo Nacional.

Percentual de satisfação dos usuários com atendimento recebido



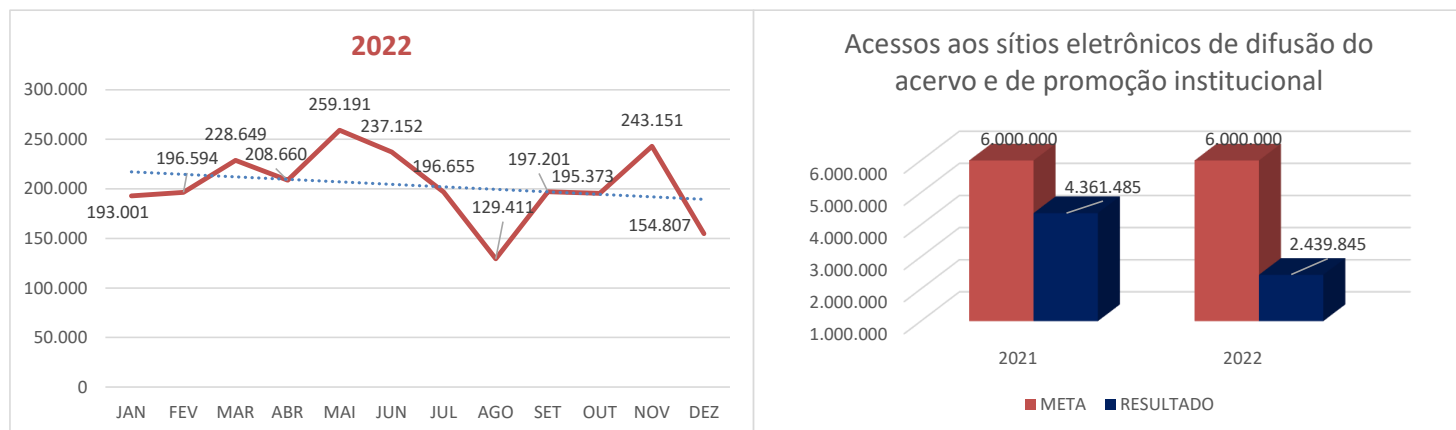
Com o objetivo de aperfeiçoar o atendimento usuário, são distribuídos questionários de pesquisa de satisfação que também pode ser acessado pelo QRCode disponibilizado em cartaz nas áreas de atendimento, nas mesas das salas de leitura e no portal do Arquivo Nacional, tanto na seção da Pesquisa, quanto na tela inicial do SIAN.

O indicador *Percentual de satisfação dos usuários com o atendimento recebido* foi instituído pela Portaria AN/MJSP nº 41, de 14 de janeiro de 2022, que aprovou a revisão dos indicadores e respectivas metas do Planejamento Estratégico Setorial do Arquivo Nacional para o quadriênio de 2020-2023 e alterou o antigo indicador *Percentual de satisfação dos usuários* com a pesquisa realizada para *Percentual de satisfação dos usuários atendidos*. Até julho de 2022, a fórmula de cálculo era o total de notas 8, 9 e 10 na pesquisa de atendimento / total de notas atribuídas, considerando-se usuário satisfeito aquele respondente da pesquisa de qualidade no atendimento, que atribuiu nota igual ou maior que 8.

Em julho de 2022 foi revisto o formulário de coleta de pesquisa, dentro do planejamento de reformulação das metodologias de estudos de usuário, sendo alterada a fórmula do indicador, em observância ao determinado pelo Comitê Gestão Interno/AN. A fórmula de cálculo do

indicador passou a ser *Total de usuários satisfeitos com o atendimento recebido/ Total de usuários que responderam à pesquisa sobre a qualidade no atendimento*. Além dessa alteração, os formulários distribuídos de maneira presencial e online foram unificados com a inclusão de questões sobre as instalações do AN. As alterações realizadas impactaram as respostas nos meses iniciais de sua implantação, mas se normalizaram a partir de outubro. Assim, em 2022, 79,73% dos usuários declararam estar satisfeitos com o atendimento recebido

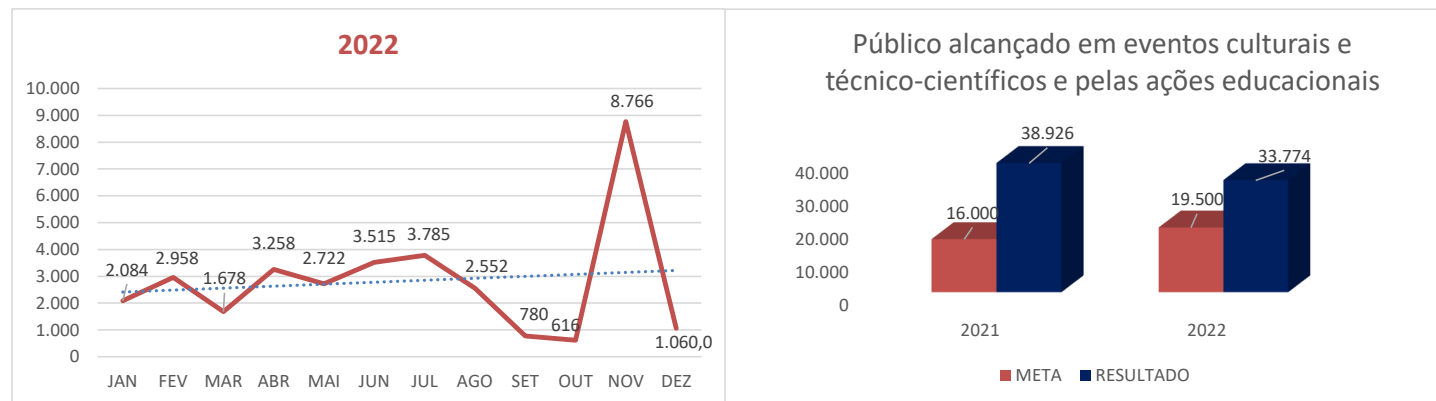
Acessos aos sítios eletrônicos de difusão do acervo e de promoção institucional



O indicador é composto pelo somatório dos acessos aos sítios institucionais de difusão do acervo e da instituição. São monitorados, via Google Analytics, os acessos a treze sítios de difusão. Destes, cinco sítios – AN, CONARQ, SIGA, MR e Semana Nacional de Arquivos – foram progressivamente absorvidos no endereço gov.br. Desde novembro de 2020, com a absorção do primeiro sítio (AN), foi registrada uma queda drástica dos acessos aos principais sítios institucionais, com a média mensal sendo reduzida à metade em 2022 e influenciando no atingimento de 40,66% da meta estipulada para todo o exercício. A queda dos acessos indica que os usuários não estão conseguindo

ultrapassar as etapas de cadastramento no gov.br para conseguir acessar o Arquivo Nacional. Essa dificuldade se reflete também na queda de acessos ao SIAN, principal base de dados da instituição, acessível pelo portal e por link específico no gov.br, o que também contribui para a queda do indicador Acesso às bases de dados.

Público alcançado em eventos culturais e técnico-científicos e pelas ações educacionais



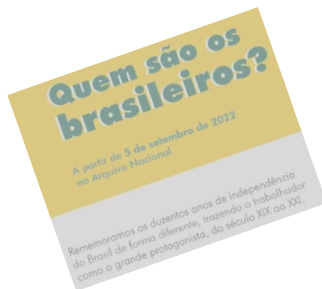
Com a finalidade de promover a difusão do acervo arquivístico custodiado no Arquivo Nacional e do conhecimento técnico-científico, cultural e educativo produzido pela Instituição, procura-se despertar, pela difusão cultural, a importância da preservação e do acesso ao patrimônio documental brasileiro, proporcionando ao cidadão diversas experiências ao visitar exposições, presenciais ou virtuais, participar de um evento, uma atividade pedagógica, acessar conteúdo nas redes sociais, adquirir as publicações produzidas pelo Arquivo Nacional, entre outras ações de mediação cultural realizadas pela própria Instituição ou em parceria com outros órgãos e entidades do poder público ou sociedade civil. É também objetivo permanente a manutenção do diálogo com instituições congêneres no sentido de desenvolver atividades conjuntas de difusão e produção de conhecimento. Incluem-se, ainda, na produção e difusão de conteúdos todo

material gráfico de comunicação sobre os serviços institucionais e por meio de sítios web institucionais e atividades sociopedagógicas voltadas para a difusão de conhecimento e das fontes e técnicas arquivísticas, com ênfase no público jovem e de instituições públicas de ensino e capacitação e acompanhar a elaboração de acordos de cooperação técnica, contratos de edição/coedição e parcerias envolvendo as áreas de competência desta Coordenação.

Houve considerável diminuição na quantidade de público alcançado a partir do mês de setembro. Isso explica-se devido a suspensão de todos os eventos institucionais a partir de 5 de setembro de 2022, com sua retomada apenas após o defeso eleitoral, impactando negativamente as ações de difusão e, conseqüentemente, o público alcançado em eventos. Porém, observa-se que o indicador obteve um aumento expressivo de outubro para novembro com o fim das medidas restritivas, reduzindo mais uma vez em dezembro, pelo final de ano, mas se mantendo bem acima da meta anual.

Principais eventos do ano de 2022:

- Ciclo de debates “O Arquivo Nacional e os 200 anos de 1822”
- Seminário Internacional de Processamento Técnico e Preservação de Acervos em Arquivos (SPPA)
- 6ª Semana Nacional de Arquivos
- Edição comemorativa do Prêmio Arquivo Nacional de Pesquisa
- Lançamento de nova seção temática no portal sobre os temas do Brasil Oitocentista
- Exposição presencial “Quem são os Brasileiros?”
- Arquivo em Cartaz



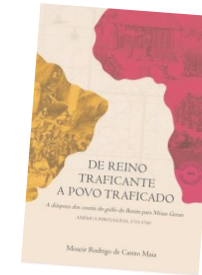
Principais resultados do Programa Editorial do Arquivo Nacional em 2022:

Livros impressos:



arquivísticos

- Exceções legais ao direito de acesso à informação: dimensões contextuais das categorias de informação pessoal nos documentos
- Usos e apropriações da memória: documentos arquivísticos em centros de memória do Judiciário federal brasileiro
- Dançando na mira da ditadura: bailes soul e violência contra a população negra nos anos 1970
- A invenção do inimigo: história e memória dos dossiês e contradossiês da ditadura militar brasileira (1964-2001)
- Remoções de favelas no Rio de Janeiro: empresários, Estado e movimento de favelados (1957-1973)
- De reino traficante a povo traficado: a diáspora dos courás do golfo do Benim para Minas Gerais (América portuguesa, 1715-1760)
- A escola de samba “tira o negro do local da informalidade”: agências e associativismos negros a partir da trajetória de Mano Eloy (1930-1940)
- O marquês de Barbacena: política e sociedade no Brasil imperial (1796-1841)



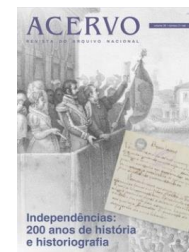
Livros digitais:

- O marquês de Barbacena: política e sociedade no Brasil imperial (1796-1841)
- e-ARQ Brasil: modelo de requisitos para sistemas informatizados de gestão arquivística de documentos, versão 2
- Diretório Brasil de Arquivos (Dibrarq): manual de procedimentos para as entidades custodiadoras aderentes
- Divisão Naval da Costa do Leste: a expansão da guerra cisplatina para o litoral africano (1825-1830)
- Dos litígios da obrigação de crédito: a ação judiciária do Tribunal da Suplicação do Brasil (1808-1821)
- Em torno do trono: a economia política das comunicações postais no Brasil do século XIX



Revista Acervo:

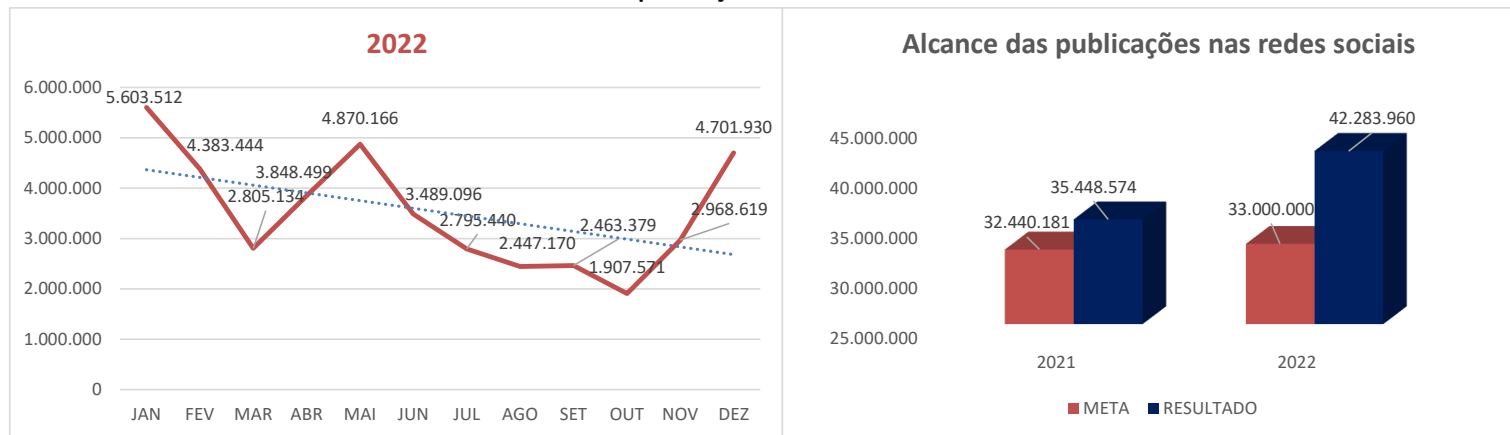
- Perspectivas em humanidades digitais, v. 35, n. 1
- Organização do conhecimento em arquivos, v. 35, n. 2
- Independências: 200 anos de história e historiografia, v. 35, n. 3



Revista Arquivo em Cartaz:

- Filme etnográfico

Alcance das publicações nas redes sociais



As mídias sociais do AN têm demonstrado ser um canal fundamental para a divulgação de informações sobre os produtos e serviços oferecidos à população, assim como sobre o acervo que está sob a guarda da instituição.

Percebe-se o bom desempenho dos perfis oficiais do AN entre o grande público. Numa escala global, estamos entre os arquivos nacionais com maior número de seguidores nas mídias sociais. Dentre aquelas com maior repercussão, o Facebook do AN possui, atualmente, mais de 155 mil seguidores; o Instagram, mais de 150 mil; e o Twitter, mais de 104 mil. No rol das mais recentes, está o TikTok, onde, em menos de dois meses, o AN já acumula cerca de 20 mil seguidores. Atualmente, também há perfis oficiais no YouTube, Flickr, Pinterest, MixCloud e LinkedIn, que se somam aos demais, totalizando mais de 620 mil seguidores.

Os resultados de alcance também demonstram a recepção positiva do público. O alcance das publicações nas redes sociais do AN, como um todo, foi de 42.283.960 no ano de 2022. Isso deve-se a ações estratégicas coordenadas para que o AN promova o acesso e a difusão do acervo e dos serviços arquivísticos e assim exerça sua função como instituição arquivística. O que também pode ser verificado nas interações e nos comentários dos posts a seguir, a título de exemplo:



arquivonacionalbrasil
Original audio

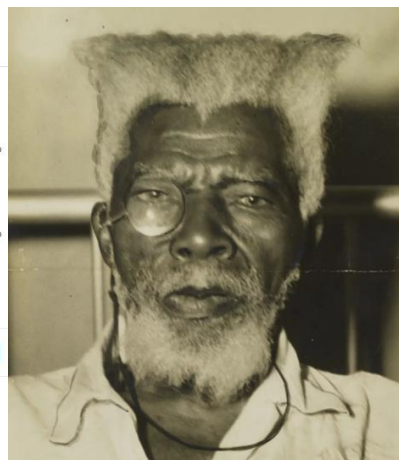
epoca, os aparelhos duravam 20 anos, bom demais
2 sem Responder Ver tradução

tacyamonteiro O antigo é o melhor, sempre ❤️❤️❤️❤️❤️
9 sem 2 curtidas Responder Ver tradução

claudiocezar_mg Que coisa maravilhosa de se ver. Parabéns pelo Arquivo,
7 sem 1 curtida Responder Ver tradução

Turbinar publicação

18.409 curtidas
DEZEMBRO 16, 2022



arquivonacionalbrasil

lauradesantisprada Não conhecia essa figura histórica! É que figura! Obrigada por compartilhar
14 sem 2 curtidas Responder Ver tradução

ezildinharodrigues 🍌🍌🍌🍌🍌
14 sem Responder

lyzvianna 🍌🍌🍌
15 sem Responder

anamacielsalgado 🍌🍌🍌🍌🍌
Ver insights Turbinar publicação

7.097 curtidas
NOVEMBRO 18, 2022



No vídeo, trecho da entrevista em que Vovó Maria Joana Rezadeira fala sobre o jongo. "Programa Arte de A a Z", TV Educativa. 1979. Arquivo Nacional. Fundação Centro Brasileiro de TV Educativa. BR_RJANRIO_FS_0_FIL_289

Assista à entrevista completa no canal do Arquivo Nacional no YouTube:
youtube.com/watch?v=eUherCy9Co0

#jongo #cultura #arquivonacional #arquivonacionaldobrasil #nationalarchives

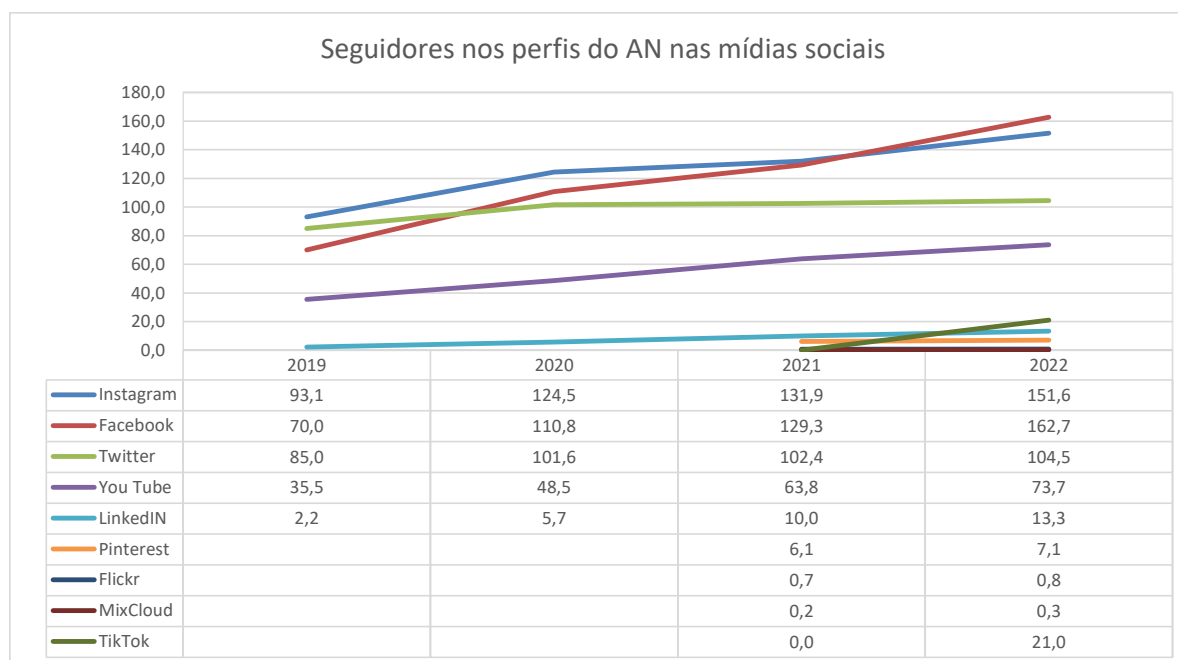
13 sem

lidia_imageminverso Muito bom !!! Salvando para usar com os alunos no planejamento do ano que vem!! Aumentando as fontes de conhecimento.
13 sem 1 gosto Responder

helenilsoncarlioca ❤️❤️❤️❤️❤️
13 sem Responder

ra.keller 🍌🍌🍌
2 sem Responder

Por conta do período de defeso eleitoral, entre 2 de julho e 30 de outubro de 2022, o AN, seguindo orientações da Secretaria Especial de Comunicação Social, do Ministério das Comunicações, adiou alguns eventos (ou os realizou de forma limitada) e promoveu diversas alterações em seu portal e nas mídias sociais. Algumas delas, como o Twitter e o YouTube, foram suspensas durante o período e, portanto, estiveram sem acesso. Apesar disso, as redes sociais do AN obtiveram bom alcance, como será possível observar em seus resultados explicitados abaixo.



Outro forte indicativo da efetividade desse trabalho é a publicação espontânea de imagens digitalizadas do acervo do AN em portais e sites de notícias, de instituições públicas e de páginas especializadas. Nesse caso, não há atuação de servidores do Arquivo Nacional no envio das imagens. Os próprios profissionais responsáveis pela produção das matérias coletam as imagens digitalizadas nas mídias sociais ou no Sistema de Informações do Arquivo Nacional (Sian). A disponibilização dos documentos on-line e a publicação de orientações de como encontrá-los (por meio de tutoriais em texto e em vídeo) garantem a autonomia desses profissionais e ampliam o potencial de alcance de público.

Ao longo de 2022, foram identificadas 443 matérias em páginas de internet que utilizaram pelo menos uma imagem do AN para ilustrar suas publicações. Dentre esses portais e sites, estão veículos da grande imprensa, como G1, BBC Brasil, UOL, CNN Brasil, Veja e Deutsche Welle em português; sites especializados em História, como Aventuras na História, History Channel e Café História; especializados em política, como Poder 360 e Brasil 247; especializados em esportes, como Globo Esporte (GE) e Goal; especializados em música, como Rolling Stone e Whiplash; sites voltados a estudantes, como Guia do Estudante; dentre outros.

Os 11 dias da visita da rainha Elizabeth II ao Brasil, em 1968

Durante a estada no país, ela e o Príncipe Philip, o Duque de Edimburgo, ganharam LPs de música MPB, um berimbau e até um casal de onças. Também assistiram a jogo de futebol e cumprimentaram Pelé.



Por BBC

09/09/2022 10h38 · Atualizado há 5 meses



Rainha Elizabeth conheceu o jogador Pelé durante visita ao Brasil em 1968. — Foto: Arquivo Nacional via BBC



ASSISTA AGORA
AO VIVO

Fotos — Momentos marcantes da história das eleições brasileiras



Presidente Café Filho vota nas eleições de 1955
Crédito: Arquivo Nacional - 3.out.1955

Dentre essas matérias estão aquelas veiculadas por órgãos públicos de comunicação, como Agência Brasil/EBC, e sites de órgãos públicos, como os sites do Senado Federal e da Câmara dos Deputados; informativos de universidades, como Conexão UFRJ e Jornal da USP; e sites de instituições de esporte, como a Confederação Brasileira de Futebol (CBF).

As matérias identificadas em 2022 foram publicadas por veículos de imprensa de todas as regiões do Brasil. Além daqueles sediados nas cidades do Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília (maioria), podemos citar como exemplos Diário do Comércio (MG), Algomais (PE), Tribuna Hoje (AL), DM Anápolis (GO), Gaúcha ZH (RS) e Tudo Rondônia (RO). Os documentos ilustram notícias e reportagens sobre temas diversos, como esporte, política e educação. Isso torna claro que o Arquivo Nacional se tornou uma das referências da imprensa para a utilização de imagens históricas, o que, por sua vez, se traduz em maior alcance de público.

Outra ação para otimizar o acesso à serviços digitais pelos usuários do AN, em alinhamento à Estratégia de Governo Digital para o triênio 2020-2022, foi a disponibilização de 12 serviços públicos digitais no portal GOV.BR. Com o intuito de reunir informações e serviços em um só lugar, a plataforma está se tornando portal de entrada única para as páginas institucionais e o Arquivo Nacional segue esforçando-se para unificar todo o seu conteúdo junto ao Gov.Br.

Abaixo estão os seguintes serviços já disponibilizados:

- Consultar documentos do acervo do Arquivo Nacional
- Consultar o Guia de Fontes do Arquivo Nacional
- Consultar registros de entrada de estrangeiros do acervo do Arquivo Nacional
- Consultar o Catálogo online da Biblioteca do Arquivo Nacional
- Consultar o Centro de Referência de Acervos Presidenciais do Arquivo Nacional
- Protocolar documentos junto ao Arquivo Nacional

- Visitar exposições virtuais do Arquivo Nacional
- Consultar o Diretório Brasil de Arquivos (DIBRARQ) do Arquivo Nacional
- Consultar a legislação arquivística brasileira e resoluções do Conarq
- Consultar e adquirir publicações do Arquivo Nacional
- Consultar instrumentos de pesquisa do Programa MAPA/Arquivo Nacional
- Consultar o Cadastro Nacional de Entidades Custodiadoras de Acervos Arquivísticos do Conarq

Comentado [DBdS2]: Avaliar onde colocar no final.

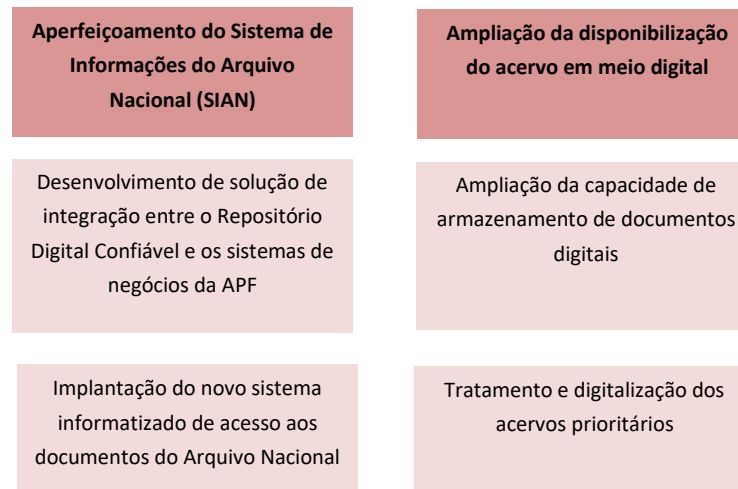
2.2.3 Projeto Fortalecimento do A.N Digital

Em 2020, quando o planejamento estratégico institucional foi elaborado, o projeto possuía dois subprojetos, o *aperfeiçoamento do Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN)* e *ampliação da disponibilização do acervo em meio digital*. Porém, em 2022, após acompanhar a execução do projeto e devido às alterações na estrutura organizacional ocasionada pelo Decreto nº 11.103/2022, foi necessário realizar a revisão do projeto.

Importante registrar que a proposta de revisão não se ateve ao período referente ao 2020-2023 e contemplou elementos para orientar a elaboração de futuros Planos Estratégicos do AN, em especial o que estará associado ao próximo ciclo do PPA 2024-2027. A revisão buscou indicar, com vistas à priorização, os respectivos recursos orçamentários, a necessidade de pessoal/colaboradores e a infraestrutura física e tecnológica à consecução das atividades abrangidas no projeto estratégico. Para o alcance das metas e objetivo do projeto estratégico poderão, ante os permissivos legais, ser terceirizados serviços para a execução de atividades técnico-auxiliares e de suporte, de modo a possibilitar a atuação do quadro próprio de servidores, prioritariamente, em atividades de planejamento, organização, regulação, orientação, supervisão e avaliação de atividades, processos, programas e políticas, além de desenvolvimento de estudos e pesquisas aplicadas à gestão de documentos e arquivos. Por fim, cumpre registrar que além da legislação pertinente à gestão de

documentos e arquivos, a revisão está alinhada com as diretrizes gerais da Estratégia de Governo Digital do Poder Executivo Federal (decreto nº 10.332/2020), da política de governança da administração pública federal (Decreto nº 9.203/2017) e da simplificação de atendimento prestado aos usuários dos serviços públicos (Decreto nº 9.094/2017). A revisão do projeto resultou no aumento do escopo do projeto estratégico que foi ocasionado tanto pela criação de subprojetos quanto pelo melhor desenvolvimento dos subprojetos, já existentes anteriormente. O novo escopo do projeto foi aprovado em agosto de 2022, no âmbito do CGI-AN, e em outubro de 2022 pelo Comitê de Governança Estratégica do MJSP.

Estrutura Analítica do Projeto Fortalecimento do AN Digital – antes do processo de revisão



Estrutura Analítica do Projeto Fortalecimento do AN Digital – após o processo de revisão

Revisão da Estrutura Normativa de Entrada, Processamento Técnico, Preservação, Digitalização, Acesso e Difusão do Acervo do AN	Processamento técnico, digitalização e disponibilização de acervos prioritários	Modernização do atendimento ao usuário e das ações de difusão	Desenvolvimento do Novo Sian	Aprimoramento, orientação e estabelecimento de diretrizes de uso de RDC-Arq	Atualização do Parque Tecnológico
Elaboração da Política de Custódia, Acesso e Difusão do AN	Conjuntos documentais/fundos/acervos priorizados para processamento técnico, digitalização e disponibilização	Ampliação da BDAN	Modelo de Acesso ao Acervo	Desenvolvimento de solução de integração entre o repositório Digital Confiável e os sistemas de negócios da APF	Diagnóstico sobre cenário atual
Manualização de processos de trabalho	Contratação de serviços técnicos-auxiliares para processamento técnico, preservação, digitalização e	Implantação de novos serviços digitais	Módulo de Gerenciamento de atendimento	Aperfeiçoamento do Repositório Arquivístico Digital Confiável (RDC-Arq)	Melhoria da Segurança da Informação e Comunicação
Elaboração do Programa de Gerenciamento de Riscos associados ao	Execução dos serviços técnico-auxiliares por meio de Ordens de Serviços	Implantação do Programa de Satisfação do Usuário	Módulo de entrada de acervo	Definição de critérios para adoção de RDC-Arq em arquivos intermediários de guarda longa	Melhoria da Infraestrutura de TIC
Prognóstico da entrada de acervo no AN			Módulo de Processamento Técnico e Preservação	Definição de modelo de avaliação do RDC-Arq por meio de parceria	Ampliação do armazenamento digital
			Módulo de Administração do Acervo		
			Módulo de Informações Gerenciais		

O projeto tem por objetivo o fortalecimento do AN como entidade custodiadora nacional, permitindo exercer o protagonismo no recolhimento, custódia e preservação, especialmente a documentação permanente da Administração Pública Federal, e acesso e difusão do acervo institucional. Além disso, o projeto prevê entregas relacionadas à atualização da infraestrutura tecnológica da instituição e a revisão de normativos dos processos de entrada, processamento técnico, preservação, digitalização, acesso e difusão do acervo do Arquivo Nacional.

Os resultados descritos abaixo estão relacionados à versão do projeto estratégico revisado já que englobam os resultados do primeiro escopo do projeto.

O subprojeto relacionado à revisão de estruturas normativas foi incluído no processo de revisão, com início programado em 1º de março de 2023. Já o subprojeto referente ao processamento técnico e à reformatação do acervo foi reformulado e é resultado da ampliação do subprojeto *Ampliação da disponibilização do acervo em meio digital*, previsto anteriormente. Como já descrito na seção dos resultados institucionais, a meta do ano para documentos digitalizados (3.500.000 documentos) foi superada em 29,7%, atingindo-se a quantidade de 4.537.895 documentos. Cumpre reforçar que o Acordo de Cooperação Técnica com a Associação Brasileira da Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias, celebrado em 2020, contribuiu para o aumento do acervo digital disponibilizado, por meio da organização, digitalização e disponibilização de documentos relacionados à entrada de estrangeiros no Brasil e processos de naturalização. O projeto entregou, neste ano, 2.325.647 imagens de documentos, somam-se, ainda, a esses números, outras 1.442.698 de imagens digitalizadas a partir de fichas com informações de prontuários de imigrantes.

Visando à ampliação da capacidade de armazenamento e preservação do acervo físico do acervo, o AN investiu R\$ 1.549,360,00 na aquisição de arquivos deslizantes para documentos cartográficos, iconográficos e audiovisuais.

O terceiro subprojeto, Modernização do Atendimento ao Usuário e das Ações de Difusão, possui ações relacionadas ao atendimento e à difusão do acervo e foi incluído no processo de revisão. Importante registrar que há um projeto estratégico com o mesmo nome, mas com diferente escopo.

O subprojeto Modernização do Atendimento ao Usuário e das Ações de Difusão tem por objetivo a ampliação da Biblioteca Digital do AN (BDAN), a implantação de novos serviços digitais e de um programa de satisfação do usuário. Um dos principais resultados desse subprojeto foi a implementação da loja virtual do AN, iniciado em janeiro de 2022. Foram realizadas adequações às normativas pertinentes (LGPD, Código de Defesa do Consumidor, entre outras) e implementadas ferramentas para operacionalização do e-commerce. Ainda, com relação aos serviços digitais, visando ao aperfeiçoamento dos produtos digitais de educação em arquivos e difusão, a contratação de projetos de realidade virtual e implantação de infraestrutura tecnológica para realização de eventos digitais e/ou híbridos foram prejudicadas devido a redução do orçamento de difusão e pela dificuldade na abertura de processos de contratação, contudo deu-se continuidade à prospecção de novos produtos digitais de educação e difusão.

Quanto à implantação do Programa de Satisfação do Usuário, essa entrega compreende a elaboração de pesquisas e estudos de usuários voltadas à melhoria dos serviços prestados; a definição das áreas que integrarão o Programa; a definição dos requisitos a serem pesquisados de acordo com os públicos-alvo; a definição das metodologias de coleta; a definição das áreas responsáveis pela consolidação; a apresentação dos dados coletados por cada pesquisa elaborada; a implementação de plano de reavaliação e inovação periódica dos serviços; a análise dos resultados coletados; a definição de métricas e estratégias de monitoramento dos resultados; o estabelecimento de cronograma de reuniões de avaliação e de planejamento de implementação dos resultados pelas áreas intervenientes e a produção de relatórios de implementação dos resultados pelas áreas envolvidas. A Pesquisa sobre a Qualidade no Atendimento, iniciada em 2017, teve seu questionário reformulado em 2022. A implementação de plano de reavaliação e inovação periódica dos serviços está prevista para ser iniciada em 2024, após definição e comprometimento das áreas intervenientes.

A BDAN é uma plataforma voltada para a indexação, preservação e acesso aos objetos informacionais digitais publicados e produzidos pela instituição, bem como obras que tenham o Arquivo Nacional como tema, que integrem a sua memória e estejam em domínio público. Prevista para iniciar em junho de 2023, a ampliação da BDAN prevê a disponibilização de livros e periódicos publicados pelo Arquivo Nacional a partir do estabelecimento de critérios de tratamento técnico e de digitalização deste acervo, assim como o de coleções bibliográficas raras e especiais.

O quarto subprojeto, Desenvolvimento do Novo SIAN, visa ampliar a segurança da principal base de dados da instituição e facilitar o acesso de usuários a informações sobre o acervo institucional. Inicialmente, o subprojeto possuía a entrega de implantação do Novo Sian, que foi dividido em diferentes entregas de módulos do Sistema durante o processo de revisão.

Com o propósito de desenvolver o novo Sistema de Informações do Arquivo Nacional (o novo SIAN), o Arquivo Nacional firmou parceria com a Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação (DTIC/MJSP), e a fábrica de software contratada pelo referido Ministério, no primeiro semestre de 2020. Ao longo do ano foram diversas reuniões, mudanças nos times de desenvolvimento, atrasos nas entregas das Sprints, dentre outros contratemplos. Foram entregues cinco sprints (3 sprints completas e 2 sprints parciais) e, no fim daquele ano, deu-se a mudança da fábrica de software e foi realizada uma licitação para uma nova contratação. Com isso, os ciclos de trabalho (*sprints*) em desenvolvimento pela antiga contratada ficaram em uma esteira de desenvolvimento e somente em 21 de maio 2021 foi possível retomar as atividades para o desenvolvimento do Novo SIAN.

Com a retomada das atividades, foi apresentada a proposta de desenvolvimento do SIAN por meio da tecnologia de microsserviços. Dessa forma, a fábrica de software identificou que novos sistemas precisavam ser estudados para atender as demandas do Novo SIAN. Após a conclusão dos planos de trabalhos, que vigoraram no período de junho de 2021 até março de 2022, a proposta de desenvolvimento por microsserviços foi aprovada. Com isso, somente em junho de 2022 foi retomado, de fato, o desenvolvimento do SIAN, sendo priorizada a interface de consulta externa com 60% do objetivo atingido.

Em outubro de 2022, sob alegação de prejuízos na continuidade do desenvolvimento utilizando a tecnologia de microsserviços e falta de requisitos, a fábrica de software interrompeu o projeto, apesar dos esforços e interesse do Arquivo Nacional em dar subsídios para o prosseguimento ao subprojeto. A equipe do Arquivo Nacional foi informada sobre a decisão da empresa em dissolver o time de desenvolvimento, até então, por apenas um mês, o que não aconteceu já que em dezembro de 2022 os trabalhos ainda não haviam sido retomados. O Arquivo Nacional questionou a contratada sobre a real intenção de dar continuidade ou não ao projeto, uma vez que, por parte do Arquivo Nacional. O acordado com os envolvidos é que o desenvolvimento seja retomado em meados do mês de março com prazo

de término em junho deste ano, uma vez que houve mudança de Ministério Supervisor. Os produtos previstos são os módulos de pesquisa ao acervo (antigo SIAN Externo), DMI e Regent.

Cabe ressaltar que o trabalho de levantamento e refinamento dos requisitos é atividade privativa da fábrica de *software*, porém, devido à complexidade do Sistema e com o objetivo auxiliar no que fosse preciso, o refinamento estava sendo desenvolvido em conjunto pelas Coordenações-Gerais de Tecnologia da Informação, de Processamento Técnico e Preservação do Acervo e de Acesso a Difusão do Arquivo Nacional, que realizaram reuniões semanais para o entendimento e refinamento dos requisitos do SIAN a serem entregue à fábrica de *software*.

Por fim, para dar continuidade ao desenvolvimento do Novo SIAN e a outros projetos do Arquivo Nacional, a COTIN iniciou um processo de contratação da fábrica de *software* por meio da IRP nº 17/2022 da Central de Compras. Com essa nova parceria, teremos acesso direto a empresa contratada sem intermediários, visando o desenvolvimento em escala para antecipar as entregas do Novo SIAN.

O subprojeto *Aprimoramento, orientação e estabelecimento de diretrizes de uso do RDC-Arq*, foi elaborado a partir da entrega do desenvolvimento de solução de integração entre os sistemas de negócio da administração pública federal e o Repositório Digital Confiável (RDC-Arq) do Arquivo Nacional, o Hipatia. Em parceria com o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), o Hipatia foi desenvolvido para viabilizar o recolhimento, ao Arquivo Nacional, de documentos digitais dos órgãos da APF que utilizam o Sistema Eletrônico de Informações - SEI. O Hipatia foi concluído em 2021. O subprojeto prevê outras entregas relacionadas à definição de critérios para adoção de RDC-ARQ e de modelo de avaliação.

Visando a atualização do Parque Tecnológico do AN, ciclicamente, a COTIN realiza diagnósticos do seu cenário atual, projetando a infraestrutura tecnológica necessária para suportar o volume do acervo digital da instituição. Ressalta-se que em 2020 foi realizado investimento de 2,4 milhões na aquisição de solução de armazenamento, garantindo a expansão do storage em 1.4 PetaBytes. Da mesma forma foram adquiridas soluções de gerenciamento de dados, antivírus e antispam, licenças de uso de softwares de produtividade e colaboração (MS-Office 365), contratações de empresas especializadas em prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva do parque tecnológico e na implantação de central de serviços de infraestrutura de tecnologia da organização, totalizando cerca de 5,5 milhões

de recursos aplicados em TIC. No ano subsequente foi investido o montante de 4,2 milhões na aquisição de novos desktops, notebooks, kits multimídia e ativos para modernização de Datacenter da instituição. Por fim, no mesmo ano foi implantado novo serviço de telefonia, utilizando tecnologia VoIP tanto na SEDE e quanto na regional de Brasília. Em 2022, foram realizados novos investimentos em segurança da informação, com a contratação de solução de segurança de borda, análises de vulnerabilidades, prevenção e detecção de ataques cibernéticos e expansão da solução de backup. Também foram implantados novos serviços de hospedagem de portais e correio eletrônico do órgão, todos se utilizando de tecnologia cloud, aumentando suas disponibilidades e confiabilidade. Ainda no mesmo ano, foram executadas melhorias nas salas de videoconferência com aquisição de novos sistemas e televisores. Também foi contratada empresa especializada para manutenção e monitoramento, em tempo real, do Datacenter do órgão. Todos esses projetos atingiram ao final do exercício valores na ordem de 5,8 milhões em TIC. Para 2023 estão previstos investimentos na mesma proporção dos anos anteriores, para manutenção e melhoria de infraestrutura de TIC, segurança da informação, gestão de ativos de TIC e licenciamento de softwares, alcançando as metas pactuadas no Projeto Estratégico com pleno êxito.

Estrutura Analítica do Projeto Modernização do Atendimento ao Usuário e das Ações de Difusão – conforme o PES/AN 2020-2023

Reestruturação dos espaços físicos de atendimento	Modernização tecnológica dos serviços de atendimento ao usuário	Fortalecimento do Programa de Difusão do Acervo
Reforma da biblioteca	Implantação da biblioteca digital	Remodelagem do programa editorial
Implantação da loja de café	Migração do sistema da biblioteca	Reestruturação de exposições/portais/eventos de difusão
Reforma da sala de consultas/ambientes de trabalho	Reformulação dos instrumentos de pesquisa	Ampliação das ações educacionais
	Reformulação das metodologias de estudos de usuário	
	Modernização das formas de acesso à informação	

2.2.4 Projeto Modernização do Atendimento ao Usuário e das Ações de Difusão

O projeto **Modernização do Atendimento ao Usuário e das Ações de Difusão** tem por objetivo ampliar e facilitar o atendimento ao usuário do Arquivo Nacional. Para isso apresenta três entregas: a) Reestruturação dos espaços físicos de atendimento; b) Modernização tecnológica dos serviços de atendimento ao usuário e c) Fortalecimento do Programa de Difusão do Acervo.

O primeiro subprojeto, relacionado aos espaços físicos de atendimento, incluía tanto a reforma da Biblioteca Maria Beatriz Nascimento, a implantação da loja e do café e quanto a reforma da Sala de Consultas e dos ambientes de trabalho das equipes de atendimento. As atividades relativas à implantação da loja e do café foram desenvolvidas até o ponto de transversalidade com a COGAD. Foram levantadas as necessidades para o projeto arquitetônico e definidas as especificações técnicas. A parte relativa ao termo de referência, cessão do espaço, pesquisa de mercado, edital de licitação e análise jurídica continuam aguardando a área administrativa.

Comentado [RdSR3]: À COGAD: solicitamos atualização quanto às informações contidas nesse parágrafo, sob responsabilidade da SUPRA.

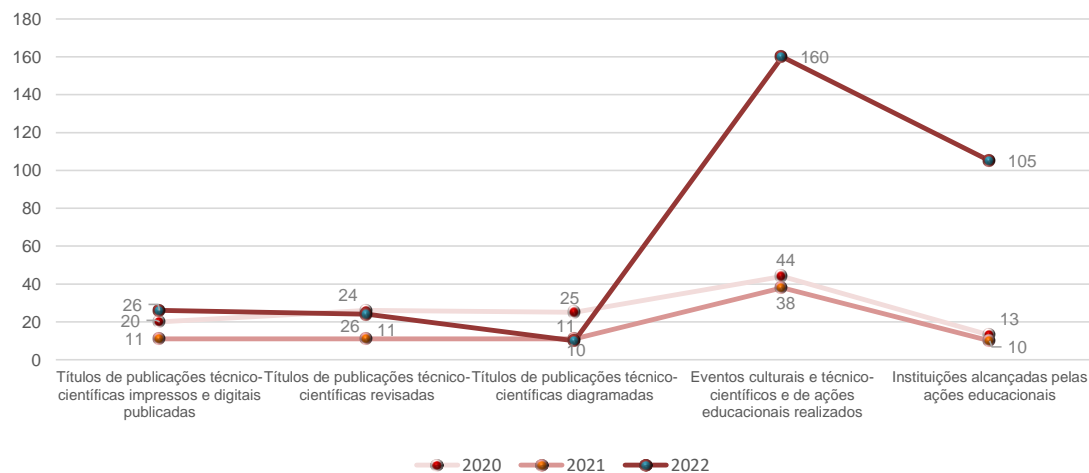
A reforma da biblioteca e da Sala de Consultas foi efetuada parcialmente. Como o projeto de layout desses espaços não foi aprovado pelo IPHAN, foram então efetuadas alterações pontuais na Sala de Consultas do bloco P para facilitar o fluxo de consulentes e do trabalho de referência.

A segunda entrega, sobre as tecnologias dos serviços de atendimento ao usuário, incluía a implantação da biblioteca digital, a reformulação dos instrumentos de pesquisa e a reformulação das metodologias de estudos de usuário. A biblioteca digital foi implantada e seu aperfeiçoamento integra o novo Projeto estratégico Fortalecimento do AN Digital. A reformulação dos instrumentos de pesquisa avançou durante a pandemia a partir de colaboração entre as áreas de atendimento e de processamento técnico, resultando na digitação e disponibilização de oito instrumentos de pesquisa muito consultados. Foi ainda lançado o Guia de Fontes, que hoje integra um dos doze serviços digitais oferecidos pelo Arquivo Nacional via portal Gov.br.

As metodologias de estudo de usuário foram reformuladas com pesquisas, um relatório de balanço quinquenal foi produzido e os formulários de coleta presencial e online foram padronizados. Foi ainda lançado um QR Code para acesso imediato ao questionário da Pesquisa

sobre a Qualidade no Atendimento desenvolvida pela Equipe de Estudos de Usuário da COACE. A criação de um Programa de Satisfação do Usuário integra o novo Projeto estratégico Fortalecimento do AN Digital.

Já a terceira entrega, relacionada à difusão do acervo, visava à ampliação das fronteiras de acesso à instituição, ao alcance de públicos diversificados, com a realização de eventos e lançamento de publicações inéditas, fruto de pesquisa nos acervos da instituição, além de novas exposições presenciais e virtuais. De 2020 para 2022, ampliou-se em 30% o número de títulos de publicações técnico-científicas impressos e digitais publicadas, em 264% os Eventos culturais e técnico-científicos e de ações educacionais realizados e em 708% o número de instituições alcançadas pelas ações educacionais.



AÇÕES IMPLEMENTADAS/RESULTADOS ALCANÇADOS

Mapeamento e integração dos processos de atendimento via Módulo de Atendimento.

Projeto de aperfeiçoamento de aferição do indicador, a partir da ampliação pela COTIN da contagem de acessos realizados pelo servidor de arquivos e fora do SIAN.

Revisão do indicador de percentual de satisfação a fim de aprimorar a mensuração da efetividade do atendimento.

A utilização na SUREG, pelos técnicos, do Módulo de Atendimento a Distância, que facilitou o trâmite de informações entre Sede e Regional.

Produção de relatórios específicos, via Google Analytics, para fundamentar ações de planejamento e ampliação do acesso.

RESULTADOS NÃO ALCANÇADOS

Descontinuidade do acordo de cooperação com a ABIJCSUD (Family Search) prejudicou o alcance da meta de documentos digitalizados

DIFICULDADE E SOLUÇÕES

Dificuldades tecnológicas resultantes dos processos de desenvolvimento do novo SIAN versus a necessidade de aprimoramento do Módulo de Atendimento.

Pouca integração entre sistemas de atendimento e de cadastramento de usuários na Recepção do Arquivo Nacional.

Dificuldades do público-alvo com as inovações do portal gov.br no acesso às bases de dados via portal institucional.

Restrições oriundas da pandemia que afetaram as atividades que exigiam trabalho presencial foram prejudicadas no primeiro quadrimestre em função das medidas de prevenção e combate à pandemia Covid-19

PERSPECTIVAS PARA O PRÓXIMO ANO

Integração do Módulo de Atendimento ao novo SIAN.

Melhora na comunicação interna.
Atualização dos instrumentos de pesquisa e das bases de dados.
Aquisição de mais equipamentos para a digitalização dos documentos do acervo.
Desevolvimento do Novo Sian, aprimorando o acesso ao acervo institucional. Aprimoramento da fórmula de cálculo do indicador 'Percentual de usuários atendidos para acesso ao acervo, a partir do mapeamento das categorias de atendimento no Módulo de Atendimento.
Revisão da Carta de Serviços.
Integração e aperfeiçoamento de sistemas de controle de atendimento.
Ampliação do acesso público aos documentos do acervo.
Aumentar a equipe para atender satisfatoriamente todas as demandas recebidas.
Fortalecimento da Rede Nacional de Cooperação e Informações Arquivísticas – Memórias Reveladas.
Investimentos sólidos em tecnologia e segurança da informação, com a aquisição de equipamentos e sistemas necessários a expansão segura da capacidade tecnológica da instituição.
Difusão de informações sobre o acervo para ampliação do acesso.

2.3 Macroprocesso Gestão da Política Nacional de Arquivos

Dentre as competências do Arquivo Nacional, explicitadas pelo Decreto nº 11.103⁶, de 24 de junho de 2022, está a de “acompanhar e implementar a política nacional de arquivos, estabelecida pelo Conselho Nacional de Arquivos - Conarq”.

⁶ Em 1º de janeiro de 2023, com a publicação do Decreto nº 11.345, o AN passou a integrar o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos com as mesmas competências do Decreto nº 11.103/2022.

A Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e, em alinhamento ao disposto no §2º do art. 216 da Constituição Federal de 1988, ratifica o dever do Poder Público quanto à gestão documental e a proteção especial a documentos de arquivos, como instrumento de apoio à administração, à cultura, ao desenvolvimento científico e como elementos de prova e informação. Conforme o art. 26 do marco legal, a Política Nacional de Arquivos Públicos e Privados é definida pelo Conselho Nacional de Arquivos (Conarq), órgão colegiado vinculado ao Arquivo Nacional, criado pelo art. 26 da Lei nº 8.159, de 08 de janeiro de 1991, e regulamentado pelo Decreto 4.073, de 03 de janeiro de 2002, vinculado ao Arquivo Nacional, como órgão central de um Sistema Nacional de Arquivos - SINAR.

A chamada “Lei de Arquivos” é regulamentada pelo Decreto nº 4.073, de 3 de janeiro de 2002, que estabelece as competências e o modelo de funcionamento do Conarq para orientação técnico-normativa do Sinar com o objetivo de integrar atividades arquivísticas em arquivos públicos e privados; orientar normativamente a gestão de documentos e de arquivos; estimular programas de gestão, de acesso e de preservação de documentos públicos de âmbito federal, estadual e municipal; declarar como de interesse público e social os arquivos privados que contenham fontes relevantes para a história e o desenvolvimento nacionais; estimular a capacitação técnica dos recursos humanos nos arquivos; promover apuração e reparação de atos lesivos aos arquivos; desenvolver atividades censitárias referentes a arquivos.

De acordo com o Decreto nº 4.073 de 2002, o Conarq pode propor a celebração, por meio do Arquivo Nacional, de acordos, convênios, parcerias e termos de cooperação técnica com órgãos e entidades públicas e privadas em matéria de interesse mútuo. O Arquivo Nacional possui relação internacional com diferentes organismos, arquivos nacionais e outras instituições congêneres para cooperação técnica em gestão de documentos e arquivos e seus servidores participam de congressos, cursos e reuniões, resultando em um melhor apoio técnico aos órgãos que formam o Sistema Nacional de Arquivos (Sinar).

No âmbito da Cooperação Internacional, assim como muitas instituições brasileiras, o Arquivo Nacional atua exportando suas expertises técnicas, colaborando com Organismos Internacionais e/ou países parceiros, em projetos com benefícios mútuos. Em 2021, o Arquivo nacional atuou em quatro projetos no âmbito da Cooperação Sul-Sul Triangular. Primeiro projeto é o Programa Iberarchivos, que tem o propósito de fomentar, preservar, restaurar, ampliar e difundir o acesso aos arquivos dos países ibero-americanos (Península Ibérica, América

Latina e Guiné Equatorial), o Iberchivos é um fundo financeiros multilateral para documentos arquivistas da comunidade. O financiamento do projeto ocorre através das contribuições dos países membros, e beneficia as instituições arquivísticas, museus, centros de documentação e pesquisa e universidades de caráter público e privado da comunidade ibero-americana.

A segunda iniciativa de cooperação é parceria com a Associação Latino-Americana de Arquivos (ALA) que tem como missão de promover o desenvolvimento arquivístico nos países associados (América Latina, Espanha e Portugal), a ALA é tida como uma das associações mais ativas do Conselho Internacional de Arquivos (CIA). Sem fins lucrativos, a associação estimula a comunicação e a cooperação entre os participantes membros, mediante a ações, como congresso, seminários e encontros internacionais. A terceira iniciativa ocorreu junto ao Conselho Internacional de Arquivos (CIA). A CIA é um Organismo Internacional não governamental, sem fins lucrativos. A incumbência da organização está relacionada a promoção da gestão e do uso eficiente e eficaz de documento e arquivos. Por fim, a quarta iniciativa é uma colaboração com a Federação Internacional de Arquivos de Filmes (FIAF). A FIAF é uma instituição internacional dedicada a preservação de filmes, assim como auxilia na preservação e disseminação dos documentos audiovisuais. Nessa seara, a instituição promove a criação e manutenção dos arquivos e cinematecas, em diversos países. Para tal, desenvolve cooperação internacional entre as entidades filiadas à Federação, contando com 164 instituições de 75 países.

No âmbito do Conarq destaca-se o Protocolo de Colaboração firmado entre o Ministério da Justiça da República Federativa do Brasil e a Presidência do Conselho de Ministros da República Portuguesa, assinado na cidade do Rio de Janeiro, em 16 de agosto de 1995, renovado por novo Protocolo em ato do Ministério das Relações Exteriores do Brasil em 05 de setembro de 2001, tem por finalidade estimular a permuta de informações contidas nos acervos arquivísticos de interesse mútuo, sob a guarda de cada um dos países intervenientes, incentivando a organização e a inventariação de fundos documentais, com foco permanente no conteúdo de relevância histórica para os propósitos deste Protocolo, e que tenham por objeto documentos de interesse comum aos dois países. Nesse sentido, e de acordo com o mencionado no protocolo, ambas as partes nomearão uma comissão bilateral que se encarregará de inventariar e selecionar o patrimônio arquivístico ou documental à guarda de cada um dos Estados nacionais.

Considerando a necessidade de promover o desenvolvimento das ações, nas áreas de arquivo e informação, o Conarq foi designado órgão executor do referido protocolo, através da Portaria do Ministério da Justiça nº 1248, de 25 de setembro de 1995, sendo ratificado pela Portaria da Casa Civil da Presidência da República nº 17, de 15 de maio de 2002.

Em conformidade com o disposto no supracitado protocolo de colaboração, pela Portaria nº 12 do Conselho Nacional de Arquivos, de 27 de fevereiro de 1996, foi criada a Seção Brasileira da comissão bilateral em referência, que passou a ser designada Comissão Luso-Brasileira para Salvaguarda e Divulgação do Patrimônio Documental - COLUSO configurada em duas Seções, uma brasileira e uma portuguesa. A Seção Brasileira foi reformulada pela Portaria nº 62 do Conselho Nacional de Arquivos, de 20 de maio de 2002.

No que concerne ao apoio técnico e administrativo dado pelo Arquivo Nacional ao Conarq, a instituição registrou, em 2022, 79 novas entidades e atualizou o cadastro nacional de entidades custodiadoras de acervos arquivísticos – Codearq, alcançando 638 entidades; prestou orientação técnica para 164 órgãos integrantes do Sistema Nacional de Arquivos - SINAR com intermédio de conselheiros representantes de seus respectivos segmentos; realizou o monitoramento da Política Nacional de Arquivos Públicos e Privados para municiar os conselheiros quanto à definição desta política elaborando 4 relatórios técnicos; colaborou na elaboração da campanha de sensibilização da sociedade quanto aos arquivos públicos brasileiros que culminou com a produção de um vídeo institucional amplamente divulgado; acompanhou 24 oficinas da Escola Nacional de Administração Pública - Enap para análise baseada em evidências da Política Nacional de Arquivos Públicos e Privados e para capacitação dos conselheiros em avaliação de políticas públicas; apoiou o processo de identificação de 4 arquivos privados para fins de declaração de interesse público e social; levantou o número de servidores dos órgãos integrantes do Sistema Nacional de Arquivos – SINAR inscritos em cursos de capacitação ofertados pelo SIGA na plataforma EV.G da Enap, que totalizaram 6.125 servidores. O SINAR tem por finalidade implementar a política nacional de arquivos públicos e privados, visando à gestão, à preservação e ao acesso aos documentos de arquivo e tem como órgão central o CONARQ.

Os integrantes do SINAR são:

- I - o Arquivo Nacional;
- II - os arquivos do Poder Executivo Federal;
- III - os arquivos do Poder Legislativo Federal;
- IV - os arquivos do Poder Judiciário Federal;
- V - os arquivos estaduais dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário;
- VI - os arquivos do Distrito Federal dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário;
- VII - os arquivos municipais dos Poderes Executivo e Legislativo.

No que se refere ao aprimoramento dos canais de comunicação com os clientes, em 13 de maio de 2022 foram atualizados no Portal Serviços e Informações do Brasil (<https://www.gov.br/pt-br/orgaos/arquivo-nacional>) os seguintes serviços do CONARQ: i) Consultar a legislação arquivística brasileira e resoluções do Conarq; ii) Consultar o Cadastro Nacional de Entidades Custodiadoras de Acervos Arquivísticos do Conarq. Também cabe destacar que foi realizado o preenchimento dos formulários de autodiagnóstico referentes aos serviços digitais em cumprimento a Portaria SGD/ME nº. 548, de 24 de janeiro de 2022, que dispõe sobre a avaliação de satisfação dos usuários de serviços públicos e estabelece padrões de qualidade para serviços públicos digitais no âmbito dos órgãos e entidades do Poder Executivo federal.

2.4 Projeto Reestruturação do CONARQ

Estrutura Analítica do Projeto



Objetivos estratégicos relacionados: promover a implementação da Política Nacional de Arquivos pelos órgãos e entidades do Sistema Nacional de Arquivos (SINAR).

O projeto prevê ações para promover a implementação da Política Nacional de Arquivos por intermédio da edição e revisão de diretrizes, programas, capacitações, orientações técnicas e normas, que condicionarão a estratégia de gestão de documentos e arquivos a ser implementada pelas instituições arquivísticas em todas as esferas da administração pública. Isso será alcançado por meio do estímulo à cooperação interinstitucional, desenvolvimento de projetos e estudos, e intercâmbio de experiências nacionais e internacionais para a melhoria das ações das instituições arquivísticas brasileiras de forma a conferir efetividade ao Sinar. Abaixo, estão relacionados os resultados do projeto de 2020 a 2022.

1. Subprojeto Implantação do novo modelo de funcionamento do CONARQ

Foram identificadas 04 grandes entregas para efetivar a implantação do novo modelo do CONARQ:

- 1.1 Recomposição do CONARQ;
- 1.2 Elaboração de novo Regimento Interno;
- 1.3 Elaboração de agenda regulatória;
- 1.4 Reestruturação das câmaras técnicas consultivas.

Recomposição do CONARQ

A reestruturação do CONARQ foi motivada pelo Decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019, que extinguiu e estabeleceu diretrizes e regras limitando o funcionamento de colegiados da APF e pelo Decreto nº 10.148 de 2 de dezembro de 2019, que alterou a estrutura e funcionamento do Conselho. Na oportunidade, a reestruturação do CONARQ buscou atender às recomendações da 1ª Conferência Nacional de Arquivos (CNA), realizada no ano de 2011, relativas à democratização do funcionamento e das decisões do Colegiado. Para tanto, a

recomposição do CONARQ foi realizada em 2020 por meio do processo de seleção pública para vagas de conselheiros, com cinco representantes da sociedade civil, para adequação ao disposto no mencionado Decreto 9.759/2019. Além disso, as sessões do colegiado passaram a ser transmitidas ao vivo pelo canal do Facebook do Conarq, possibilitando ampla participação da sociedade.

Elaboração de novo Regimento Interno

Em 2021 foi aprovado o novo Regimento Interno do Conselho Nacional de Arquivos - Conarq, ratificando a sua competência como órgão responsável pela definição da política nacional de arquivos públicos e privados e aprimorando os seus modelos de funcionamentos, de forma a possibilitar maior efetividade na orientação técnico-normativa como órgão central do SINAR.

Elaboração de agenda regulatória e Reestruturação das câmaras técnicas consultivas

Em busca de melhor efetividade das ações do CONARQ, foi elaborado o primeiro planejamento estratégico e reestruturação de suas câmaras técnicas consultivas. O planejamento estratégico em consonância com as diretrizes estratégicas do AN e do MJSP.

A elaboração de uma agenda regulatória e a reestruturação de câmaras técnicas consultivas – cujo resultado de seus trabalhos, seguindo-se os princípios da Arquivologia e áreas afins, subsidia a criação de atos normativos que regulam matérias relativas à gestão, à preservação e ao acesso aos documentos públicos – possibilitaram transparência e celeridade no cumprimento da missão do Colegiado. Assim, no período de 2020 a 2022, foram priorizadas as seguintes temáticas e, consequentemente, instituídas câmaras técnicas consultivas com a finalidade de:

- ✓ elaborar requisitos de certificação e regras de auditoria de repositório arquivístico digital confiável (RDC-Arq);
- ✓ definir diretrizes para a elaboração de estudos, propostas e soluções para a preservação de websites e mídias sociais;
- ✓ elaborar diretrizes para instituições arquivísticas, serviços arquivísticos e atuação dos profissionais de arquivo em relação à aplicação da LGPD;

- ✓ elaborar diretrizes para o tratamento técnico de acervos relacionados à arquitetura e ao ambiente construído.

Das atividades executadas pelo CONARQ no período 2020-2023, sublinha-se aqui a publicação da Resolução nº 49, de 04 de março de 2022, que dispõe sobre os critérios para a criação de câmaras técnicas consultivas. Esse normativo estimula a participação dos integrantes do SINAR para apresentação de projetos, dado que “os estudos e propostas normativas a serem elaborados pelas câmaras técnicas consultivas deverão ter abrangência nacional, visando auxiliar no desenvolvimento da política nacional de arquivos”.

2. Subprojeto Reestruturação do SINAR

As entregas relacionadas ao subprojeto são:

- 2.1 Realização de Seminário Técnico de arquivos públicos
- 2.2 Realização de avaliação da Política Nacional de Arquivos Públicos e Privados
- 2.3 Realização de censo dos arquivos públicos e privados
- 2.4 Campanha para ampliação do uso do CODEARQ
- 2.5 Ampliação da adesão ao DIBRARQ

Realização de Seminário Técnico de arquivos públicos

Nos dias 10 e 11 dezembro de 2020, o Encontro dos Arquivos Públicos Estaduais e do Distrito Federal, foi realizado on-line devido a necessidade de adoção de medidas de distanciamento social em razão da pandemia da COVID-19. A elaboração do evento contou com a participação dos servidores da COACO, COTIN, COPED, ASCOM e GABIN-DG, conforme consta no plano de trabalho contido no processo

0008227.000536/2019-09, documento SEI/AN COACO 0061677. Segue, abaixo, relato executivo elaborado pela COACO (Despacho COACO 0069371):

- a) participaram 17 dos 25 arquivos públicos estaduais e o Distrito Federal instituídos no país, correspondendo a 68% do público-alvo;
- b) na sala de reunião virtual, entre os dias 10 e 11, estiveram presentes 25 pessoas representando a sua respectiva instituição arquivística.
- c) foram 7.950 pessoas alcançadas com a transmissão pelo Facebook do CONARQ (dia 10);
- d) A reunião dos dirigentes dos arquivos públicos estaduais, com a presença da Presidente do CONARQ e da Conselheira representante desse segmento, foi gravada e com a anuência dos participantes foi disponibilizada no sítio do CONARQ⁷. Dos relatos apresentados, foram destacados os seguintes pontos: atuação em rede para solução de dificuldades; experiências de cooperação com a FamilySearch (sucessos e insucessos); revisão da Resolução nº 6/1997 para abordar os repositórios digitais; regulamentação da Lei nº 13.874, de 20/9/2019 em âmbito estadual; dificuldade para integração com os arquivos municipais; combate a incêndio; cobrança de serviços aos usuários; captação de recursos; digitalização de documentos; infraestrutura de prédios históricos (reformas); gestão de documentos arquivísticos deficiente; renovação de contratos. Para melhorar a integração entre os dirigentes, além de grupo de correio eletrônico, também será criado um grupo no aplicativo Whatsapp e equipe no aplicativo *Microsoft Teams*.

Realização de avaliação da Política Nacional de Arquivos Públicos e Privados

As avaliações da Política Nacional de Arquivos Públicos e Privados - PNAPP, usando as metodologias Ex-Ante e Ex-Post de avaliação de políticas foram realizadas pelos conselheiros do CONARQ, com apoio técnico da COACO.

⁷ Disponível em <https://youtube.com/playlist?list=PLw9lConONAvutp-f2fKMsScMUY2eUJB-x>

Avaliação usando a metodologia Ex-Ante:

A avaliação pela metodologia Ex-Ante foi realizada usando-se o formulário de detalhamento de Políticas Públicas na metodologia Ex-Ante conforme consta no documento SEI/AN nº 0107884 do processo 08227.000663/2020-33, elaborado pela Comissão Técnica do Comitê de Gestão Estratégica do MJSP com base no Manual Ex Ante de avaliação de políticas públicas. A Comissão Técnica do Comitê de Gestão Estratégica - CT-CGE, integra o Sistema de Governança do Ministério da Justiça e Segurança Pública – MJSP, instituído pela Portaria nº 2, de 28 de janeiro de 2022, e funciona como unidade de apoio executivo à alta gestão do Ministério para temas relacionados às suas atividades finalísticas, de modo a acompanhar resultados e a identificar pontos que necessitem de tratamento pelos Dirigentes das Unidades do MJSP. As principais atribuições da CT-CGE envolvem a proposição de manuais, guias e minutas de resoluções necessárias para a definição e implementação de princípios e diretrizes de governança pública, na execução e no monitoramento do processo de gestão de políticas públicas do MJSP, entre outros.

Avaliação usando a metodologia Ex-Post:

Em parceria firmada com a ENAP, no valor de R\$ 152.493,36, o CONARQ realizou a avaliação da Política por meio da metodologia Ex-Post, conforme consta no Plano de Trabalho do documento SEI/AN nº 0169032 do processo 08227.000320/2021-50.

Destaca-se os relatórios de avaliação Ex-Post da Política Nacional de Arquivos Públicos e Privados (SEI/AN 0246833) e com os pontos de atenção elaborados pelos facilitadores do curso (SEI/AN 0246835), documentos contidos no processo 08227.000320/2021-50.

Importante registrar que em setembro de 2020 e agosto de 2021 integrantes da equipe da COACO participaram dos cursos de Avaliação Ex-Post para Políticas Públicas da ENAP em parceria com o MJSP. O objetivo do curso foi propiciar ao participante a capacidade de aplicar metodologias de análise ex-post de políticas públicas para realização de avaliação executiva de políticas públicas e projetos prioritários do Ministério da Justiça e Segurança Pública, conforme as diretrizes da Comissão Técnica do Comitê de Governança Estratégica CT-CGE.

Realização de censo dos arquivos públicos e privados

De Junho a 16/9/2022 foi realizado o Diagnóstico 2022. Considera-se manter aberto o recebimento de formulários até 2023.

https://angovbr.sharepoint.com/:x:/s/CONARQ/Eelbl3SVS_BAilP2wisy14EB0IJZKTWBCz9UjKhAyRXo_Q?e=QJACcq

Campanha para ampliação da adesão ao CODEARQ

A campanha para ampliação da adesão ao CODEARQ objetiva sensibilizar a sociedade e os profissionais atuantes nos arquivos públicos e privados brasileiros quanto à função administrativa e social dos arquivos. Cumpre registrar que está previsto no inciso XI, art. 13 do Decreto nº 4.073, de 3 de janeiro 2002, a dos integrantes do SINAR para competência “colaborar na elaboração de cadastro nacional de arquivos públicos e privados, bem como no desenvolvimento de atividades censitárias referentes a arquivos”.

Os canais de comunicação adotados foram os disponibilizados pelas entidades custodiadoras.

Para a elaboração da campanha, o AN contratou uma empresa para prestar os serviços. Houve problemas na entrega devido à alteração na forma de contratação de empresa para prestação de serviços. Como opção, decidiu-se pela contrapartida de cessão de espaço. Essas informações constam no processo nº 08227.000319/2021-25.

O relatório de avaliação do impacto da campanha está sendo elaborado e oportunamente será apresentado em reunião plenária do Conselho.

Ampliação da adesão ao DIBRARQ

Essa entrega foi planejada em 3 grandes ações: atualização do sistema Atom; elaboração de manual de procedimentos do DIBRARQ; e promoção do DIBRARQ em eventos.

A realização de estudos de importação e exportação de dados e a implementação de melhorias no sistema Atom foi realizado pela COTIN em 2020.

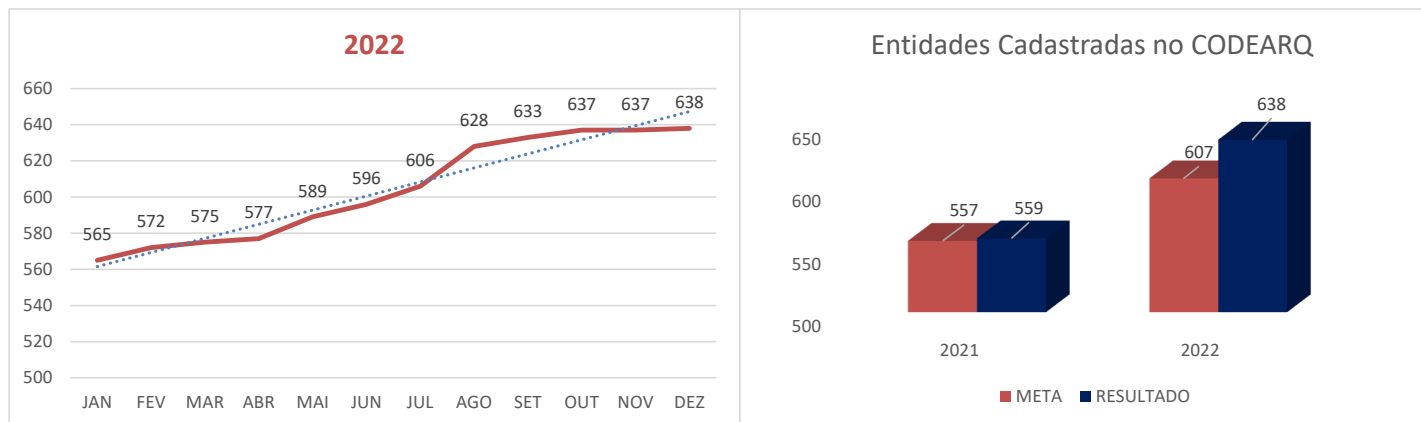
Com o objetivo de instrumento orienta sobre o cadastro no Codearq, o termo de adesão ao Dibrarq, dados necessários sobre as entidades custodiadoras e seus fundos/coleções, e normas e padrões adotados pelo diretório, o "Manual de procedimentos para as entidades custodiadoras aderentes" foi publicado em maio de 2022.

Buscando promover o DIBRARQ, foram realizadas oficinas técnicas na UFF no Tribunal do DF e territórios e na reunião da COLUSO. Além disso, será apresentada para o Reparq.

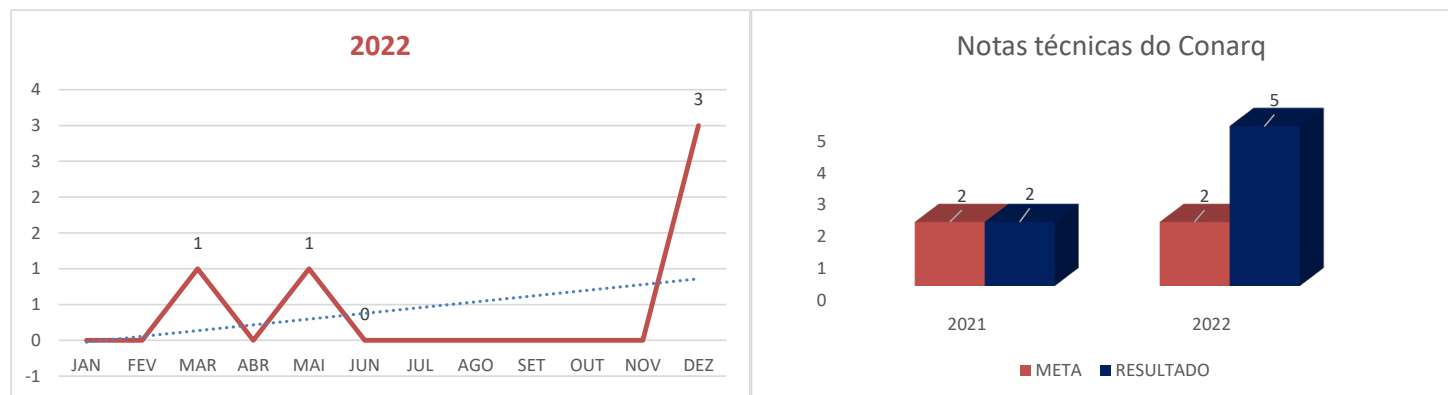
Aspectos negativos e eventuais intercorrências do Projeto:

2.5 Indicadores Estratégicos relacionados à Gestão da Política Nacional de Arquivos

Entidades Cadastradas no Cadastro Nacional de Entidades Custodiadoras de Acervos Arquivísticos (Codearq)



Normas Técnicas aprovadas pelo Conarq



AÇÕES IMPLEMENTADAS/RESULTADOS ALCANÇADOS
Revisão do modelo de organização e funcionamento do colegiado.
Edital público para seleção de conselheiros representantes dos arquivos estaduais, municipais, das associações de arquivistas e de instituições de ensino e pesquisa, organizações ou instituições com atuação na área de tecnologia da informação e comunicação, arquivologia, história ou ciência da informação.
Primeiro planejamento estratégico do CONARQ aprovado para o período 2021-2023.
Transparência: transmissão on-line das plenárias e divulgação das ações por meio do site e das redes sociais institucionais.
Revisão de diretrizes e modelo de requisitos para o gerenciamento de documentos digitais (e-ARQ Brasil).
Diretrizes e orientações para o processo de digitalização de documentos públicos e privados conforme o decreto 10.278/2020 (Lei de Liberdade Econômica).
Instalação de Câmaras Técnicas Consultivas para: <ol style="list-style-type: none"> Elaborar requisitos de certificação e regras de auditoria de repositório arquivístico digital confiável (RDC-ARQ). Definir diretrizes para a elaboração de estudos, propostas e soluções para a preservação de websites e mídias sociais. Elaborar diretrizes para instituições arquivísticas, serviços arquivísticos e atuação dos profissionais de arquivo em relação à aplicação da LGPD.
Doação de computadores a arquivos estaduais com recurso de Emendas Parlamentares: Arquivo Público de Alagoas – APA; Arquivo Público do Estado do Amazonas – APEAM, Arquivo Público da Bahia – APEB, Arquivo Público do Estado do Espírito Santo – APEES.
Instalação da Comissão de Avaliação de Acervos Privados – CAAP, para analisar os pedidos de declaração de interesse público e social de acervos privados (Portaria n.º 126, de 28 de maio de 2021 do CONARQ / Comissão de Avaliação de Acervos Privados – CAAP foi instituída pelo Decreto nº 10.148, de 2 de dezembro de 2019).

RESULTADOS NÃO ALCANÇADOS
Entrega do plano de classificação e tabela de temporalidade e destinação de documentos referentes às atividades-fim do Arquivo Nacional. Devido à redefinição de metodologia para orientação técnica quanto à elaboração de instrumentos de gestão de documentos por parte da Coged/Equipe de Gestão de Documentos, a CPAD/AN teve que revisar a minuta concluída, em 2020, para análise e aprovação da Direção-Geral do AN.

Perfil do Instagram do Conarq ainda não foi lançado e a meta de 500 seguidores a mais no Facebook ainda não foi atingida (de janeiro a outubro, somou-se 276 seguidores apenas). É importante ressaltar que o Facebook do Conarq foi criado em maio de 2014 e apenas em janeiro de 2021 foi iniciado com pouco mais de 3000 seguidores.

DIFICULDADE E SOLUÇÕES

O assessoramento e apoio ao órgão colegiado com a competência de definir a política nacional de arquivos públicos e privados têm como dificuldade a dedicação não exclusiva dos membros para cumprimento de suas atribuições enquanto conselheiros. Como solução, foi definida uma dinâmica de criação de grupos de trabalho com objetivo e prazo estabelecidos, bem como a elaboração de relatório com os resultados obtidos.

Demora na publicação de documentos (diretrizes, requisitos etc.) que carecem de revisão e diagramação. A solução é planejar com a área competente do Arquivo Nacional o que poderá ser publicado durante o ano.

Elaboração de formulário online, disponibilizado durante um mês no Facebook, onde buscou-se entender, através das perguntas formuladas, quais os assuntos são de maior interesse, como cursos e LGPD.

PERSPECTIVAS PARA O PRÓXIMO ANO

Lançamento de aplicativo para o CODEARQ e de um *chatbot* para o sítio do Conarq visando ampliar o alcance das ações de comunicação entre o Conselho e os integrantes do SINAR.

Criação de mais conteúdos próprios para aumento de engajamento e seguidores.

Campanha de sensibilização quanto à função administrativa e social dos arquivos tendo como público-alvo a sociedade e os profissionais atuantes nos arquivos públicos e privados brasileiros.

Publicação digital em comemoração aos 30 anos do Conselho Nacional de Arquivos – Conarq.

Proposta de Prêmio Nacional de Boas Práticas Arquivísticas.

Proposta de formulário de requerimento de audiência pública do Conarq.